

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2010**

Brasília - 2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

Relatório de Gestão do exercício 2010 apresentado aos órgãos do controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Secretaria está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Brasília - 2011

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
1.1 - Identificação.....	8
1.2 - Responsabilidades Institucionais e Objetivos Estratégicos	8
2 - MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL.....	14
2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	16
3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007	19
3.1 - Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE.....	20
3.1.1 - Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário	20
3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE.....	20
3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria	21
3.1.2 - Comissão de Ética	22
3.1.3 - Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica	22
3.1.3.1 - PACE	22
3.1.3.2 - PRO-REG - Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório	24
3.1.3.3 - Lei e Política de Concorrência no Brasil - uma revisão pelos pares.....	25
3.1.3.4 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV.....	26
3.2 - Gestão Patrimonial - Dados Situacionais	27
3.2.1 - Evolução Tecnológica	27
3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos	27
3.2.1.2 - Bases de Dados Estatísticos	29
3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema <i>Littera</i>	29
3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e Projeto DW/BI.....	30
3.2.1.5 - Infraestrutura tecnológica	30
3.2.1.6 - Política de Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	30
3.3 - Gestão de Recursos Humanos - Dados Situacionais.....	32
3.4 - Gestão Financeira - Dados Situacionais	74
3.4.1 - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).....	74
3.4.2 - Suprimento de Fundos/Serviços.....	74
3.4.3 - Outras informações orçamentárias	74
3.5 - Processos de Controle - Controles da Gestão	78
3.5.1 - Controle interno da gestão	78
3.5.1.1 - Estrutura de controles internos da gestão.....	79
3.5.2 - Controle externo da gestão.....	81
4 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	81
4.1 - Programas	81
4.1.1 - 0780 - Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados	83
4.1.1.1 - Dados gerais	83
4.1.1.2 - Ações do Programa 0780.....	84
4.1.2 - 0695 - Programa de Defesa Econômica e da Concorrência	89
4.1.2.1 - Dados gerais	89
4.1.2.2 - Ação do Programa 0695.....	89

4.1.3 - Resultados	93
5 - DESEMPENHO OPERACIONAL.....	97
5.1 - Indicadores de Gestão.....	97
5.1.1 - Indicadores de Eficiência.....	97
5.1.1.1 - Nível de atendimento ao cliente via correio eletrônico	97
5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”	98
5.1.2 - Indicadores de Eficácia.....	98
5.1.2.1 - Orçamento e finanças	98
5.1.2.2 - Arrecadação de receitas próprias.....	98
5.1.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas	99
5.1.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA	99
5.1.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	99
5.1.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais.....	99
5.1.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	99
5.1.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria	100
5.2 - Indicadores de Economicidade	100
5.2.1 - Custos dos Serviços de Informática	100
5.3 - Evolução de Gastos Gerais	101
5.3.1 - Principais Gastos Ocorridos.....	101
6 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.....	101
7 - INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.	101
8 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	102
9 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006	102

10 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO "BENS DE USO ESPECIAL", DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	102
11 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇOS - FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010..	103
12 - RECOMENDAÇÕES DA SFC/CGU NO RELATÓRIO DE AUDITORIA NO. 208877, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2007, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.....	103
13 - DETERMINAÇÕES DO TCU REFERENTES AO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS Nº 013.518/2008-5, RELATIVO AO EXERCÍCIO 2007, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.....	103
14 - APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS: NÚMERO DO PROCESSO, FATO DENUNCIADO E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.....	103
15 - IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA ATUAÇÃO DA SEAE	104
ANEXO I - PLANEJAMENTO 2011 - ÁREA DE GESTÃO	105
1.1 - Diretrizes Estratégicas	105
1.2 - Metas por Área de Gestão.....	105
ANEXO II - PLANEJAMENTO 2011 - ÁREA FINALÍSTICA	111
ANEXO III - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	124
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS- SIASG.	126
ANEXO V - DECLARAÇÃO DO CONTADOR	127
TABELAS E FIGURAS	
Tabela 1 - Dados de identificação da SEAE	8
Tabela 2 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) na SEAE.....	31
Tabela 3 - Demonstrativo da área finalística da SEAE discriminado por servidores.....	33
Tabela 4 - Demonstrativo da área finalística da SEAE discriminado por servidores.....	34

Tabela 5 - Demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas.....	35
Tabela 6 - Demonstrativo dos cargos em comissão distribuídos por área finalística e área de apoio logístico	35
Tabela 7 - Distribuição do efetivo da SEAE - posição 31.12.2010.....	36
Tabela 8 - Ações de treinamento realizadas em 2010.....	37
Tabela 9 - Quantitativo de pessoal cedido e requisitado.....	40
Tabela 10 - Informação sobre a composição de recursos humanos	42
Tabela 11 - Informação sobre a composição de recursos humanos por faixa etária.....	42
Tabela 12 - Informação sobre a composição de recursos humanos por nível de escolaridade.....	43
Tabela 13 - Informação sobre a composição do quadro de estagiários.....	43
Tabela 14 - Diárias pagas no final de semana e feriados	44
Tabela 15 - Demonstrativo da execução orçamentária por Programa de Governo.....	75
Tabela 16 - Despesas por modalidades de contratação	76
Tabela 17 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa.....	77
Tabela 18 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa.....	77
Tabela 19 - Estrutura de controles internos de gestão.....	79
Tabela 20 - Dados gerais do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados.....	83
Tabela 21 - Dados gerais da Ação 2272 - Gestão de Administração do Programa.....	84
Tabela 22 - Dados gerais da Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas Serviços Públicos.....	85
Tabela 23 - Dados gerais da Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	86
Tabela 24 - Dados gerais da Ação 2084 – Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico.....	87
Tabela 25 - Dados gerais da Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais.....	89
Tabela 26 - Dados gerais do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência - SDE/MJ.....	89
Tabela 27 - Dados gerais da Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.....	93
Tabela 28 - Despesas, por Ação, com diárias e passagens e outras julgadas relevantes.....	95
Tabela 29 - Execução física das ações realizadas pela SEAE/MF.....	95
Tabela 30 - Comparativo das metas previstas e realizadas em 2010.....	96
Tabela 31 - Comparativo dos principais gastos ocorridos em 2008, 2009 e 2010.....	101
Tabela 32 - Apuração de denúncias recebidas: número de processos, fato denunciado e providências solicitadas.....	104
Figura 1 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico até 31.12.2007.....	18
Figura 2 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 2.1.2008	18
Figura 3 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 12.8.2010.....	19



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE**

1 - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa TCU n.º 107, de 27 de outubro de 2010 e na Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, que especificam a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação e dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão, esta Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010.

Este Relatório de Gestão visa relatar o andamento e a execução dos Programas e Ações pelos quais a Secretaria de Acompanhamento Econômico é responsável, de acordo com os critérios definidos no Plano Plurianual (PPA 2008-2011 – BRASIL UM PAÍS DE TODOS) e outras ações de gestão que a Secretaria julga importantes. A compatibilidade entre as Ações preconizadas no PPA e as informações detalhadas na Instrução Normativa n.º 63 TCU permite a comparação entre a atuação da Secretaria e o Programa de Governo ora em curso, além de possibilitar o uso de indicadores de desempenho, a fim de medir a economicidade, a eficiência e a eficácia das ações a cargo desta unidade administrativa.

Partindo-se dessa premissa, este Relatório de Gestão detalhará, inicialmente, as responsabilidades institucionais desta Secretaria de Acompanhamento Econômico, a estratégia de atuação conjuminada às ações de gestão mais importantes e relevantes para a Secretaria, em seguida os Programas e Ações de Governo executadas pela SEAE, os indicadores de gestão que permitem a aferição da eficiência, da eficácia e da economicidade da ação administrativa, as medidas para sanear as disfunções estruturais, os projetos de modernização institucionais de longo prazo e os dados situacionais e processos de controle. Por fim, este Relatório informará o impacto socioeconômico da atuação da SEAE.

1.1 - Identificação

Tabela 1 - Dados identificadores da SEAE.

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE	
Poder	Executivo	
Tipo do Órgão	Específico singular	
Natureza jurídica	Administração Direta	
Vinculação ministerial	Subordinado ao Ministério da Fazenda	
Código SIORG do Ministério da Fazenda	1929	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SEAE foi criada em 1/1/1995, pela MP 813. Para o ano de 2010, as competências e a estrutura organizacional estão definidas no Decreto nº 7050, de 23.12.2009, que passou a vigorar a partir de 5.1.2010. Esse Decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.301, de 14.9.2010, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto nº 7386, de 8.12.2010.	
CNPJ	00.394.460/0407-98	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Acompanhamento Econômico – Unidade Gestora 170004, Gestão 00001	
Código da UJ titular do relatório	Idem	
Código SIORG da SEAE	008837	
Código LOA da SEAE	Não se aplica à natureza jurídica da SEAE	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica à natureza jurídica da SEAE	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798 e-mail: seae@fazenda.gov.br	
Endereço da página institucional na <i>Internet</i>	http://www.seae.fazenda.gov.br/	
Regimento Interno	Portaria GMF nº 386, de 14.7.2009 (DOU de 17.7.2009)	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	125 – Normatização e fiscalização	
Tipo de atividade	422 – Direitos Individuais, Direito Coletivo e Direitos Difusos	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004

Fonte: SEAE/MF.

1.2 - Responsabilidades Institucionais e Objetivos Estratégicos

A missão institucional da SEAE é delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda, no tocante à elaboração e gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência econômica dos mercados produtores e consumidores, a melhoria do bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico.

Nos moldes do Decreto nº 7050, de 23.12.2009, que passou a vigorar a partir de 5.1.2010, sendo posteriormente revogado pelo Decreto nº 7301, de 14.9.2010, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto nº 7386, de 8.12.2010, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da

Fazenda, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, CNPJ 00.394.460/0407-98, Unidade Gestora 170004, Gestão 0001, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda, criado por meio da Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, funciona em Brasília e conta com duas Unidades Descentralizadas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O endereço da página institucional na Internet é <http://www.seae.fazenda.gov.br/>

Brasília: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF
Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798

Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 375 - 10º Andar - Sala 1029 – Centro
Rio de Janeiro – RJ CEP 20020-010
Telefones: +55 21 3805-2077 / 3805-2075 - Fax: +55 21 3805-2079

São Paulo: Av. Prestes Maia, 733 - Sala 1501
Edifício do Ministério da Fazenda - São Paulo SP – CEP 01031-001
Telefone: +55 11 2113-2032 - Fax: +55 11 2113-2034

A SEAE foi criada em 1º de janeiro de 1995, por meio da Medida Provisória nº 813, como resultado do desmembramento da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Tendo em vista seu papel em questões relativas ao acompanhamento de preços e ao reajuste de tarifas públicas, herdou parte de estrutura de unidades do Executivo responsáveis, no passado, pelo controle de preços da economia, a exemplo do extinto Conselho Interministerial de Preços - CIP.

A questão do acompanhamento econômico, no entanto, é bastante anterior à criação da SEAE, remetendo-se à Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços (CONEP) criada, em 23 de fevereiro de 1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). A CONEP estava autorizada a conceder estímulos de caráter fiscal e creditício a empresas que se comprometessem a manter estáveis, ou só aumentar com autorização prévia, os preços de seus produtos. Em 29 de agosto de 1968, foi instituído o Conselho Interministerial de Preços (CIP), com a atribuição de fixar e fazer executar as medidas destinadas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Em 24 de setembro de 1979, foi criada, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), sendo sucedida, em 10 de maio de 1990, pelo Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), subordinado à Secretaria Nacional de Economia do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Mais recentemente, em 19 de novembro de 1992, era instituída, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Política Econômica, que, desmembrada dois anos depois, deu origem à Secretaria de Acompanhamento Econômico.

A SEAE é o principal Órgão do Poder Executivo encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e atuar na repressão a condutas anticoncorrenciais e

anticompetitivas, tendo atribuições em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados não-regulados.

Na área de defesa e promoção da concorrência, a SEAE integra, junto com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O objetivo principal desse Sistema é a promoção de uma economia competitiva por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. A atuação desses órgãos é pautada pela Lei de Defesa da Concorrência – Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e subdivide-se em três vertentes: o controle de concentrações (ou controle de estruturas de mercado), via apreciação de fusões, aquisições e incorporações de empresas; a repressão a condutas anticoncorrenciais e a promoção ou “advocacia” da concorrência.

No que se refere ao acompanhamento e controle de concentrações de atividades de mercado, o SBDC atua analisando preventivamente se a concentração entre empresas (fusões, aquisições, incorporações etc.) pode causar efeitos prejudiciais à concorrência. Os atos de concentração têm, potencialmente, efeitos negativos e positivos sobre o bem-estar econômico. Os efeitos negativos decorrem de um eventual exercício de poder de mercado pela empresa concentrada - aumento de preços, fundamentalmente - enquanto os efeitos positivos derivam de economias de escala, de escopo, de redução de custos de transação, entre outros, que podem proporcionar vantagens competitivas para as empresas participantes.

A SEAE procede, então, a uma análise dos custos e dos benefícios dos atos de concentração, sugerindo a aprovação daqueles que gerarem efeitos líquidos não-negativos para o bem-estar econômico e a reprovação ou a adoção de medidas corretivas em relação àqueles que gerarem efeitos líquidos negativos. Para ponderar custos e benefícios dos atos de concentração, a SEAE e a SDE utilizam o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, adotado em agosto de 2001, disponível em <http://www.fazenda.gov.br/SEAE/>, no link de Guias para Análise Econômica.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O CADE aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

A promoção ou “advocacia” da concorrência refere-se ao papel educativo e preventivo das autoridades antitruste na disseminação da “cultura da promoção da concorrência” e ao papel de, direta ou indiretamente, essas autoridades influírem na formulação das demais políticas públicas, de modo a garantir que a concorrência seja incentivada ao máximo.

No que se refere à área de regulação, a atuação da SEAE visa à elevação da eficiência dos mercados por meio da redução de barreiras à concorrência e à inovação. A SEAE trabalha permanentemente na proposição de novos modelos de regulação, na reforma dos modelos existentes e na desregulamentação de setores específicos, na elaboração de arcabouços regulatórios de setores e agências governamentais, no acompanhamento da variação de preços (inflação) com enfoques específicos e visão de comportamento de mercados. O objetivo dessas ações é atualizar regulamentações econômicas, de modo a estimular a concorrência e permitir, aos mercados, a autodeterminação de suas principais variáveis. Essa atividade visa ainda ao fornecimento de subsídios para elaboração de políticas econômicas, uma vez que a SEAE possui a visão do lado real da economia, ou seja, do comportamento de preços e evolução da economia, principalmente. Sempre que possível, busca-se a eliminação parcial ou completa de normas que dificultem o acesso de novos produtores ao mercado como forma de melhorar, por meio da maior competição, o desempenho de um segmento específico.

Além disso, e em virtude das competências atribuídas ao Ministério da Fazenda pelo Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, a SEAE tem a função de fixar normas e critérios para a concessão de reajustes e revisões de preços públicos e tarifas de serviços públicos, observadas as competências das Agências Reguladoras criadas após o advento da citada Lei.

Conforme mencionado, o acompanhamento de mercados representa a terceira esfera de atuação da Secretaria.

A política de defesa da concorrência possui interfaces com outras políticas governamentais cujas conseqüências econômicas afetam os mercados nacionais e, com a abertura de mercados e globalização, afeta ainda mercados internacionais concorrentes. Assim, faz-se necessário que a formulação e a implementação das demais políticas públicas levem em conta os princípios competitivos, de modo a evitar distorções no mercado e preservar a consistência do conjunto de decisões governamentais. É nesse sentido que a política antitruste deve ser vista como o quarto pilar da política econômica governamental, juntamente com as políticas monetária, fiscal e comercial.

Tal interdependência é especialmente relevante no quadro de profundas transformações que a economia brasileira vem sofrendo na última década, as quais influenciam diretamente a ação do Executivo e, conseqüentemente, redefinem as atribuições de seus órgãos. No caso específico da SEAE, o macroprocesso de acompanhamento de mercados reveste-se de importância fundamental, tendo em vista a intensificação da abertura comercial e da globalização dos mercados, a consolidação do Brasil como global trader e mercado consumidor de grande potencial, a consolidação do Mercosul, com a decorrente ampliação do mercado consumidor regional e a mudança do papel do Estado, no âmbito dos serviços públicos e infraestrutura, de interventor para regulador da economia.

É nesse contexto que a SEAE, ao exercer a atividade de acompanhamento de mercados, busca identificar qualquer conduta dos agentes econômicos que possa vir a afetar o funcionamento normal da atividade econômica. Para exercer tais atividades, a SEAE tem buscado o intercâmbio com outros órgãos governamentais – entre os quais se destaca a cooperação com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN), bem como com as entidades privadas relacionadas aos assuntos em foco, além de marcar presença nos fóruns internacionais e nacionais

pertinentes como representante do Ministério da Fazenda nos assuntos ligados à defesa da concorrência e regulação econômica.

A principal característica das atividades de acompanhamento de mercados está na diversidade de assuntos contemplados. Os esforços da Secretaria se concentram principalmente em quatro grandes áreas: (i) negociações internacionais (fóruns negociadores de alteração tarifária e acesso a mercados, por exemplo, OMC e Mercosul); (ii) defesa comercial (análise, sob a ótica da defesa da concorrência, do impacto de medidas antidumping e salvaguardas sobre o bem-estar do consumidor); (iii) acompanhamento de preços (coleta de informações e análise de impacto sobre os principais índices nacionais); e (iv) identificação e monitoramento de mercados disfuncionais (setores sujeitos a barreiras concorrenciais, como a proteção tarifária, os direitos antidumping, as barreiras técnicas ou regulatórias, dentre outras).

A SEAE dedica-se, também, a atividades relativas à autorização e fiscalização de sorteios, prêmios e promoções comerciais levados a cabo por instituições financeiras e presta auxílio à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da elaboração de Pareceres para apoiar aquele Órgão na defesa da União em processos em que esta é ré. Essas duas atividades são desenvolvidas pela COGAP (Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais).

O assessoramento à AGU se dá no âmbito de processos que envolvem, principalmente, preços de produtos, controlados ou não, e análise de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão.

Assim, observa-se que a SEAE expandiu suas atribuições em decorrência das necessidades que surgiram para o atendimento das missões propostas pelo Plano Real e também devido à maior complexidade que uma economia moderna e globalizada apresenta.

De acordo com o Art. 28 do Decreto n.º 7.386, de 8 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 9.12.2010, a SEAE teve, até 31 de dezembro de 2010, as seguintes competências¹:

I - propor, coordenar e executar as ações do Ministério, relativas à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica;

II - assegurar a defesa da ordem econômica, em articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência, e para tanto:

a) emitir pareceres econômicos relativos a atos de concentração no contexto da [Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994](#);

b) proceder a análises econômicas de práticas ou condutas limitadoras da concorrência, instruindo procedimentos no contexto da [Lei nº 8.884, de 1994](#); e

¹ O Decreto nº 7050, de 23.12.2009, passou a vigorar a partir de 5.1.2010. Esse Decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.301, de 14.9.2010, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto nº 7.386, de 8.12.2010.

c) realizar investigações de atos ou condutas limitadoras da concorrência no contexto da [Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995](#) e da [Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000](#);

III - acompanhar a implantação dos modelos de regulação e gestão desenvolvidos pelas agências reguladoras, pelos ministérios setoriais e pelos demais órgãos afins, manifestando-se, dentre outros aspectos, acerca:

a) dos reajustes e das revisões de tarifas de serviços públicos e de preços públicos;

b) dos processos licitatórios que envolvam a privatização de empresas pertencentes à União; e

c) da evolução dos mercados, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de desestatização e de descentralização administrativa;

IV - autorizar e fiscalizar, salvo hipótese de atribuição de competência a outro órgão ou entidade, as atividades de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular, nos termos da [Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971](#);

V - autorizar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades de que tratam os [Decretos-Leis nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944](#), e [nº 204, de 27 de fevereiro de 1967](#);

VI - autorizar e fiscalizar as atividades de que trata o [art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984](#);

VII - promover o funcionamento adequado do mercado e para tanto:

a) acompanhar e analisar a evolução de variáveis de mercado relativas a setores e produtos ou a grupo de produtos;

b) acompanhar e analisar a execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, interagindo com órgãos envolvidos com a política de comércio exterior;

c) adotar, quando cabível, medidas normativas sobre condições de concorrência para assegurar a livre concorrência na produção, comercialização e distribuição de bens e serviços;

d) compatibilizar as práticas internas de defesa da concorrência e de defesa comercial com as práticas internacionais;

e) avaliar e manifestar-se acerca dos atos normativos e instrumentos legais que afetem as condições de concorrência e eficiência na prestação de serviços, produção e distribuição de bens; e

f) propor, avaliar e analisar a implementação das políticas de desenvolvimento setorial e regional;

VIII - formular representação perante o órgão competente, quando identificada norma ilegal e/ou inconstitucional que tenha caráter anticompetitivo;

IX - acompanhar o desenvolvimento de setores e programas estratégicos de desenvolvimento e para isso:

a) acompanhar estrategicamente os setores e atividades produtivas da economia brasileira; e

b) representar o Ministério da Fazenda em ações interministeriais, associações e nos seminários dos programas estratégicos de desenvolvimento econômico;

X - desenvolver os instrumentos necessários à execução das atribuições mencionadas nos incisos I a VIII; e

XI - promover a articulação com órgãos públicos, setor privado e entidades não-governamentais também envolvidos nas atribuições mencionadas nos incisos I a VIII.

2 - MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Desde sua criação e até o início de 2003, a principal vertente de atuação da Secretaria era a defesa da concorrência. Ocorre que a partir de então, o Governo tem priorizado crescentemente em sua agenda temas atinentes à regulação econômica e ao acompanhamento de mercados e a SEAE tem sido bastante demandada nesse sentido.

A partir de abril de 2007, a SEAE recebeu nova gestão e diversas alterações de atribuições e cargos foram negociadas sob demanda do Senhor Ministro da Fazenda e em colaboração com a Secretaria Executiva.

As alterações visavam à incorporação pela SEAE de grande parte das atribuições de acompanhamento dos planos de desenvolvimento do governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), ao acompanhamento dos diversos setores da economia do mercado interno e externo, e à passagem para a Secretaria de Política Econômica (SPE) da área de análise de política agroindustrial e o relacionamento com o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No que tange ao PAC, ficou estabelecido que a SEAE, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seria a representante do Ministério da Fazenda no GEPAC (Grupo Gestor do PAC - GEPAC). A SEAE passou e continua a frequentar a grande maioria das salas de situação e a emitir pareceres sobre os impactos econômicos e o posicionamento do Ministério da Fazenda nas ações do referido Plano de Desenvolvimento.

Outra alteração significativa nas atribuições regimentais da SEAE foi a incorporação do acompanhamento econômico dos diversos setores da economia, com avaliação das variações dos preços relativos, do movimento concorrencial dos mercados internos e dos mercados externos, de

forma não só a promover a concorrência doméstica, mas também acompanhar as estratégias de concorrência internacional *vis-à-vis* acordos firmados internacionalmente.

Por fim, a terceira grande alteração regimental ficou por conta da transferência para a SPE das atribuições de acompanhar a implementação, para os setores agrícola e agroindustrial, dos marcos regulatórios, normativos e dos instrumentos de políticas públicas voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo. A SEAE então deixa de ser a responsável regimental pela elaboração de políticas agrícolas e agroindustriais no Ministério da Fazenda.

Aliado a esse fato, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional dois Projetos de Lei (PL) que deverão promover transformações positivas para a economia brasileira. O primeiro é o PL nº 3.337/2004, que dispõe sobre a gestão e a organização das Agências Reguladoras. A SEAE receberá, no âmbito desse novo marco, novas atribuições. Pelo PL, as Agências deverão passar a solicitar ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda, SEAE, pareceres sobre minutas de normas e regulamentos que serão objeto de consulta pública, conforme o *caput* do Art. 18 e parágrafo 4º, transcritos a seguir:

“Art. 18. No exercício de suas atribuições, incumbe às Agências Reguladoras monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar os órgãos de defesa da concorrência na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

...

§ 4º As Agências Reguladoras solicitarão parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre minutas de normas e regulamentos, quinze dias antes à sua disponibilização para consulta pública, para que possa se manifestar, no prazo de até trinta dias, sobre os eventuais impactos nas condições de concorrência dos setores regulados.”

O PL nº 3.337/2004 das Agências Reguladoras aguarda votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, deverá seguir para análise no Senado Federal.

O segundo é o PL nº 5.877/05 (apensado ao PL nº 3.937/2004), de autoria do Poder Executivo, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, que propõe mudanças na organização e funcionamento da Lei de Defesa da Concorrência e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O resultado líquido dessa alteração se refletirá na diminuição de atribuições obrigatórias da SEAE em relação à análise de atos de concentração. Por outro lado, as atribuições da SEAE serão ampliadas nas áreas de promoção da concorrência (principalmente em setores regulados), de acompanhamento de mercado e de avaliação de marcos regulatórios.

A proposta, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2008 e pelo Senado Federal em 2010, retornou àquela casa para que sejam apreciadas as emendas aprovadas pelo Senado Federal e, em seguida, encaminhado o texto para a sanção presidencial.

2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

O PL que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência decorre de uma avaliação que, ao longo dos últimos anos, se vem fazendo sobre o seu funcionamento. No âmbito do Governo Federal, tal processo começou ainda em 2000, por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial que envolveu a Casa Civil e os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esse esforço e o intenso debate com a sociedade geraram o PL nº 5.877/2005, apensado ao PL nº 3.937/2004.

Como forma de sanear as dificuldades enfrentadas pelo SBDC, o PL propôs: o redesenho institucional do Sistema; a criação de um mecanismo de provisão de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente servidores públicos concursados de carreiras federais de nível superior), a ênfase no combate a condutas de alto potencial ofensivo aos consumidores; e uma nova sistemática de análise de fusões e aquisições, mediante o estabelecimento da análise prévia e o aperfeiçoamento dos critérios de notificação.

O modelo proposto implicará a agilização do trâmite dos processos e a priorização de casos que representem maior probabilidade de dano aos consumidores, gerando o aumento da eficiência administrativa, a redução do custo para o administrado e uma implementação mais efetiva da defesa da concorrência.

Isso será possível graças à unificação da instrução dos processos e a seleção dos casos que serão encaminhados pela Superintendência-Geral ao Tribunal, nos casos em que haja efetivamente risco de dano ou prejuízo à concorrência.

O projeto estabelece a análise prévia de fusões e aquisições e aperfeiçoa os critérios de notificação. Foi proposto que o SBDC emita seu juízo em relação às fusões e aquisições que se enquadrem nos critérios de notificação previamente à sua consumação. Dessa forma, as partes envolvidas são incentivadas a colaborar ao máximo para a celeridade da análise, ao mesmo tempo em que são grandemente ampliadas as opções para a solução de problemas concorrenciais eventualmente surgidos.

O aperfeiçoamento do critério para a notificação de fusões e aquisições se dá mediante a inclusão de nova condição, relativa ao faturamento do segundo maior agente econômico envolvido na operação. Além disso, foi proposta a eliminação do critério de notificação por participação de mercado, que gerava incerteza às partes envolvidas em atos de concentração.

Existe ainda um enorme potencial de ganho de bem-estar para a sociedade por intermédio do aumento da concorrência nos mais diversos setores, regulados ou não, pela racionalização das normas e regras fixadas pelo próprio Estado. Há sempre o risco de que alíquotas de importação, direitos *antidumping*, normas técnicas, requisitos ambientais, requisitos de segurança e de saúde, que procuram garantir objetivos absolutamente necessários e fundamentais de política pública, sejam desvirtuados e utilizados como barreiras para a entrada de novos concorrentes e para a livre concorrência. Como o acompanhamento e o poder de influência no desenvolvimento de normas e regras tende a ser maior por parte das grandes empresas, a promoção da concorrência tende a ser

favorável aos pequenos e médios empresários, que passam a contar com um ambiente de negócios em que todos concorrem em pé de igualdade.

O modelo organizacional proposto pelo projeto de lei dará mais destaque à advocacia da concorrência, ao fazer uma clara distinção entre a função principal do Novo CADE, que será o guardião e o aplicador da Lei de Defesa da Concorrência, e a função principal da SEAE, a qual retornará a promoção da concorrência.

Para poder exercer essa função de maneira efetiva, a SEAE deverá permanecer como parte do SBDC, mas continuará sendo uma secretaria do Ministério da Fazenda mantendo, dessa forma, a necessária inserção no processo de debate interno de governo para o desenvolvimento das políticas públicas que possam ter impacto sobre as condições de concorrência nos mercados e a manutenção dos incentivos à produção e ao crescimento econômico.

As medidas propostas ensejam um passo fundamental para a agenda de desenvolvimento do governo e constituem-se absolutamente necessárias para a consolidação do ambiente institucional-legal que permitirá ao País desenvolver uma política de defesa da concorrência contemporânea, que, efetivamente, tenha condições de zelar pelo livre funcionamento dos mercados e, dessa forma, garantir condições estáveis e previsíveis para a livre iniciativa dos agentes econômicos.

Apesar de a atuação da SEAE na área de regulação econômica já estar prevista no rol de competências da Secretaria, a ênfase nesse ramo de atividade vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos.

Nesse sentido, a proposta de redesenho organizacional visa à antecipação de parte da estruturação institucional que a Secretaria deverá fazer quando da aprovação do PL, para fazer face ao aumento da ênfase de sua atuação na área de regulação econômica e acompanhamento do lado real da economia. Sendo aprovado o PL do SBDC (nº 3.937/2004), a SEAE necessitará implementar nova estrutura uma vez que não haverá necessidade de manter o contingente de técnicos na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e cuja atividade de avaliação técnica de atos de concentração deverá ser realizada pela equipe técnica em Brasília. A área de gestão da SEAE já elaborou projeto de modernização institucional adequando a Secretaria ao novo modelo de atuação, com o novo SBDC.

De acordo com o Decreto de Estrutura Regimental nº 6.102/2007, a SEAE esteve estruturada até 31 de dezembro de 2007 da seguinte forma:

- i) Coordenação-Geral de Análise de Mercados - COGAM;
- ii) Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais - COGPA;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística - COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia - COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde - COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência - COGDC e
- viii) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, localizada no Rio de Janeiro.

Figura 1 - Estrutura organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico até 31.12.2007.



A partir de 2008, a SEAE passou a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional - COGCI;
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais - COGAP;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística - COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia - COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde - COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial - COGAS;
- viii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência - COGDC; e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, localizada no Rio de Janeiro.

Figura 2 - Estrutura organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 2.1.2008.



A partir de 2010, a SEAE passou a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional - COGCI;
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais - COGAP, localizada no Rio de Janeiro;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística - COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Indústrias de Rede e Sistema Financeiro - COGIR;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde - COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial - COGAS;
- viii) Coordenação-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais - COGUN; e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, localizada no Rio de Janeiro.

Figura 3 - Estrutura organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 8.12.2010.



3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007

Diversas atribuições foram alteradas na área finalística da SEAE durante o ano de 2007, juntamente com a área de gestão da SEAE, que já vinha de um processo de melhoria contínua de seus processos de trabalho, destacando-se as seguintes ações:

- Organização de reuniões periódicas de coordenação com a finalidade de se avaliar criticamente as atividades desenvolvidas e de serem detectados os problemas, os gargalos e as oportunidades de melhoria em cada área;
- Organização de reuniões periódicas do Gabinete (Secretário, Adjuntos e Chefia de Gabinete) com os Coordenadores-Gerais, seja individualmente, seja com todo o grupo;
- Elaboração participativa de rol de metas anuais e semestrais com acompanhamento periódico do desenvolvimento das mesmas;

- Discussão da interface de uma área com as demais, a fim de racionalizar os processos de trabalho evitando assim o desperdício de esforço e recursos;
- Alocação da área de conformidade documental da Secretaria em sala isolada, com chave individual e armários trancados para a armazenagem dos processos;
- Intercâmbio de pessoal entre as Gerências, a fim de promover a “oxigenação” das áreas;
- Adoção do método de gerenciamento por metas públicas para cada área, com prazos definidos, disponibilizadas na Intranet da Secretaria;
- Racionalização da prestação dos serviços de secretária e de copa;
- Adequação do quantitativo de pessoal alocado às atividades de gestão e de apoio.

Durante o ano de 2010, o processo de melhoria de gestão continuou a ser intensificado e foi priorizado o fortalecimento institucional da área de gestão. Foi definido o Planejamento 2011 para a Área de Gestão (ANEXO I), que estabeleceu um total de 71 metas a serem cumpridas ao longo do ano, buscando-se a consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados, o aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão e o aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE. Foi elaborado, também, o Planejamento 2011 para a Área Finalística (ANEXO II).

O resultado do processo de modernização institucional iniciado em 2007 (nova distribuição de funções e atribuições) já provocou uma significativa elevação da qualidade do trabalho das diversas Gerências que compõem a área de gestão e também das Coordenações-Gerais que compõem a área finalística, bem como uma diminuição significativa na relação do quantitativo de servidores alocados à área de gestão e de apoio quando comparado ao quantitativo de servidores alocados à área técnica. Em 2006, a proporção era de 1,06 e, em 2007, a proporção decresceu para 0,99. Em 2008, 2009 e 2010, a relação foi de 0,87, 0,89 e 0,88, respectivamente, mantendo-se praticamente estável.

3.1 - Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE

3.1.1 - Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário

3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE

Reconhecendo a importância de que se reveste a Assessoria de Comunicação Social dentro de uma instituição pública, vale ressaltar as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2010 visando maior aproximação e melhor conhecimento mútuo entre o cidadão e o governo, com vista ao estreitamento das relações institucionais com outros órgãos e com a sociedade brasileira.

O atendimento à imprensa é um dos carros chefe da comunicação, em conformidade com os preceitos da Assessoria de Comunicação Social do Ministro da Fazenda - Ascom/GMF. Além dessa função, a Assessoria de Comunicação da SEAE desenvolve outras atividades interligadas com a Comunicação, entre elas está a avaliação de conteúdo e a atualização do portal da SEAE, o acompanhamento de matérias publicadas nos jornais de grande circulação, a elaboração do clipping diário, o envio de comunicados institucionais e, principalmente, o tratamento de mensagens

recebidas no e-mail institucional: seae@fazenda.gov.br. O mural físico localizado no corredor central da SEAE também integra o rol de atividades nessa área e o objetivo é utilizá-lo para reforçar as informações encaminhadas por meio de outros canais de comunicação.

É importante salientar que parte dessas ações gera uma estatística que compõe um registro na rede corporativa da Secretaria, a qual contempla o número de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação que citam a SEAE e o número de entrevistas concedidas pelo Gabinete, visando tornar públicos a complexidade dos assuntos tratados pela Secretaria e o resultado dos trabalhos executados pelos técnicos.

Além dos tópicos mencionados, faz-se necessário citar os projetos de suma importância que estão sob a supervisão da SEAE, como o Programa de Intercâmbio nas áreas de Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, já na 13ª edição. O objetivo é proporcionar aos estudantes de graduação, mestrado e doutorado a oportunidade de participar da formação e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a concorrência e a regulação dos diversos setores da economia. As atividades do intercâmbio são realizadas anualmente em Brasília e no Rio de Janeiro, nos meses de janeiro e julho. Em todas as edições, a SEAE recebeu um número expressivo de currículos.

Outro projeto de destaque é o Prêmio SEAE, que realizou em 2010 o V Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, cuja finalidade é estimular a pesquisa acerca dos temas subjacentes à defesa da concorrência e à regulação econômica e difundir esses temas junto à comunidade acadêmica brasileira e à sociedade em geral, reconhecendo os trabalhos de qualidade técnica e de aplicabilidade na Administração Pública. O Prêmio é concedido em duas categorias, estudantes de graduação e profissionais, que concorrem com trabalhos individuais e em grupo de candidatos de qualquer nacionalidade. Na categoria estudantes, o 1º colocado recebe R\$ 5.000,00 e, na categoria profissionais, R\$ 20.000,00. No final de cada edição, os trabalhos premiados são publicados no Livro do Prêmio SEAE.

3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria

A Constituição Federal, em seu Art. 37, parágrafo 3º, determina que, dentre outros, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da eficiência e prevê a ação de órgãos de atendimento às reclamações relativas à prestação dos serviços públicos como forma de participação do cidadão-usuário.

A Ouvidoria da SEAE reflete um esforço e uma abertura da direção da instituição para dar continuidade e aprimorar a comunicação com o cidadão. É uma busca pela transparência, eficiência e eficácia em relação à qualidade das atividades e serviços.

Esse canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela SEAE, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa.

Cabe à Ouvidoria:

- Receber e encaminhar para apuração as manifestações dos cidadãos (inclusive denúncias de irregularidades);

- Dar conhecimento das manifestações aos respectivos órgãos para que tomem as providências cabíveis, se necessárias;
- Dar conhecimento da solução/resultado da demanda ao usuário;
- Propor aos dirigentes a implementação de medidas administrativas, quando houver necessidade; e
- Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços prestados pela SEAE à sociedade.

Em 2010, a Ouvidoria da SEAE recebeu 68 mensagens (denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios) e todas foram solucionadas em tempo hábil.

3.1.2 - Comissão de Ética

A SEAE, imbuída da responsabilidade por zelar pela efetividade das normas de conduta, constituiu, por meio da Portaria nº 39, de 11.7.2002, alterada em 2008 pela Portaria nº 79, de 19.11.2008, a Comissão de Ética Setorial da SEAE (CESEAE). Ela é responsável pelo aperfeiçoamento das normas, pela educação e orientação, pelo monitoramento da observância e pela apuração de desvios na conduta dos servidores da Secretaria.

Com o objetivo de promover a educação para a ética no âmbito da SEAE, todos servidores ao iniciarem suas atividades na Secretaria recebem um exemplar do Código de Ética. Também são disponibilizadas informações sobre o tema por meio de correio eletrônico, e-mail institucional, memorando circular e Intranet.

3.1.3 - Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica

3.1.3.1 - PACE

O Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável (PACE), promovido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), corresponde ao empréstimo realizado pelo Banco ao Governo Brasileiro, no valor de US\$ 12,2 milhões, com o objetivo de apoiar atividades de assistência técnica destinada a promover o aumento da produtividade da economia brasileira. O Programa envolve projetos e estudos destinados a promover reformas microeconômicas nas áreas de logística, clima de negócios, sistema financeiro e inovação.

Sobre o clima de negócios, o foco do PACE está “no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infraestrutura, no controle de abuso do poder econômico (defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares”.

A SEAE é uma das entidades governamentais que participa do PACE, na área de Regulação, inserida no Componente 2 do Ministério da Fazenda: elaboração de estudos que contemplem propostas de melhoria do marco regulatório em diversos setores.

Os dois principais tipos de projetos são o de Estudos de Alta Complexidade e o de Estágios Profissionais no Exterior, mas também foram incluídas aquisições de bancos de dados e de softwares avançados. Dentre os temas já contratados no âmbito do Programa, estão os referentes ao setor de planos de saúde, infraestrutura de transportes, medicamentos e telecomunicações.

Em 2007 e 2008, foram várias as ações realizadas, especialmente estudos e estágios profissionais já concluídos. Nos anos 2009 e 2010, a SEAE não executou nenhum projeto.

O detalhamento a seguir ilustra a abrangência e o sucesso da parceria entre a SEAE e o PACE, não apenas pelo crescente número de projetos executados, mas principalmente pelos resultados positivos alcançados, comprovados pela alta qualidade dos trabalhos contratados e sua pertinência e adequação para a dinamização da economia nacional.

Projetos de estudos desenvolvidos:

1. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor Brasileiro de Planos de Saúde" - concluído;
2. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor de Transporte Aéreo Nacional" - concluído;
3. Contratação de consultor para "Elaboração de Termo de Referência - ISO 9001" - concluído;
4. Elaboração de Estudo e Mapeamento de "Mercados relevantes de Medicamentos" - concluído;
5. Elaboração de Estudo sobre "Poder de Mercado Significativo em Telecomunicações no Brasil" - concluído; e
6. Elaboração de Estudo sobre a "Experiência Internacional em Antidumping e Guia para Análise Econômica de Processos de Investigação de Dumping" - concluído.

Estágios profissionais no exterior realizados:

1. Capacitação Profissional de servidora da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada com regulação estatal na área de loterias e apostas, na Instituição "Loterias y Apuestas Del Estado", em Madrid, Espanha - concluído;
2. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte, em Londres, Reino Unido - concluído;
3. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada à formulação de políticas e à regulação estatal na área de infraestrutura aeroportuária, em Londres, Reino Unido - concluído; e
4. Capacitação Profissional do Secretário-Adjunto da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte e infra-estrutura, em Londres, Reino Unido - concluído.

Vale mencionar que o prazo de validade do Acordo de Empréstimo nº 7253-BR PACE se expirou em 20 de dezembro de 2010.

3.1.3.2 - PRO-REG - Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

Está em curso o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo Federal. Este projeto é fruto do programa de assistência técnica com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID e está a cargo do Comitê Gestor que inclui a Presidência da República e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Programa, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.062 de 16 de março de 2007, tem como objetivo fortalecer:

- a) o sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores;
- b) a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados;
- c) a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório;
- d) a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e
- e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório.

Uma peça central de qualquer projeto de reforma regulatória é a implementação de procedimento intitulado “Análise do Impacto Regulatório” (AIR), que é um elenco de métodos para chegar a decisões de política regulatória, baseados na análise sistemática e consistente de impactos potenciais derivados da regulação governamental.

A maneira mais popular de implementá-lo é por meio de metodologias de análise da relação de custo e benefício. A AIR é utilizada, na maioria dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em diferentes níveis: em alguns países, é usada somente nas principais propostas legislativas, enquanto em outros (como os EUA e Inglaterra) é utilizada até mesmo nas normas propostas pelas agências reguladoras. O princípio básico de funcionamento é que se os custos estimados da adoção da norma forem maiores que os benefícios, a norma não é adotada.

Um dos sub-objetivos do PRO-REG visa o “estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação em melhoria regulatória”, aos moldes de unidades análogas existentes em outros países, principalmente os países membros da OCDE. Esta unidade, entre outras atribuições, provavelmente teria também a incumbência de exercer algum tipo de Análise de Impacto Regulatório sobre novas normas e regulamentos das agências reguladoras. O acordo de empréstimo, apesar de aprovado em 2007, só prevê execução física e financeira a partir de 2008.

O PRO-REG promoveu várias atividades durante o ano de 2009, tanto em termos de articulação dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas regulatórias e as Agências responsáveis pela sua execução, como também ações de capacitação. Além disso, a SEAE vem dando continuidade à implementação de algumas das “melhores práticas” recomendadas pela OCDE em matéria regulatória, principalmente no que diz respeito à promoção e advocacia da concorrência, e

para tal tem utilizado em suas análises e pareceres regulatórios o Guia para Avaliação Concorrencial de Normas Regulatórias segundo as linhas gerais adotadas nos países que compõem aquela organização. A avaliação concorrencial de normas regulatórias é parte integrante da análise de impacto regulatório, um dos elementos da reforma regulatória que o PRO-REG vem procurando implementar no Brasil.

3.1.3.3 – Lei e Política de Concorrência no Brasil - uma revisão pelos pares

O SBDC foi objeto de revisão pelos pares (*peer review*) em 2010, no Fórum Global da Concorrência que aconteceu em Paris nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2010. O Fórum, que reúne líderes de autoridades de defesa da concorrência de cerca de 80 jurisdições ao redor do mundo, é uma fonte significativa para as autoridades atuantes no que diz respeito às melhores práticas de concorrência.

A revisão pelos pares é um elemento central do trabalho da OCDE. Ela está fundada na disposição de um país em submeter suas leis e políticas a revisões substantivas conduzidas por outros membros da comunidade internacional. O processo fornece valiosos *insights* para o país objeto do estudo, além de promover a transparência e o entendimento recíproco em benefício de todos.

A revisão pelos pares é também um importante instrumento para o fortalecimento das instituições de concorrência nacionais. Órgãos de concorrência fortes e eficazes podem, por sua vez, promover e proteger a concorrência em dada economia, o que aumenta a produtividade e o desempenho econômico em geral.

Essa é a segunda vez que o SBDC se submete à revisão pelos pares. A primeira revisão pelos pares foi realizada em 2005, no Fórum Latino-Americano de Concorrência organizado pelo BID/OCDE.

A revisão pelos pares consiste em uma análise crítica da implementação da política de defesa da concorrência em um país, efetuada pelos seus pares – no caso os países representados no Comitê de Concorrência da OCDE e consiste, basicamente, em 3 (três) etapas: avaliação, elaboração do relatório e apresentação ao Comitê.

Na primeira etapa, o Coordenador designado pela OCDE coleta um conjunto de informações para a análise, tais como documentos, entrevistas, bem como visita às instituições do SBDC. Nessa etapa, ocorre interação com os membros do SBDC, referente ao fornecimento de informações, dados e respostas aos questionamentos do Consultor. Tal etapa também implica maior interatividade, no que se refere ao detalhamento e explicação das informações disponibilizadas.

A segunda etapa corresponde à elaboração do Relatório por parte do Consultor, que será objeto de apresentação no Comitê de Concorrência da OCDE.

Na terceira etapa, o Relatório é apresentado em plenário, momento em que são formulados aos titulares dos órgãos do SBDC questionamentos adicionais por parte dos países determinados como examinadores.

Como conclusão, percebe-se a evolução da política brasileira de defesa da concorrência desde a primeira revisão pelos pares em 2005, no que diz respeito tanto à função precípua de defesa da concorrência, com a elaboração de pareceres econômicos em fusões e aquisições, quanto à função de advocacia da concorrência.

A OCDE se constitui em um fórum único, em que governos de 30 países democráticos trabalham juntos para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização. Ela está na vanguarda dos esforços empreendidos para ajudar os governos a entender e responder às mudanças e preocupações do mundo atual, como a governança, a economia da informação e os desafios gerados pelo envelhecimento da população. A Organização oferece aos governos um marco a partir do qual estes podem comparar suas experiências políticas, buscar respostas a problemas comuns, identificar as melhores práticas e trabalhar a coordenação de políticas nacionais e internacionais.

Os países-membros da OCDE são Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, República Eslovaca, Suécia, Suíça e Turquia. A Comissão das Comunidades Europeias participa do trabalho da OCDE.

3.1.3.4 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV

O acordo de cooperação técnica firmado entre Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Fazenda tem por objeto promover entre as partes a cooperação no campo da assistência técnica, na busca da eficiência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pelo Ministério, utilizando-se, dentre outros, dos seguintes mecanismos:

- a) intercâmbio de informações entre cientistas, mestres, doutores, pesquisadores, técnicos, professores e servidores do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo a realização de pesquisas e estudos de interesse recíproco voltados à disseminação e incorporação das melhores práticas e técnicas de gestão administrativa e tecnológica e ao desenvolvimento de temas relacionados às finanças públicas;
- b) concessão de bolsas de estudo de especialização, em nível de pós-graduação, e de aperfeiçoamento técnico;
- c) organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e debates nas áreas de gestão administrativa, tecnológica e de finanças públicas;
- d) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos estudos e pesquisas conjuntos; e
- e) quaisquer outras modalidades convencionadas pelas partes em instrumentos complementares, respeitado a finalidade do presente acordo de cooperação.

Projetos executados no âmbito da SEAE entre os anos de 2006 e 2010:

- I Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2006;
- II Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2007;
- III Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2008;
- Bolsa de Estudo CIPAD (abr/2008 a mar/2010);
- IV Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2009;
- Planejamento Estratégico 2009;
- V Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2010;
- Bolsa de Estudo CIPAD (set/2009 a ago/2011); e
- Bolsa de Estudo CIPAD (jun/2010 a mai/2012).

3.2 - Gestão Patrimonial - Dados Situacionais

3.2.1 - Evolução Tecnológica

3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos

A SEAE vem gradativamente implementando durante os últimos anos um processo de otimização da gestão dos recursos tecnológicos, resultante de várias medidas adotadas com o objetivo de tornar mais racional e eficiente a utilização desses recursos. Dentre as medidas, podem ser destacadas as seguintes:

- a) a manutenção dos *hardwares*, dos *softwares* e de seus respectivos recursos continua sendo preventiva, antecipando-se aos problemas que porventura possam ocorrer, reduzindo custos operacionais;
- b) a racionalização do modelo de contratação dos serviços, possibilitando economia dos recursos originalmente alocados;
- c) a utilização de rotinas operacionais de suporte a usuários, que englobam desde a disponibilização de recursos de TI, criação de perfis e orientações de utilização dos recursos;
- d) a otimização dos Sistemas *Littera* (fluxo de processos e documentos), RH - Recursos Humanos e RTI – Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais com a implementação de novas versões, com ajustes e novos recursos. Além disso, o desenvolvimento de aplicativos para automação dos serviços de suporte para o Gabinete (Agenda, Contatos Externos, Biblioteca e Reserva de Recurso), a disponibilização de informações para os usuários internos por meio da Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e a disponibilidade de informações, via *Web*, para a sociedade em geral.

A SEAE utiliza os serviços de infraestrutura tecnológica providos pelo SERPRO, que disponibiliza uma rede de computadores segura e com bom desempenho. Cabe ressaltar que os serviços prestados são compatíveis com as necessidades da Secretaria, apesar do envio àquele órgão de notificações de indisponibilidade no acesso a Sistemas Corporativos, Correio Eletrônico e hospedagem do sítio da SEAE - <http://www.seae.fazenda.gov.br>.

Os recursos computacionais disponíveis aos usuários seguem o padrão de mercado, estando, portanto, atualizados tecnologicamente. O parque é composto por 207 microcomputadores adquiridos por meio de licitação realizada pela SPOA/MF (121 computadores em 2008 e 86 em 2009). A Secretaria é proprietária de todo o parque de microcomputadores atualmente, pois os contratos de locação foram encerrados.

A modalidade de “compra” e ou “aquisição” se tornou uma tendência a partir do momento em que as empresas estenderam a garantia e os termos de assistência técnica: o custo dos equipamentos ficou mais acessível, apesar de exigir maior investimento inicial. No final de todo o processo, o custo fica relativamente menor que na modalidade locação. Adicionalmente, os microcomputadores apresentam uma vida útil que atende, em termos de tecnologia, por no mínimo 3 (três) anos, pois este é o tempo de garantia e assistência técnica praticados atualmente.

As impressoras são objeto de contratação no mercado pela SPOA/MF (impressoras laser monocromáticas – *Computeasy/IT2B* e laser coloridas – *Premier*), mediante pagamento por cópia impressa. O cabeamento lógico e elétrico também é objeto de contrato entre a SPOA/MF e a empresa do mercado (*Delta*). Os aparelhos de Scanners foram disponibilizados também pela SPOA/MF.

Os servidores da Intranet e Aplicativos são objeto de contratação no mercado pela Microcity Informática, através de contrato de locação a cargo da SPOA/MF. Os servidores estão instalados no Centro de Processamento de Dados (CPD) da SPOA/MF, em sala cofre, sendo o SERPRO responsável pela administração.

Com esse modelo contratual, evita-se a defasagem tecnológica e as implicações negativas junto aos usuários que poderiam advir de uma eventual falta de modernização.

Esse modelo de contratação tem se mostrado eficaz, considerando-se que possibilita ter, permanentemente, atualizados os recursos de *hardware*, além de também poder contar com a forma ágil do suporte *on site* prestado pelo fornecedor. Outro aspecto importante é que todos os equipamentos estão cobertos por garantia de fábrica, com reposição de máquinas *back-up* em até 48 horas.

Considerando a qualidade dos equipamentos locados (impressoras e servidores) e adquiridos (computadores), a SEAE avaliou que foram obtidas significativas reduções nos custos de manutenção, com elevado índice de disponibilidade, o que gerou, adicionalmente, reflexos positivos na produtividade da Secretaria.

Desde julho de 2006, foi iniciada a captação de dados estatísticos para medição do tráfego e de acessos ao sítio da Secretaria (www.seae.fazenda.gov.br). O número de visitantes únicos no ano

de 2009 foi de 152.007, com média mensal de 12.667, apresentando uma redução de aproximadamente 13% em relação ao ano anterior (173.417) e 10% superior a 2007 (138.127). Esses números mostram a utilidade das informações disponíveis para a sociedade em geral, com destaque para a modalidade de consultas e baixa de Pareceres produzidos pela Secretaria (<http://www1.seae.fazenda.gov.br/>) em que se registraram 100.382 visitantes únicos em 2009 e 84.085 em 2008. Para 2010, a informação não foi disponibilizada pelo SERPRO.

3.2.1.2 - Bases de Dados Estatísticos

A Secretaria disponibiliza para os seus servidores acesso a agências e bases de dados de empresas, pagas ou através de convênios, que disponibilizam várias fontes de informações como: notícias, análises, gráficos, balanços financeiros, relatórios, estatísticas setoriais, cotações, estudos macroeconômicos (Base ISI – *Emerging Markets*); acesso em tempo real sobre conjuntura econômica, agricultura e pecuária (Agência Estado - Broadcast); legislação, acervo de notas administrativas e bases de jurisprudência (Datalegis); Diário Oficial da União (Imprensa Nacional); serviço informativo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (OLISNext – OCDE); rede de reportagem global para informações financeiras, notícias, tecnologia, galeria de fotos, produtos e outros itens (Reuters); banco de dados com indicadores antecedentes e coincidentes da atividade econômica – FGV Confiança; Índice de Preços – FGV – Dados Premium; Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Legislação Consolidada – GERLEGIS; e Portal de Periódicos - CAPES.

Os Sistemas Corporativos são acessados por meio da Rede SERPRO e são ferramentas importantes tanto para a área de Gestão (COMPROT Processo, SIADS, SIAFI, SIAPE e SIASG) quanto para a área finalística (CPF-CNPJ, LINCE e SISBACEN). Além desses, há também sistemas WEB, tais como: ALICE (Análise das informações de Comércio Exterior); COMPROT DOC; DEMANDAS – Serpro e DEMANDAS – SPOA e o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema *Littera*

Este sistema, cujo início de operação na SEAE remonta ao ano de 2002, tem como finalidade o acompanhamento, o gerenciamento e o controle de Processos e documentos gerados, recebidos, tramitados e arquivados na Secretaria, inicialmente no tocante a atos de concentração.

Na Plataforma *Lotus Notes*, na qual foi desenvolvido o Sistema *Littera*, este e os outros aplicativos continuaram a ser aprimorados, inclusive com projetos para acesso via Web, utilizando-se de navegadores (browser) em vez de licenças por usuário, tais como o Sistema RH (Gestão de Pessoas), Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos (RTI), Agenda SEAE, Reserva de Recursos, Contatos Externos e Biblioteca. Desde meados de 2009, o acesso ao Sistema RH passou a ser via Web.

3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e Projeto DW/BI

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (RH) disponibiliza dados de todos os servidores da Secretaria, ativos e inativos, incluindo informações sobre formação acadêmica e participação em cursos e eventos, além de recursos para marcação eletrônica e controle das férias. Todos os dados foram mantidos atualizados em 2010 e foi disponibilizada consulta para todos os Servidores da SEAE. A partir do ano de 2008, o Sistema foi implantado em mais duas Secretarias do Ministério da Fazenda: Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN). O Sistema RH está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos (RTI), que disponibiliza o cadastro de toda infraestrutura tecnológica e de sistemas de informações existentes na SEAE, vinculando os recursos existentes aos usuários.

A Intranet atualizada e modernizada apresenta um grande avanço para a consolidação do modelo de gestão compartilhada e para a recuperação de dados e informações pelos servidores da Secretaria. Em 2010, o número de acessos foi de 154.858, enquanto que em 2009 e 2008 os acessos foram, respectivamente, 185.627 e 406.864. A tendência de queda verificada na quantidade dos acessos não significa menor utilidade do Portal, mas, sim, acessos mais objetivos a partir do incremento realizado em 2008.

3.2.1.5 - Infraestrutura tecnológica

O parque tecnológico foi mantido a partir do *upgrade* de estações de trabalho realizado em 2009. Para o ano de 2010, houve o *upgrade* do Portal da Intranet SEAE e de 4 (quatro) servidores das aplicações.

Em 2010, os serviços foram mantidos no servidor LAMP totalmente configurado com *softwares* livres (*Linux, Apache, Mysql e PHP-Nuke*) que não exigem o pagamento de licenças. O servidor hospeda o Gerenciador de Conteúdo da SEAE (Intranet), segue os padrões recomendados pelo governo (*softwarelivre.gov.br*) e atende plenamente as exigências da Secretaria.

3.2.1.6 - Política de Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

A tabela a seguir contém informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da SEAE, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Tabela 2 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) na SEAE.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					5 servidores e 3 terceirizados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					70% e 30%
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados,			X		
Considerações Gerais:					
Vale prestar esclarecimento a respeito da estrutura regimental do Ministério da Fazenda, que é formado por Órgãos Específicos Singulares (OES) com atuações independentes quanto às necessidades de TI e execução orçamentária, mas que se utilizam de serviços do SERPRO, empresa vinculada ao MF, e da gestão da Subsecretaria de Orçamento e Administração (SPOA/MF), sob orientação da Diretoria de Gestão (DIGES) da Secretaria Executiva (SE). Portanto, muitas das respostas, dadas no escopo da SEAE poderão ser melhor analisadas no âmbito da SE e da SPOA, como por exemplo, as contratações e licitações que são realizadas via Coordenação de Recursos Logísticos (COGRL/SPOA/MF), enquanto que os outros serviços são realizados pelo SERPRO. A Secretaria Executiva preside o Comitê Estratégico de TI (CETI) e o Comitê Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTTIC).					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: SEAE/MF.

3.3 - Gestão de Recursos Humanos - Dados Situacionais

Em 2010, tal qual ocorreu em anos anteriores, a SEAE continuou se ressentindo do fato de não contar com um sistema institucional de recrutamento e seleção de seus servidores. Não advogamos em prol de uma carreira específica. O Ministério da Fazenda possui carreiras de servidores bastante bem preparados, com formações acadêmicas adequadas ao exercício das funções da SEAE para atender nossas necessidades e preencher a demanda por pessoal qualificado da Secretaria.

Há inevitáveis efeitos negativos decorrentes da impossibilidade de provisão periódica de mão-de-obra qualificada, quais sejam, a elevada rotatividade de pessoal aliada à ausência de um sólido comprometimento organizacional, que por sua vez dificultam a formação de uma cultura organizacional própria que contribua efetivamente para o contínuo fortalecimento da instituição no desempenho de suas atividades. Apenas para ilustrar esta questão da alta rotatividade de pessoal na SEAE, em 2010, 23% (19 dos 81 técnicos) do quadro afeto à área finalística deixou a SEAE e teve de ser substituído.

No ano de 2007, também foi discutida a criação da Carreira Fazendária com a Secretaria Executiva e demais órgãos fazendários, que, em parte, solucionaria os problemas internos do Ministério em relação aos servidores terceirizados e sem vínculo, além de atender às determinações do Termo de Conciliação Judicial – Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, firmado em 5 de novembro de 2007, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho. Em 24 de maio de 2009, a ESAF realizou o Concurso Público para Provimento do Cargo de Assistente Técnico-Administrativo do Ministério da Fazenda (ATA), sendo o resultado homologado em 8 de julho de 2009. Dos aprovados, seguindo as determinações do Edital ESAF 121, de 16 de dezembro de 2009 (2ª. chamada), caberiam à SEAE 12 servidores para o ano de 2010, entretanto apenas 5 (cinco) servidores ingressaram na SEAE até o momento.

No que se refere ao SBDC, como mencionado anteriormente, foi incluído no Projeto de Lei a necessidade de prover o sistema com 200 cargos técnicos, a serem inicialmente preenchidos por servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), mas enquanto o projeto não for convertido em Lei, todo o sistema permanecerá à mercê das movimentações de recursos humanos e da rotatividade em decorrência da natureza dos cargos comissionados, dificultando a ação do gestor público na captação de mão-de-obra qualificada para a SEAE.

Ao final de 2010, a Secretaria contava com um total de 152 servidores, sendo 81 na área finalística e 71 na área de apoio logístico. Deste total, 53% dos servidores são do sexo feminino, enquanto 47% são do sexo masculino. O tempo médio de permanência na SEAE é de 5 anos na área finalística e de 7 anos na área de apoio logístico. A idade média dos servidores é 38 anos para a área finalística e de 37 anos para o apoio logístico. Na área finalística, 99% dos servidores possuem nível superior completo, ao passo que na área de apoio logístico esse número cai para 24%. A maior parte dos servidores da área finalística tem graduação na área de Economia e tem o domínio de mais de um idioma.

Em atenção ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, e observando também a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, informamos que os servidores da SEAE podem autorizar o acesso a sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física enviada a Secretaria da Receita Federal do Brasil, não havendo necessidade de renovação anual da autorização. No caso de não autorização do acesso à Declaração de Ajuste Anual, a obrigação é atendida preenchendo o Formulário de Declaração de Bens e Valores constante do anexo II da Portaria retrocitada.

As tabelas a seguir mostram os cargos comissionados e as funções gratificadas da Secretaria e a distribuição do efetivo total entre a área finalística e a de apoio logístico, além da formação acadêmica do pessoal que compõe o quadro de servidores da SEAE.

Tabela 3 - Demonstrativo da área finalística da SEAE discriminado por servidores.

<i>ÁREA FINALÍSTICA</i>	<i>QUANTIDADE</i>
TOTAL DE TÉCNICOS	81
com vínculo	56
sem vínculo	25
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	70
com vínculo	45
sem vínculo	25
TOTAL DE TÉCNICOS	81
Comissionado com vínculo	45
CONAB	1
MC	1
MF (PECFAZ)	2
MP (Gestor)	26
PETROBRAS	1
UFBA	1
SERPRO	1
STN	12
Sem comissão e com vínculo	8
STN	6
SERPRO	2
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	3
STN	3
Comissionado sem vínculo	25

Fonte: SEAE/MF

Tabela 4 - Demonstrativo da área de apoio logístico da SEAE discriminado por servidores.

ÁREA MEIO	QUANTIDADE
TOTAL DE APOIO	71
com vínculo	26
sem vínculo	11
terceirizado	20
estagiário	14
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	22
com vínculo	11
sem vínculo	11
TOTAL DE APOIO (exceto terceirizado e estagiário)	37
Comissionado com vínculo	11
BB	2
MF (PECFAZ)	6
SERPRO	3
Sem comissão e com vínculo	8
SERPRO	4
MF (PECFAZ)	4
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	7
MF (PECFAZ)	7
Comissionado sem vínculo	11

Fonte: SEAE/MF

Tabela 5 - Demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas.

QTDE	CARGOS EM COMISSÃO	QTDE	FUNÇÃO GRATIFICADA
1	DAS 6	3	FG 1
2	DAS 5	11	FG 2
10	DAS 4		
17	DAS 3		
42	DAS 2		
20	DAS 1		
TOTAL 92		TOTAL 14	

Fonte: SEAE/MF

Tabela 6 - Demonstrativo dos cargos em comissão distribuídos por área finalística e área de apoio logístico.

CÓDIGO DAS	ATIVIDADE	ÁREA FINALÍSTICA	ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO
101.6	Secretário	1	0
101.5	Secretário-Adjunto	2	0
101.4	Chefe de Gabinete	1	0
101.4	Coordenador-Geral	9	0
101.3	Coordenador	1	2
102.3	Assessor Técnico	14	0
101.2	Gerente	0	7
101.1	Chefe de Núcleo	0	9
102.2	Assistente	35	0
102.1	Assistente Técnico	6	5
	TOTAL	69	23

Fonte: SEAE/MF

Tabela 7 - Distribuição do efetivo da SEAE - posição em 31.12.2010.

ATIVIDADE FINALÍSTICA			ATIVIDADE DE APOIO LOGÍSTICO	
QTDE	ATIVIDADE	FORMAÇÃO	QTDE	ATIVIDADE
1	Secretário	Economia	2	Coordenadores de Gestão
1	Secretário-Adjunto	Economia/Direito/História	2	Assistentes Técnico
1	Secretário-Adjunto	Economia	6	Gerentes
1	Chefe de Gabinete	Economia	9	Chefes de Núcleo
1	Coordenador-Geral	Direito	16	Secretárias
1	Coordenador-Geral	Economia/Direito	14	Estagiários
4	Coordenador-Geral	Economia	2	Operadores de Xerox
1	Coordenador-Geral	Engenharia Civil	2	Messageiros
1	Coordenador-Geral	Engenharia de Produção	14	Aux. Téc. Adm.
1	Coordenador-Geral	Relações Internacionais	4	Recepcionistas
1	Coordenador	Economia		
6	Assessor Técnico	Economia		
1	Assessor Técnico	Administração de Empresas		
1	Assessor Técnico	Engenharia Civil		
1	Assessor Técnico	Engenharia de Produção		
1	Assessor Técnico	Direito/Ciências Sociais		
2	Assessor Técnico	Economia (cursando)		
1	Assessor Técnico	Relações Internacionais		
1	Assistente	Administração Pública		
1	Assistente	Administração		
2	Assistente	Administração de Empresas		
14	Assistente	Economia		

2	Assistente	Comunicação Social		
4	Assistente	Direito		
1	Assistente	Economia/História		
2	Assistente	Engenharia Elétrica		
1	Assistente	Engenharia Civil/Direito		
2	Assistente	Matemática		
1	Assistente	Relações Internacionais (cursando)		
1	Assistente	Economia/Direito		
3	Assistente	Direito (cursando)		
1	Assistente	Economia (cursando)		
2	Assistente Técnico	Direito		
1	Assistente Técnico	Engenharia Mecânica		
1	Assistente Técnico	Direito (cursando)		
2	Assistente Técnico	Economia		
1	Gerente	Economia		
1	FG - 2	Administração/Publicidade/Ciências Sociais		
1	FG - 2	Engenharia		
1	FG - 2	Economia		
1	Técnico	Estatística		
1	Técnico	Engenharia de Pesca		
3	Técnico	Economia		
1	Técnico	Direito		
1	Técnico	Relações Internacionais		
1	Técnico	2º Grau		
SUBTOTAL	81		71	
TOTAL		152		

Fonte: SEAE/MF

A natureza das atividades da SEAE enseja a necessidade de treinamentos específicos, tanto na área de defesa da concorrência e regulação, quanto no que se refere aos sistemas informatizados implementados ou em uso no âmbito da Secretaria. Tais oportunidades têm sido viabilizadas pela Secretaria que, ademais, segue dando estímulo a seus servidores para que frequentem cursos e treinamentos oferecidos por instituições públicas e privadas, além de propiciar a participação do seu corpo técnico em seminários e outros eventos de destaque na área de defesa da concorrência e regulação tanto em nível nacional como internacional.

Ações de divulgação de informações referentes a cursos, seminários e workshops, patrocínio de cursos e oferta de vagas fazem parte da estratégia de incentivo à capacitação técnica que tem sido adotada por esta Secretaria com bons resultados.

Durante o ano de 2010, a SEAE continuou a intensificar a capacitação da equipe técnica para o desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias à maior focalização da Secretaria em atividades relacionadas à regulação. Vários técnicos participaram de ações de treinamento diversas sobre aspectos regulatórios relativos aos setores específicos sobre os quais a

Secretaria trabalha. A tabela 8 traz a relação completa das ações de treinamento desenvolvidas em 2010.

Tabela 8 - Ações de treinamento realizadas em 2010.

	EVENTOS 2010	Número de Participantes
1	21º Encontro Tele-Síntese - Banda Larga - Desafios	2
2	48º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural	1
3	5º Congresso Internacional de Direito Tributário do Paraná	1
4	9Th Annual International Mergers and Acquisitions Conference	1
5	Congresso A Aplicação da Política Antitruste no Mundo: A perspectiva da América Latina.	1
6	Congresso Brasileiro do Aço - 21 Edição & ExpoAço 2010	5
7	Congresso Brasileiro do Aço - 21 Edição & ExpoAço 2011	1
8	Congresso Brasileiro do Aço - 21 Edição & ExpoAço 2012	1
9	Curso de Atualização em Direito Processual Civil - Meios de Impugnação de Decisões Judiciais	1
10	Curso de Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Livre - CEML	1
11	Curso de como Elaborar Projetos de GED/ECM e Workflow e Reparação para o Exame CDIA+	2
12	Curso de Econometria	15
13	Curso de Economia do Setor Elétrico - CECO - 2010	1
14	Curso de Legislação Ambiental Brasileiro para não Advogados	1
15	Curso de Mercados Financeiros e Novos Instrumentos Financeiros	2
16	Curso Introdutório em Técnicas e Metodologias de AIR	1
17	Curso Regulação Econômica - Módulo Avançado	17
18	Curso sobre Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos	1
19	I Seminário Internacional Sobre Propriedade Intelectual e Política da Concorrência	2
20	II Encontro de Ferrovias	1
21	III Congresso CONSAD de Gestão Pública	1
22	Programa de Avaliação Socioeconômico de Projetos	1
23	Seminário - A Hidrovia do Rio Paraguai, o Desenvolvimento Regional e o PAC 2	1
24	Seminário - A Hidrovia do Rio Tocantins, o Desenvolvimento Regional e o PAC 2	1
25	Seminário Cúpula União Européia - América Latina de Aviação Civil	1
26	Seminário Internacional "PPP Américas 2010 - As Parcerias Público-Privadas no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas"	2
27	Seminário Internacional Sobre Cartões de Pagamento	8
28	Seminário Nacional de Mobilidade Urbana	1
29	Seminário Política de (Tele) Comunicações	1
30	Seminário Segurança e Gestão de Riscos	1
31	Seminário Teletime Tecnologia de Redes	2

32	VI Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras	6
33	VI Seminário Sobre Desenvolvimento Econômico	1
34	Workshop de Digitalização de Documentos com Validade Legal, Compliance e Gestão de Riscos com GED/ECM/BPM	2
35	Workshop Gás Summit - Latin America 2010	1
36	Workshop sobre Ferramentas e Ações para Gestão em Sinistralidade	1
37	Workshop Sobre PPP em Rodovias	3
38	X Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor	3
39	X Congresso Brasileiro de Direito do Estado	3
40	XV Exposição e Conferência Internacional de Cartões, Serviços e Tecnologia - CARDS 2010	2
41	Programa de Treinamento para Funcionários Públicos Brasileiros na Área de Regulação	3
42	XXX Edição de Programa de Intercâmbio do CADE - Curso Aplicado de Defesa da Concorrência	1
43	Curso de Licitações, Contratos e Fiscalização	1
44	Seminário IV Brasil nos Trilhos	5
45	V Workshop Sobre Recursos de Desenvolvimento Tecnológico nas Concessões Rodoviárias: Soluções Técnicas Aplicadas	1
46	Curso de Técnicas de consulta para Processo de AIR - Análise do Impacto Regulatório	1
47	Seminário IV Semana Regulatória SulAmérica Seguros	1
48	I Seminário Português, Público-Privado Latino-Americano	3
49	Seminário Análise Custo Benefício e Eficiência na Política Pública	1
50	Congresso Mobile Money Brasil 2010	1
51	Seminário Diálogo: Água e Desenvolvimento Econômico	1
52	Seminário de Jurídicos, Loterias e Apostas de Estado	1
53	Curso World Fiscal Systems for Oil & Gas Course	2
54	XV Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y de La Administración Pública	2
55	Pós Graduação em Administração Pública: A Dimensão Estratégica da Gestão - CIPAD	1
56	XVII Congresso Internacional do Trigo	1
57	Seminário Internacional Sobre Governança Global	1
58	III Seminário TelComp 2010 Convergência e Inovação: Criando Valor e Desenvolvimento	1
59	1ª Semana da Defesa da Concorrência no Estado do RS - Interfaces entre o Direito e a Economia	1
60	5º Seminário Brasileiro de Logística de Distribuição de Combustíveis	1
61	WLA 2010 Convention and Trade Show	1
62	VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira de Contratações Públicas	1
63	XXIV ANPET - Congresso de Ensino e Pesquisa em Transportes	2
64	VIII Edición Del Curso Sobre Regulación Energética de ARIAE, Sobre Suministro de Energía y la Protección Del Consumidor	1
65	III Conferência Internacional de Lisboa sobre o Direito e a Economia da	1

	Concorrência	
66	VI Congresso de Economia da Saúde da América Latina e do Caribe	1
67	4º Fórum Anual Latinoamericano de Infraestrutura e Finanças	1
68	International Financial Issues in Emerging Markets Program	1
69	Conferência Anual da International Competition Network (ICN)	1
70	Programa de Intercâmbio no Verão	1
71	Conference on Promoting Competitiveness in Latin America and the Caribbean	1
72	2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA	1
73	Congresso Latino americano de Siderurgia - ILAFA – 51 e ILAFAEXPO 2010	1
74	Conferência Internacional "Política Regulatória na Encruzilhada: Rumo a uma Nova Ordem Política".	1
75	Seminário Internacional de Finanças, Regulação e Gestão de Transporte Intermodal	1
76	Seminário Sobre Desafios da Cidade Portuária Contemporânea: Desenvolvimento Urbano – Portuário e Sustentabilidade Ambiental	1
77	XXIV Seminário Internacional da Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicação	1
78	Seminário 6ª Jornada de Estudos de Regulação	1
79	16º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência	3
80	II Seminário Sobre os Direitos e Deveres dos Usuários de Transportes Terrestre - Os Desafios da Regulação para o Aumento do Acesso aos Serviços de Transporte	2
81	Visita às Instalações da SINOBRAS em Marabá, Tucuruí e Carajás	3
82	II Semana Temática em Transportes	1
83	38º Encontro Nacional de Economia	1
84	Curso Mercado de Cartões: Fundamentos e Aplicações	1
85	Curso Licitações e Contratos Administrativos	1
86	Curso Fundamentos em Gerência de Projetos	1
87	Palestra Sobre Dia da Segurança no Trabalho	1
	Total geral	163

Fonte: SEAE/MF

Além disso, cabe ressaltar que a SEAE passou a integrar o Comitê de Capacitação do Ministério da Fazenda e elabora o planejamento anual de cursos e treinamentos para inclusão no Plano de Capacitação Permanente (PCP) do Ministério, a ser executado em parceria com a ESAF - Escola de Administração Fazendária e, na ausência de expertise da Escola, com outros parceiros que a Escola porventura venha a nos indicar.

A tabela 9 traz os quantitativos do pessoal cedido e do requisitado.

Tabela 9 - Quantitativo de pessoal cedido e requisitado.

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	QTDE
Ministério das Comunicações	1
MPOG	2
TST	1
MPDFT	1
TOTAL	5

SERVIDORES CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
Ministério das Comunicações	ALBA LÚCIA RODRIGUES	1		X	1
Tribunal Superior do Trabalho	EVANDRO ROBERTO KARKOW	1		X	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	LANA MARIA ALVES DE SOUZA	1		X	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	JOSÉ ONOFRE MIRANDA DE SOUSA	1		X	1
Ministério Público do DF e Territórios	LEDA VIEIRA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	1		X	1
TOTAL		5			5

QUANTITATIVO DE SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	QTDE
Banco do Brasil	2
CONAB	1
Ministério das Comunicações	1
PETROBRAS	1
UFBA	1
SERPRO	10
TOTAL	16

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
BB	ARTUR EMÍLIO DE REZENDE	1		X	1
BB	MARIA D'ARC LOPES BESERRA	1		X	1
TOTAL		2			2

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
CONAB	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	1	X		1
TOTAL		1			1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
MC	GUILHERME OLIVEIRA PIRES	1	X		1
TOTAL		1			1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
PETROBRAS	CELSO DE MELO PINTO	1		X	1
TOTAL		1			1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
UFBA	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	1	X		1
TOTAL		1			1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE	ônus p/ SEAE		
			sem	com	QTDE
SERPRO	MÔNICA BEHRENS AZEVEDO PALMEIRA	1		X	1
SERPRO	FERNANDO DA SILVA SANTIAGO	1		X	1
SERPRO	IVAN FIGUEIREDO NOVAES	1		X	1
SERPRO	JÊCER DA SILVA AMARAL	1		X	1
SERPRO	JORGE DE ALMEIDA GOUVÊA	1		X	1
SERPRO	MARIA HELENA FERRARI	1		X	1
SERPRO	ODETH ALVES DA SILVA	1		X	1
SERPRO	PAULO CESAR TEIXEIRA FERNANDES	1		X	1
SERPRO	SANDRA PERRONE	1		X	1
SERPRO	SUELY ALVES NAZARET	1		X	1
TOTAL		10			10

TOTAL DE SERVIDORES REQUISITADOS	16
---	-----------

Fonte: SEAE/MF

A tabela 10 traz os quantitativos sobre os ingressos e egressos de servidores no exercício de 2010. Quanto às informações sobre o quantitativo da lotação autorizada e efetiva e sobre os servidores inativos e pensionistas, estas serão inseridas no Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas daquela instituição.

Tabela 10 - Informações sobre a composição de recursos humanos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão			10	5
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado			1	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado			4	7
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas			1	3
2.2.4 Sem vínculo			7	8
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total			23	24

Fonte: SEAE/MF

A tabela abaixo traz informações sobre a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária.

Tabela 11 - Informações sobre a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária.

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	2	7	1		
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	3			
2.3. Funções gratificadas					

Fonte: SEAE/MF

A tabela abaixo traz informações sobre a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade.

Tabela 12 - Informações do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					1	4	2	3	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						3	2	1	
2.3. Funções gratificadas									
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SEAE/MF

A tabela abaixo traz o quantitativo de estagiários por trimestre em 2010, distinguindo-se a alocação na área fim e na área meio, faltando as informações sobre as despesas por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF. Também não são informados os custos dos recursos humanos da SEAE nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva pelo mesmo motivo.

Tabela 13 - Informações sobre a composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior					Não se aplica à natureza jurídica da SEAE
• Área Fim	2	5	2	2	
• Área Meio		1		1	
Nível Médio					
• Área Fim					
• Área Meio				1	

Fonte: SEAE/MF

Em relação às viagens de fim-de-semana, apenas 29% das viagens realizadas nesta Secretaria incluíram finais de semana e feriados e as mesmas foram realizadas em decorrência de adequação de agenda, de forma que o servidor estivesse presente no destino em tempo hábil ao compromisso previamente programado. Foi dado especial enfoque aos procedimentos de concessão de diárias em cumprimento às disposições contidas no parágrafo 2º do Art. 5º do Decreto nº 5.992/2006.

A tabela abaixo traz os valores pagos relativos a diárias incluindo final de semana ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos e motivação.

Tabela 14 - Diárias pagas no final de semana e feriados.

Nr.	Nome	Trecho	Período do Afastamento	Valor Diária	Quant. Diárias	Motivo da Viagem
1	RICARDO KALIL MORAES	RIO/LIS/RIO	12 A 16/1/200	2747,35	4,0	PARTICIPAR DA III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA SOBRE O DIREITO E A ECONOMIA DA CONCORRÊNCIA, NOS DIA 14 E 15 DE JANEIRO 2010
2	BRUNO EDUARDO DOS SANTOS	BSB/SCL/BSB	19 A 23/1/2010	1383,20	4,0	PARTICIPAR DO IV CONGRESSO DE ECONOMIA DA SAÚDE, DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, NOS DIAS 20 A 22 DE JANEIRO DE 2010, DAS 8H30 ÀS 15H NO HOTEL CROWNE PLAZA, SANTIAGO - CHILE.
3	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/MEX/BSB	31/1 A 6/2/2010	3762,00	6,0	PARTICIPAR NOS DIAS 01 A 05 DE FEVEREIRO DE 2010 DE UMA VISITA AO JOCKEY CLUB MEXICANO PARA A ANÁLISE DOS SISTEMAS DE LOTERIAS. A VISITA TEM INÍCIO NO DIA 01 DE FEVEREIRO ÀS 9H E TÉRMINO NO DIA 05 DE FEVEREIRO ÀS 19H.
4	JULIANA OLIVEIRA CAVALCANTI	BSB/MEX/BSB	31/1 A 6/2/2010	3648,00	6,0	PARTICIPAR NOS DIAS 01 A 05 DE FEVEREIRO DE 2010, DE UMA VISITA AO JOCKEY CLUB MEXICANO PARA A ANÁLISE DOS SISTEMAS DE LOTERIAS. A VISITA TERÁ INÍCIO NO DIA 01/02/2010 ÀS 9H, E TÉRMINO DIA 05/02/2010 ÀS 19H.
5	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/CDG/BSB	13 A 21/2/2010	5712,79	8,0	REUNIÃO DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA E DO FORUM GLOBAL DE CONCORRÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE. NOS DIAS 15 A 19/2/2010 DE 14H ÀS 20H.
6	GLEYNER MARTINS NOVAES	BSB/MEX/BSB	31/1 A 6/2/2010	3515,40	6,0	PARTICIPAR NOS DIAS 01 A 05 DE FEVEREIRO DE 2010 DE UMA VISITA AO JOCKEY CLUB MEXICANO PARA A ANÁLISE DOS SISTEMAS DE LOTERIAS. A VISITA TEM INÍCIO ÀS 9H E TÉRMINO ÀS 19 HORAS.

7	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	RIO/CDG/RIO	16 A 22/2/2010	4438,98	5,0	PARTICIPAR DE REUNIÕES DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA E FÓRUM GLOBAL DE CONCORRÊNCIA PROMOVIDAS PELA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE EM PARIS NOS DIAS 17 A 19 DE FEVEREIRO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 9H30 DO DIA 17/2 E TÉRMINO ÀS 20H DO DIA 19/2.
8	WAGNER FERREIRA CARNEIRO JUNIOR	BSB/MEX/BSB	31/1 A 6/2/2010	3515,40	6,0	PARTICIPAR NOS DIAS 01 A 05 DE FEVEREIRO DE 2010 DE UMA VISITA AO JOCKEY CLUB MEXICANO PARA A ANÁLISE DOS SISTEMAS DE LOTERIAS. A VISITA TEM INÍCIO NO DIA 01 DE FEVEREIRO ÀS 9H E TÉRMINO NO DIA 05 DE FEVEREIRO ÀS 19H.
9	RICARDO ALMEIDA MULLER	RIO/SÃO/RIO	28/2 A 1/3/2010	469,15	1,5	ACOMPANHAR A EXTRAÇÃO DO PROCESSO: 18101.000587/2009-21, DO BANCO BANCO IBI S/A- BANCO MÚLTIPLO E MAKRO ATACADISTA S.A., LOCALIZADO NA EMPRESA MAKRO BUTANTÁ, SITUADA À RUA CARLOS LISDEGNO CARLUCCI N° 519, SÃO PAULO-SP, QUE OCORRERÁ ÀS 10H DO DIA 1/3/2010.
10	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/SÃO/RIO	28/2 A 1/3/2010	407,05	1,5	ACOMPANHAR A EXTRAÇÃO DO PROCESSO:18101.000587/2009-21, DO BANCO BANCO IBI S/A- BANCO MÚLTIPLO E MAKRO ATACADISTA S.A., LOCALIZADO NA EMPRESA MAKRO BUTANTÁ, SITUADA À RUA CARLOS LISDEGNO CARLUCCI N° 519, SÃO PAULO-SP, QUE OCORRERÁ ÀS 10H DO DIA 1/3/2010.
11	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/SSA/BSB	30/1/2010	247,10	0,5	PARTICIPAR DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL TEMÁTICO DA BAHIA, QUE REALIZAR-SE-Á EM 30.01.2010, DAS 14H00 ÀS 16H00, NO HOTEL BLUE TREE SALVADOR - RUA MONTE CONSELHO, 505 - RIO VERMELHO - SALVADOR - BA OBS: O SERVIDOR JÁ TINHA COMPRADO AS PASSAGENS ANTES PARA TRATAR DE ASSUNTOS PESSOAIS, CABENDO A SEAE CUSTEAR MEIA DIÁRIA, POIS O SERVIDOR PARTICIPARÁ DO EVENTO ACIMA MENCIONADO COMO PALESTRANTE

12	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/FLN/BSB	23 A 28/2/2010	1168,85	5,5	ACOMPANHAR OS SORTEIOS DA CAIXA REFERENTE ÀS MODALIDADES DA QUINA, LOTOMANIA, LOTERIA FEDERAL, DUPLA SENA E MEGA-SENA, NOS DIAS 23 E 24/2/10 A PARTIR DAS 19H.
13	MARCIA VIEIRA MACHADO	BSB/CSA/BSB	26 A 27/2/2010	483,54	1,5	ACOMPANHAR A EXTRAÇÃO DO PROCESSO: 18101000006/2010-94, DA LOJA NIVALMIX, LOCALIZADA NA RUA CEL. OLIVEIRA LIMA, 355-CENTRO- SANTO ANDRÉ/SP, ÀS 14H DO DIA 27/2. OBS: A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO COMPROMISSO DEVIDO À FISCALIZAÇÃO SER NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ/SP.
14	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/CSA/RIO	26 A 27/2/2010	479,94	1,5	ACOMPANHAR A EXTRAÇÃO DO PROCESSO: 18101000006/2010-94, DA LOJA NIVALMIX, LOCALIZADA NA RUA CEL. OLIVEIRA LIMA, 355-CENTRO- SANTO ANDRÉ/SP, ÀS 14H DO DIA 27/2. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR, DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO.
15	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/FLN/SÃO	23 A 28/2/2010	1071,82	5,0	ACOMPANHAR OS SORTEIOS DA CAIXA REFERENTE ÀS MODALIDADES DA QUINA, LOTOMANIA, LOTERIA FEDERAL, DUPLA SENA E MEGA-SENA, NOS DIAS 23 E 24/2 A PARTIR DAS 19H.
16	RÓDRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/SÃO/BSB	7 A 8/2/2010	468,34	1,5	PARTICIPAR DO EVENTO ABDI: CONSULTA PÚBLICA NO. 50 - REGULAMENTO SOBRE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL POR MEIO DE REDE VIRTUAL, QUE OCORRERÁ NO DIA 08/02/2010 DAS 9H30 ÀS 12H30 NO PINHEIRO NETO ADVOGADOS- RUA HUNGRIA 1100 EM SÃO PAULO-SP. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO (DOMINGO) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO EVENTO.
17	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/CXJ/RIO	7 A 8/3/2010	353,95	1,5	ACOMPANHAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA PROMOÇÃO INSERIDA NO PROCESSO: 18101000029/2010-07, DO FUNDO DE PROMOÇÕES COLETIVAS COMERCIAL DO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAXIAS. O SERVIDOR IRÁ COMPARECER À RUA LUDOVICO CAVINATO, Nº 1431 - CAXIAS DO SUL – RS DENTRO DO HORÁRIO DO EVENTO, QUE FUNCIONARÁ DE 09H ÀS 22H DO DIA 07/03/2010.

						COM A FISCALIZAÇÃO OCORRENDO ÀS 20H, E AO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAXIAS, LOCALIZADO NA RODOVIA RSC 453 - KM 3,5 – Nº. 2780 – CAXIAS DO SUL/RS, NO DIA 08/03/2010, ENTRE 10H E 22H.
18	RICARDO ALMEIDA MULLER	RIO/CXJ/RIO	7 A 8/3/2010	405,70	1,5	ACOMPANHAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA PROMOÇÃO INSERIDA NO PROCESSO: 18101000029/2010-07, DO FUNDO DE PROMOÇÕES COLETIVAS COMERCIAL DO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAXIAS. O SERVIDOR IRÁ COMPARECER À RUA LUDOVICO CAVINATO, Nº 1431 - CAXIAS DO SUL – RS DENTRO DO HORÁRIO DO EVENTO, QUE FUNCIONARÁ DE 09H ÀS 22H DO DIA 07/03/2010, COM A FISCALIZAÇÃO OCORRENDO ÀS 20H, E AO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAXIAS, LOCALIZADO NA RODOVIA RSC 453 - KM 3,5 – Nº. 2780 – CAXIAS DO SUL/RS, NO DIA 08/03/2010, ENTRE 10H E 22H.
19	CELSO BARBOSA DE ALMEIDA	BSB/MIA/BSB	17 A 20/3/2010	2.152,80	2,5	PARTICIPAR DA 4TH ANNUAL LATIN AMERICAN ENERGY & INFRASTRUCTURE FINANCE FORUM COMO PALESTRANTE SOBRE O TREM DE ALTA VELOCIDADE – TAV ENTRE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO. DISCUTIR UMA VISÃO GERAL E O CALENDÁRIO DO PROJETO NO PRÓXIMO DIA 18 E 19 DO MÊS DE MARÇO, QUINTA E SEXTA-FEIRA, O DIA INTEIRO, THE RITZ CARLTON, COCONUT GROVE, MIAMI – E.U.A.
20	RODRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/SÃO/BSB	7 A 8/3/2010	461,88	1,5	PARTICIPAR DA REUNIÃO N°02 DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FÓRUM DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09H30, NO HOTEL ADDRESS (RUA AMAURI, 513, ITAIM BIBI - SALA MORUMBI), SÃO PAULO-SP. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR À REUNIÃO , 07/03/10 (DOMINGO), PARA VIABILIZAR SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO.
21	JORGE HENRIQUE DE SAULES NOGUEIRA	BSB/CWB/BSB	14 A 19/3/2010	1.129,21	5,5	PARTICIPAR DE CURSO DE ECONOMIA DO SETOR ELÉTRICO – CECO/NOS, CUJO LOCAL DA REALIZAÇÃO É RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES , Nº 251 – CENTRO – CURITIBA/PR, PELO PERÍODO DE 15/03/2010 A 19/03/2010, NO HORÁRIO DE 8:00H AS 17:30H.

22	ANDREY GOLDNER BAPTISTA SILVA	BSB/SAL/BSB	12 A 18/4/2010	2.074,80	6,0	PARTICIPAR DA REUNIÃO COM AUTORIDADES ANTITRUSTE DE OUTROS PAÍSES: PRIMEIRA REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO COMPAL II - UNCTAD QUE SERÁ PROMOVIDA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA DE EL SALVADOR, NA SEDE DO GOVERNO DE EL SALVADOR. LOCAL DO EVENTO: EL SALVADOR, SAN SALVADOR. PERÍODO DE 14 A 16 DE JUNHO DE 2010 DAS 8H ÀS 18H.
23	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/SÃO/BSB	21 A 26/3/2010	1.421,81	5,5	PARTICIPAR DO CURSO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIVRE-CEML, NO PERÍODO DE 22 A 26 DE MARÇO DE 2010 DAS 8H00 ÀS 17:30H NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - ASSESSORIA DE PROJETOS E CURSOS ESPECIAIS - ANPE- NO ENDEREÇO SITO À RUA MARIA BORBA, 44 . 6º ANDAR . SALA 67. CENTRO . SÃO PAULO - SP. O SERVIDOR VIAJARÁ NO DIA ANTERIOR (21/03- DOMINGO) DEVIDO AO FATO DO HORÁRIO DO PRIMEIRO VÔO NÃO SER COMPATÍVEL E NÃO HAVER TEMPO HÁBIL PARA CHEGAR AO EVENTO SUPRACITADO, CONFIRMADO PARA INICIAR ÀS 8H00 DO DIA 22/03/2010 (SEGUNDA- FEIRA),
24	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/SÃO/BSB	4 A 5/4/2010	461,88	1,5	PARTICIPAR DA REUNIÃO N°03 DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FÓRUM DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2010, ÀS 09H30, NO HOTEL ADDRESS (RUA AMAURI, 513, ITAIM BIBI - SALA MORUMBI), SÃO PAULO-SP. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA 04/04/2010 (DOMINGO) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO, QUE SERÁ REALIZADO EM SÃO PAULO- SP NO DIA 05/04/2010 ÀS 9H30.
25	RITA DE CASSIA VANDANEZI MUNCK	BSB/SÃO/BSB	13 A 17/4/2010	1.181,83	4,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO: "COMO ELABORAR PROJETOS DE GED/ECM E WORKFLOW E PREPARAÇÃO PARA O EXAME CDIA +" EM SÃO PAULO. O EVENTO TERÁ INÍCIO NO DIA 14 DE ABRIL DE 2010 ÀS 8H30 E, TÉRMINO NO DIA 16 DE ABRIL ÀS 18H.

26	GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA	BSB/CDG/BSB	28/3 A 1/4/2010	3.459,50	5,0	PARTICIPAR DA REUNIÃO DE GRUPO DE TRABALHO DO COMITÊ DE COMÉRCIO DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE, A SER REALIZADA NA RUE ANDRÉ PASCAL, 75775 EM PARIS – FRANÇA, NOS DIAS 30 E 31 DE MARÇO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 9H30 E TÉRMINO ÀS 18H.
27	RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA	BSB/IST/BSB	25 A 30/4/2010	1.647,00	5,0	A SEAE, ENQUANTO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INSTRUÇÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO, DE ACORDO COM A LEI Nº 8.884/1994, DEVE ESTAR PRESENTE, COMO DE FATO TEM ESTADO, NOS FÓRUMS E GRUPOS DE TRABALHO INTERNACIONAIS SOBRE OS MAIS DIVERSOS ASPECTOS DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA. PODE SE VER NO PROGRAMA QUE A CONFERÊNCIA ANUAL DA INTERNATIONAL COMPETITION NETWORK (ICN), A SER REALIZADA EM ISTAMBUL/TURQUIA, ENTRE OS DIAS 27 E 29 DE ABRIL DE 2010 DE 8H ÀS 13h45, ABORDA TEMAS DE INQUESTIONÁVEL RELEVÂNCIA AO TRABALHO DA SECRETARIA, ESPECIALMENTE FUSÕES E ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA, ÁREAS EM QUE A SEAE TEM CENTRADO SEUS ESFORÇOS NOS ÚLTIMOS ANOS.
28	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/CWB/RIO	26 A 28/3/2010	649,67	2,5	FISCALIZAR A MEGA SENA ACUMULADA NO DIA 27/03/2010 ÀS 20H, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES JAIME CANET JÚNIOR EM FRANCISCO BELTRÃO/PR.
29	MARIA HELENA FERRARI	RIO/CWB/RIO	26 A 28/3/2010	667,90	2,5	FISCALIZAR A MEGA SENA ACUMULADA NO DIA 27/03/2010 ÀS 20H, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES JAIME CANET JÚNIOR EM FRANCISCO BELTRÃO/PR.
30	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/SÃO/BSB	4 A 5/4/2010	399,78	1,5	FISCALIZAR O PLANO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000127/2010-36, DAS EMPRESAS HASBRO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E JOGOS LTDA, E BANCO RENDIMENTO S.A, O QUAL NÃO ESTARIA SENDO CUMPRIDO EM SUA ÍNTEGRA. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 05/04/10 ÀS 9H, NA AV. CIDADE JARDIM, 377- 3º ANDAR-SALA 1, EM SÃO PAULO/SP.

31	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/SÃO/RIO	4 A 5/4/2010	399,78	1,5	FISCALIZAR O PLANO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000127/2010-36, DAS EMPRESAS HASBRO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E JOGOS LTDA, E BANCO RENDIMENTO S.A. O QUAL NÃO ESTARIA SENDO CUMPRIDO EM SUA ÍNTEGRA. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 05/04/10 ÀS 9H, NA AV. CIDADE JARDIM, 377- 3º ANDAR-SALA 1, EM SÃO PAULO/SP.
32	ROSANGELA GONÇALVES DE MOURA	BSB/SÃO/BSB	13 A 17/4/2010	995,53	4,5	PARTICIPAR DE SEMINÁRIO: "COMO ELABORAR PROJETOS DE GED/ECM E WORKFLOW E PREPARAÇÃO PARA O EXAME CDIA +" EM SÃO PAULO. O EVENTO TERÁ INÍCIO NO DIA 14 DE ABRIL DE 2010 ÀS 8H30 E, TÉRMINO NO DIA 16 DE ABRIL ÀS 18H.
33	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/NY/BSB	24/4 A 1/5/2010	5.892,60	7,0	PARTICIPAR DO PROGRAMA INTERNACIONAL FINANCEIRO DE MERCADOS EMERGENTES (INTERNATIONAL FINANCIAL ISSUES IN EMERGING MARKETS PROGRAM) PROMOVIDO PELA ESCOLA DE ASSUNTOS PÚBLICOS E INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA E BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (SCHOOL OF INTERNATIONAL AND PUBLIC AFFAIRS OF COLUMBIA UNIVERSITY AND INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK – IADB). O CURSO SERÁ NA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA EM NOVA IORQUE, COM INÍCIO ÀS 8H30 DO DIA 26 E TÉRMINO ÀS 18H DO DIA 30 DE ABRIL DE 2010.
34	RICARDO KALIL MORAES	RIO/CWB/SC/RIO	11 A 13/4/2010	624,31	2,5	DIA 11/04/2010 CHEGADA EM CURITIBA NO FINAL DO DIA. DIA 12/04/2010 REUNIÃO SOBRE O AC. 08012.004423/2009-18 (PERDIGÃO S/A E SADIÁ S/A). VÔO CEDO PARA CAÇADOR, VISITA À PLANTA (SALSICHA, MORTADELA, PEQUENOS MOLDADOS), IDA DE CARRO PARA A PLANTA DE SALTO VELOSO (HAMBÚRGUER E PROCESSADOS). DIA 13/04/2010 VISITA À PLANTA DE LAGES (PIZZA, PRATOS PRONTOS), VOLTA PARA O RIO DE JANEIRO NO FINAL DA TARDE.

35	MARIUSA MOMENTI PITELLI	RIO/CWB/SC/RIO	11 A 13/4/2010	624,31	2,5	DIA 11/04/2010 CHEGADA EM CURITIBA NO FINAL DO DIA. DIA 12/04/2010 REUNIÃO SOBRE O AC. 08012.004423/2009-18 (PERDIGÃO S/A E SADIA S/A). VÔO CEDO PARA CAÇADOR, VISITA À PLANTA (SALSICHA, MORTADELA, PEQUENOS MOLDADOS), IDA DE CARRO PARA A PLANTA DE SALTO VELOSO (HAMBÚRGUER E PROCESSADOS). DIA 13/04/2010 VISITA À PLANTA DE LAGES (PIZZA, PRATOS PRONTOS), VOLTA PARA O RIO DE JANEIRO NO FINAL DA TARDE.
36	RODRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/SÃO/BSB	25 A 28/4/2010	941,85	3,5	PARTICIPAR DA XV EXPOSIÇÃO E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE CARTÕES, SERVIÇOS E TECNOLOGIA QUE SERÁ REALIZADA NO CENTRO DE CONVENÇÕES FREI CANECA, SÃO PAULO-SP, NOS DIAS 27 E 28 DE ABRIL DE 2010, DAS 8H ÀS 16H.
37	LUISA REIS E SILVA	BSB/SÃO/BSB	9 A 11/4/2010	618,68	2,5	FISCALIZAR NO DIA 09/04/10 APARTIR DAS 19HS A QUINA E A DUPLA SENA, E NO SÁBADO DIA 10/04/10 O CONCURSO Nº 1169 DA MEGA SENA ACUMULADA, QUE SERÁ REALIZADO ÀS 20H NO RECINTO DE EXPOSIÇÕES- AV. 7 DE SETEMBRO S/Nº - CENTRO EM CAFELÂNDIA- SÃO PAULO/SP.
38	MARCIA VIEIRA MACHADO	BSB/SÃO/BSB	9 A 11/4/2010	618,68	2,5	FISCALIZAR NO DIA 09/04/10 APARTIR DAS 19HS A QUINA E A DUPLA SENA, E NO SÁBADO DIA 10/04/10 O CONCURSO Nº 1169 DA MEGA SENA ACUMULADA, QUE SERÁ REALIZADO ÀS 20H NO RECINTO DE EXPOSIÇÕES- AV. 7 DE SETEMBRO S/Nº - CENTRO EM CAFELÂNDIA- SÃO PAULO/SP.
39	RICARDO ALMEIDA MULLER	RIO/CGR/RIO	30/4 A 2/5/2010	680,43	2,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000758/2009-11 DAS EMPRESAS SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA E COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 01/05/10 DAS 9H ÀS 20H, NA LOJA HIPER COMPER CAMPO GRANDE LOCALIZADA NA AV. CEARÁ, 1553, EM CACHOEIRA-CAMPO GRANDE/MS.

40	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/CGR/BSB	30/4 A 2/5/2010	582,68	2,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000758/2009-11 DAS EMPRESAS SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA E COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 01/05/10 DAS 9H ÀS 20H, NA LOJA HIPER COMPER CAMPO GRANDE LOCALIZADA NA AV. CEARÁ, 1553, EM CACHOEIRA-CAMPO GRANDE/MS.
41	ANDREA PAREIRA MACERA	BSB/EZE/BSB	5 A 8/5/2010	1.400,35	3,0	PARTICIPAR DA LI REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO Nº 5 – DEFESA DA CONCORRÊNCIA DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS DA ARGENTINA – AVDA. JULIO A ROCA, 651- BUENOS AIRES – ARGENTINA, NOS DIAS 06 E 07/05/2010, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 18H.
42	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/EZE/BSB	5 A 8/5/2010	1.328,07	3,0	PARTICIPAR DA LI REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO Nº 5 – DEFESA DA CONCORRÊNCIA DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS DA ARGENTINA – AVDA. JULIO A ROCA, 651- BUENOS AIRES – ARGENTINA, NOS DIAS 06 E 07/05/2010, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 18H.
43	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/MEX/BSB	16 A 22/5/2010	3.422,40	6,0	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA E GESTÃO DE RISCOS, QUE SERÁ REALIZADO PELA WLA-WORLD LOTTERY/CIBELAE, NOS DIAS 18 A 20/05/2010 NO THE FAIRMONT ACAPULCO PRINCESS P.O. BOX 1351 EM ACAPULCO, GUERREIRO MÉXICO 39890. NO DIA 18/05/10 O SEMINÁRIO TERÁ INÍCIO ÀS 16H E TÉRMINO ÀS 20H30, E NO DIA 20/05/10 INÍCIO ÀS 9H, SEM PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO, POIS O VÔO MAIS COMPATÍVEL EXISTENTE É O AM 314Q (AEROMEXICO) ÀS 21H, JÁ QUE NÃO HÁ PREVISÃO PARA O TÉRMINO DO SEMINÁRIO NO DIA 20/05/10 (QUINTA-FEIRA).

44	MARIA EDUARDA ALVES PINHEIRO	BSB/CWB/BSB	11 A 15/5/2010	926,98	4,5	PARTICIPAR DO 5º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 12,13 E 14 DE MAIO DE 2010 DAS 8H ÀS 18H20, NO HOTEL FOUR POINTS SHERATON EM CURITIBA/PR. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, (DIA 11, TERÇA-FEIRA) DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO EVENTO. O EVENTO COMEÇA ÀS 8H DO DIA 12/05/10.
45	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/NY/BSB	14 A 19/6/2010	3.969,00	5,0	PARTICIPAR NOS DIAS 16 E 17 DE JUNHO DAS 07H30 ÀS 18H DA 9 TH ANNUAL INTERNATIONAL MERGERS AND ACQUISITIONS CONFERENCE, NA IBA – INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION EM NOVA IORQUE.
46	ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA LOYO	BSB/MDV/BSB	19 A 22/5/2010	1.488,75	3,0	PARTICIPAR DA CXIV REUNIAO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PIERA, Nº 1992 1º ANDAR, MONTEVIDÉU – URUGUAI, NOS DIAS 20 E 21/05/2010, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 19H.
47	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/SSA/RIO	25 A 29/5/2010	995,53	4,5	PARTICIPAR DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO QUE SERÁ PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO (IBDP), NOS DIAS 26 A 28 DE MAIO DE 2010 DAS 10H ÀS 18H30, NO BAHIA OTHON PALACE HOTEL EM SALVADOR/BA. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, (DIA 25, TERÇA-FEIRA) DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO EVENTO. O EVENTO COMEÇA ÀS 10H DO DIA 26/05/10.
48	JULIANA OLIVEIRA CAVALCANTI	RIO/FLN/SÃO	18 A 22/5/2010	1.118,38	4,5	PARTICIPAR DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO CONSUMIDOR "MANUTENÇÃO DAS GARANTIAS E SUSTENTABILIDADE" DE 18 A 21 DE MAIO DE 2010, NO MAJESTIC PALACE HOTEL EM FLORIANÓPOLIS/SC. NO DIA 18/05/10, O EVENTO TERÁ INÍCIO ÀS 18H E TÉRMINO ÀS 21H45, NOS DE MAIS DIAS, INÍCIO ÀS 8H E TÉRMINO ÀS 18H. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO FINAL DE SEMANA, POIS O VÔO MAIS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DO EVENTO ACONTECE APENAS NO (SÁBADO), JÁ QUE O

						COMPROMISSO TERMINA ÀS 18H DA SEXTA-FEIRA, DIA 21/05/10.
49	MARCIA VIEIRA MACHADO	BSB/FLN/BSB	18 A 22/5/2010	942,43	4,5	PARTICIPAR DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO CONSUMIDOR "MANUTENÇÃO DAS GARANTIAS E SUSTENTABILIDADE" DE 18 A 21 DE MAIO DE 2010, NO MAJESTIC PALACE HOTEL EM FLORIANÓPOLIS/SC. NO DIA 18/05/10, O EVENTO TERÁ INÍCIO ÀS 18H E TÉRMINO ÀS 21H45, NOS DE MAIS DIAS, INÍCIO ÀS 8H E TÉRMINO ÀS 18H. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO FINAL DE SEMANA, POIS O VÔO MAIS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DO EVENTO ACONTECE APENAS NO (SÁBADO), JÁ QUE O COMPROMISSO TERMINA ÀS 18H DA SEXTA-FEIRA, DIA 21/05/10.
50	LUISA REIS E SILVA	BSB/FLN/BSB	18 A 22/5/2010	942,43	4,5	PARTICIPAR DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO CONSUMIDOR "MANUTENÇÃO DAS GARANTIAS E SUSTENTABILIDADE" DE 18 A 21 DE MAIO DE 2010, NO MAJESTIC PALACE HOTEL EM FLORIANÓPOLIS/SC. NO DIA 18/05/10, O EVENTO TERÁ INÍCIO ÀS 18H E TÉRMINO ÀS 21H45, NOS DE MAIS DIAS, INÍCIO ÀS 8H E TÉRMINO ÀS 18H. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO FINAL DE SEMANA, POIS O VÔO MAIS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DO EVENTO ACONTECE APENAS NO (SÁBADO), JÁ QUE O COMPROMISSO TERMINA ÀS 18H DA SEXTA-FEIRA, DIA 21/05/10.
51	CARLOS MAGNO DOS REIS VENTURELLI	BSB/SSA/BSB	25 A 29/5/2010	995,53	4,5	PARTICIPAR DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO, NOS DIAS 26, 27 E 28 DE MAIO COM INÍCIO ÀS 10H DO DIA 26 E TÉRMINO ÀS 18H30 DO DIA 28, NO BAHIA OTHON PALACE HOTEL EM SALVADOR.
52	MARIA EDUARDA ALVES PINHEIRO	BSB/SSA/BSB	25 A 29/5/2010	980,08	4,5	PARTICIPAR DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO QUE SERÁ PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO (IBDP), NOS DIAS 26 A 28 DE MAIO DE 2010 DAS 10H ÀS 18H30, NO BAHIA OTHON PALACE HOTEL EM SALVADOR/BA. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, (DIA 25, TERÇA-FEIRA) DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO EVENTO. O EVENTO COMEÇA

						AS 10H DO DIA 26/05/10. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO FINAL DE SEMANA POIS O VOO MAIS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DO EVENTO ACONTECE APENAS NO (SÁBADO), JÁ QUE O COMPROMISSO TERMINA ÀS 18H30, DA SEXTA-FEIRA DIA 28/05/10.
53	CLAUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO	BSB/RIO/BSB	23 A 26/5/2010	838,25	3,5	PARTICIPAR DO EVENTO “GAS SUMMIT – LATIN AMERICA 2010”, QUE OCORRERÁ NO PERÍODO DE 24 DE MAIO À 26 DE MAIO DE 2010, NO HORÁRIO DE 08:30H ÀS 17:30H, NO WINDSOR BARRA – BARRA DA TIJUCA – AVENIDA LUCIO COSTA , 2630 – BARRA DA TIJUCA – RIO DE JANEIRO. O SERVIDOR VIAJARÁ NO DIA ANTERIOR (23/05- DOMINGO) DEVIDO AO FATO DO HORÁRIO DO PRIMEIRO VOO NÃO SER COMPATÍVEL E NÃO HAVER TEMPO HÁBIL PARA CHEGAR AO EVENTO SUPRACITADO, CONFIRMADO PARA INICIAR ÀS 8H30 DO DIA 24/05/2010 (SEGUNDA- FEIRA).
54	MARIA HELENA FERRARI	RIO/RAO/RIO	11 A 13/6/2010	537,50	2,5	FISCALIZAR AS APURAÇÕES REFERENTES AO PROCESSO Nº 18101.000358/2010-40, DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO SHOPPING CENTER RIBEIRÃO PRETO E CIELO S.A. NO DIA 11/06/10 A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ ÀS 19H, E NO DIA 12/06/10 ÀS 23H. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO NÍVEL NOVA ALIANÇA- V EXPANSÃO DO SHOPPING, LOCALIZADO NA AV. CORONEL FERNANDO FERREIRA LEITE, Nº 1540, JARDIM CALIFÓRNIA EM RIBEIRÃO PRETO- SÃO PAULO/SP.
55	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/RAO/RIO	11 A 13/6/2010	519,27	2,5	FISCALIZAR AS APURAÇÕES REFERENTES AO PROCESSO Nº 18101.000358/2010-40, DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO SHOPPING CENTER RIBEIRÃO PRETO E CIELO S.A. NO DIA 11/06/10 A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ ÀS 19H, E NO DIA 12/06/10 ÀS 23H. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO NÍVEL NOVA ALIANÇA- V EXPANSÃO DO SHOPPING, LOCALIZADO NA AV. CORONEL FERNANDO FERREIRA LEITE, Nº 1540, JARDIM CALIFÓRNIA EM RIBEIRÃO PRETO- SÃO PAULO/SP.

56	REBECA CARMO BATISTA DE SOUSA	BSB/RIO/BSB	6 A 8/6/2010	627,86	2,5	A SERVIDORA PARTICIPARÁ DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA, PROMOVIDO PELO OMPI, SBDC E INPI, A SER REALIZADO NO PALÁCIO DO ITAMARATY, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, NOS DIAS 7 E 8.6.2010
57	BRUNO EDUARDO DOS SANTOS	BSB/RIO/BSB	6 A 8/6/2010	737,11	2,5	PARTICIPAR DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA, A SER REALIZADO NOS DIAS 07 E 08 DE JUNHO DE 2010, NO PALÁCIO DO ITAMARATY, NO RIO DE JANEIRO/RJ.
58	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/RIO/BSB	6 A 8/6/2010	627,86	2,5	PARTICIPAR DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL E POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA, A SER REALIZADO NOS DIAS 07 E 08 DE JUNHO DE 2010, NO PALÁCIO DO ITAMARATY, NO RIO DE JANEIRO/RJ.
59	GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA	BSB/CDG/BSB	12 A 17/6/2010	3.764,23	5,0	PARTICIPAR DA REUNIÃO DE GRUPO DE TRABALHO DO COMITÊ DE COMÉRCIO DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE, A SER REALIZADA NA RUE ANDRÉ PASCAL, 75775 EM PARIS – FRANÇA, NOS DIAS 14 E 15 DE JUNHO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 9H30 E TÉRMINO ÀS 18H.
60	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/CDG/RIO	12 A 19/6/2010	4.895,08	7,0	PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE, A SER REALIZADA NA OECD CONFERENCE CENTRE, 2 RUE ANDRÉ-PASCAL, 75116, DE 14 A 17 DE JUNHO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 18H.
61	CARMEN DIVA BELTRAO MONTEIRO	RIO/CDG/RIO	12 A 19/6/2010	4.895,08	7,0	PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE, A SER REALIZADA NA OECD CONFERENCE CENTRE, 2 RUE ANDRÉ-PASCAL, 75116, DE 14 A 17 DE JUNHO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 18H.

62	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/SÃO/BSB	11 A 12/6/2010	399,78	1,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000387/2010-10, DO SHOPPING VILA OLÍMPIA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 12/06/10 ÀS 11H, EM SÃO PAULO/SP. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR A FISCALIZAÇÃO DEVIDO A NECESSIDADE DE FISCALIZAR OUTROS SHOPPINGS NA RESPECTIVA CIDADE, QUE POSSAM ESTAR REALIZANDO PROMOÇÕES SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DESTA SECRETARIA.
63	RODRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/RIO/BSB	16 A 19/6/2010	991,20	3,5	PARTICIPAR NO DIA 16/06/2010 DE REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO COM OS PALESTRANTES ESTRANGEIROS. NOS DIAS 17 E 18/06/2010 PARTICIPAR DO SEMINÁRIO, QUE OCORRERÁ NO AUDITÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, COM INÍCIO ÀS 08H30.
64	SUIANE INEZ DA COSTA FERNANDES	SÃO/RIO/SÃO	16 A 19/6/2010	838,25	3,5	PARTICIPAR NO DIA 16/06/2010 DE REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO COM OS PALESTRANTES ESTRANGEIROS. NOS DIAS 17 E 18/06/2010 PARTICIPAR DO SEMINÁRIO, QUE OCORRERÁ NO AUDITÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, COM INÍCIO ÀS 08H30.
65	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/SÃO/RIO	11 A 12/06/2010	399,78	1,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000387/2010-10, DO SHOPPING VILA OLÍMPIA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 12/06/10 ÀS 11H, EM SÃO PAULO/SP. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR A FISCALIZAÇÃO DEVIDO A NECESSIDADE DE FISCALIZAR OUTROS SHOPPINGS NA RESPECTIVA CIDADE, QUE POSSAM ESTAR REALIZANDO PROMOÇÕES SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DESTA SECRETARIA.

66	IRACEMA HITOMI FUJIYAMA	BSB/RIO/BSB	15 A 19/6/2010	1048,63	4,5	PARTICIPAR DOS SEGUINTE EVENTOS: - DIA 16/06/2010: REUNIÃO PARA DISCUTIR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO, ÀS 10H. - DIA 16/06/2010: REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O EVENTO COM OS PALESTRANTES ESTRANGEIROS, ÀS 13H. - DIAS 17 E 18/06: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO, QUE OCORRERÁ NO AUDITÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, COM INÍCIO ÀS 08H30.
67	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/RIO/BSB	16 A 19/6/2010	991,20	3,5	PARTICIPAR NO DIA 16/06/2010 DE REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO COM OS PALESTRANTES ESTRANGEIROS, ÀS 13H. NOS DIAS 17 E 18/06/10 PARTICIPAR DO SEMINÁRIO, QUE OCORRERÁ NO AUDITÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, COM INÍCIO ÀS 08H30. OBS:O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO (DIA 19/06/10, SÁBADO) DEVIDO AO FATO DE ESTAR PARTICIPANDO DA ORGANIZAÇÃO DO MESMO, NÃO TENDO ASSIM HORÁRIO CERTO PARA ENCERRAR AS ATIVIDADES NO DIA 18/06/10.
68	RICARDO KALIL MORAES	RIO/BSB/RIO	13 A 14/6/2010	483,03	1,5	PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE ATO DE CONCENTRAÇÃO QUE ESTÁ EM ANÁLISE, DA EMPRESA SEARA E MARFRIG GROUP, NO DIA 14.06.2010, ÀS 10H E ÀS 11HS, DESPACHOS INTERNOS NO GABINETE DA SEAE/BSB.
69	ELVINO CARVALHO DE MENDONÇA	RIO/BSB/RIO	13 A 14/6/2010	483,03	1,5	PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE ATO DE CONCENTRAÇÃO QUE ESTÁ EM ANÁLISE, DA EMPRESA SEARA E MARFRIG GROUP, NO DIA 14.06.2010, ÀS 10H E ÀS 11HS, DESPACHOS INTERNOS NO GABINETE DA SEAE/BSB.
70	BERNADETE MAGDALENA FRANCA PEREIRA BALHAZAR	RIO/SÃO/RIO	18 A 20/6/2010	523,68	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000028/2010-54, DA EMPRESA MAGAZINE LUIZA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 19/06/10 ÀS 15H, NA CIDADE DE FRANCA/SP. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL A FISCALIZAÇÃO. A

						FISCALIZAÇÃO COMEÇA ÀS 15H, DO DIA 19/06/10 EM FRANCA/SP.
71	MARIA HELENA FERRARI	RIO/SÃO/RIO	18 A 20/6/2010	537,50	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000028/2010-54, DA EMPRESA MAGAZINE LUIZA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 19/06/10 ÀS 15H, NA CIDADE DE FRANCA/SP. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL A FISCALIZAÇÃO. A FISCALIZAÇÃO COMEÇA ÀS 15H, DO DIA 19/06/10 EM FRANCA/SP.
72	RICARDO KALIL MORAES	RIO/EZE/RIO	30/6 A 3/7/2010	1.498,50	3,0	APRESENTAR GUIA DE AC'S, PROGRAMA DE LENIÊNCIA E COMBATE A CARTÉIS; APRESENTAR CASOS DE ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA JUNTO AO JUDICIÁRIO NA REUNIÃO MERCOSUL - CT Nº 5, COM INÍCIO EM 1/7/2010 ÀS 9H E TÉRMINO EM 2/7/2010, SEM PREVISÃO DE HORÁRIO PARA ENCERRAMENTO A SER REALIZADA EM BUENOS AIRES – ARGENTINA.
73	ALDEN CARIBE DE SOUSA	BSB/SÃO/BSB	20 A 23/6/2010	796,95	3,5	PARTICIPAR DO I FORO IBEROAMERICANO PARA EL IMPULSO DE LA BANDA ANCHA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 21, 22 E 23 DE JUNHO DE 2010, NO HOTEL MAKSUD PLAZA (ALAMEDA CAMPINAS Nº 150- SÃO PAULO- SP). OBS: O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO (20/06/10, DOMINGO) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO, QUE COMEÇA ÀS 8H DO DIA 21/06/10.
74	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	RIO/EZE/RIO	29/6 A 3/7/2010	1.868,73	4,0	APRESENTAR GUIA DE AC'S, PROGRAMA DE LENIÊNCIA E COMBATE A CARTÉIS; APRESENTAR CASOS DE ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA JUNTO AO JUDICIÁRIO NA REUNIÃO MERCOSUL - CT Nº 5, COM INÍCIO EM 1/7/2010 ÀS 9H E TÉRMINO EM 2/7/2010, SEM PREVISÃO DE HORÁRIO PARA ENCERRAMENTO A SER REALIZADA EM BUENOS AIRES – ARGENTINA.

75	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/MEX/BSB	24 A 29/7/2010	1.921,50	3,0	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO PARA “PROMOVER A COMPETITIVIDADE NA AMERICA LATINA E NO CARIBE”, COM INÍCIO ÀS 8H45 DO DIA 26 DE JULHO E TÉRMINO ÀS 13H30 DO DIA 27 DE JULHO DE 2010. LOCAL: AUDITÓRIO RAÚL RAMOS TERCEIRO DA SECRETÁRIA DE ECONOMIA – ALFONSO REYES Nº 30 COL. HIPODROMO CONDESA, DELAGACIÓN CUAUHTÉMOC – CIDADE DO MÉXICO.
76	MARIA HELENA FERRARI	RIO/BHZ/RIO	7 A 9/8/2010	626,00	2,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO DA PROMOÇÃO AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000439/2010-40, DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO MINAS SHOPPING, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 8/8/10 ÀS 19H, NA AV. CRISTIANO MACHADO 4000 EM CIDADE NOVA-BELO HORIZONTE/MG. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO (SÁBADO DIA 7/8/10), A FIM DE FISCALIZAR AS URNAS E O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO, OPORTUNIDADE EM QUE VERIFICARÁ SE NOS DEMAIS SHOPPINGS DA REGIÃO, NÃO HÁ PROMOÇÃO COMERCIAL SENDO REALIZADA SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO.
77	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/BHZ/RIO	7 A 9/8/2010	607,77	2,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO DA PROMOÇÃO AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000439/2010-40, DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO MINAS SHOPPING, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 8/8/10 ÀS 19H, NA AV. CRISTIANO MACHADO 4000 EM CIDADE NOVA-BELO HORIZONTE/MG. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO (SÁBADO DIA 7/8/10), A FIM DE FISCALIZAR AS URNAS E O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO, OPORTUNIDADE EM QUE VERIFICARÁ SE NOS DEMAIS SHOPPINGS DA REGIÃO, NÃO HÁ PROMOÇÃO COMERCIAL SENDO REALIZADA SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO.
78	ELVINO CARVALHO DE MENDONÇA	RIO/CGR/RIO	25 A 29/7/2010	1.118,38	4,5	PARTICIPAR DO 48º CONGRESSO SOBER (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL) EM CAMPO GRANDE -MS, COM INÍCIO DIA 25/07/2010 ÀS 19:00 E TÉRMINO EM 28/07/2010.

79	ARTUR EMILIO DE REZENDE	BSB/RIO/BSB	1 A 2/8/2010	483,03	1,5	REUNIÃO NO DIA 2 DE AGOSTO ÀS 8H COM A COGAP COM A SEGUINTE PAUTA: RETOMADA DO GTPCE; APRESENTAÇÃO DO SGQI; E DISCUSSÃO SOBRE A PORTARIA DAS LOTERIAS DO JOCKEY CLUB, NO GABINETE DA SEAE/RIO.
80	WAGNER FERREIRA CARNEIRO JUNIOR	BSB/RIO/BSB	1 A 2/8/2010	415,87	1,5	REUNIÃO NO DIA 2 DE AGOSTO ÀS 8H COM A COGAP COM A SEGUINTE PAUTA: RETOMADA DO GTPCE; APRESENTAÇÃO DO SGQI; E DISCUSSÃO SOBRE A PORTARIA DAS LOTERIAS DO JOCKEY CLUB, NO GABINETE DA SEAE/RIO.
81	LUISA REIS E SILVA	BSB/CGH/BSB	22 A 23/8/2010	346,68	1,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000596/2010-55, DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO ESPLANADA SHOPPING CENTER, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22/8/10 ÀS 20H NO MULTIPLEX ESPLANADA, AV. PROFESSORA IZORAIDA MARQUES PERES, 401-ALTOS DO TRAMPOLIM EM SOROCABA/SP. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE (23/8/10), DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ ÀS 20H DO DIA 22/8/10
82	MARIA HELENA FERRARI	BSB/SAO/BSB	22 A 23/8/2010	360,50	1,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000596/2010-55, DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO ESPLANADA SHOPPING CENTER, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22/8/10 ÀS 20H NO MULTIPLEX ESPLANADA, AV. PROFESSORA IZORAIDA MARQUES PERES, 401-ALTOS DO TRAMPOLIM EM SOROCABA/SP. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE (23/8/10), DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ ÀS 20H DO DIA 22/8/10
83	ANDREA PAREIRA MACERA	BSB/MVD/BSB	25 A 28/8/2010	1.424,65	3,0	PARTICIPAR DA CXV REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PIERA, Nº 1992 1º ANDAR, MONTEVIDÉU – URUGUAI, NOS DIAS 26 E 27 DE AGOSTO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 11H E TÉRMINO ÀS 19H.

84	MARCIA VIEIRA MACHADO	BSB/SJO/BSB	6 A 12/9/2010	1.822,81	6,0	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO DE JURÍDICOS, LOTERIAS E APOSTAS DO ESTADO, QUE SERÁ PROMOVIDO PELA CORPORACIÓN IBEROAMERICANA DE LOTERIAS Y APUESTAS DE ESTADO-CIBELAE DOS DIAS 08 A 10 DE SETEMBRO DE 2010, E SERÁ REALIZADO NO HOTEL RADISSON EM SAN JOSE/COSTA RICA. NO DIA 08/09/10 O SEMINÁRIO TERÁ INÍCIO ÀS 12H, COM TÉRMINO ÀS 20H, NO DIA 09/09/10 INÍCIO ÀS 9H E TÉRMINO ÀS 21H E NO DIA 10/09/10, INÍCIO ÀS 9H E TÉRMINO ÀS 17H. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NA (TERÇA-FEIRA) DIA 07/09/10, DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO SEMINÁRIO A SER REALIZADO NA CIDADE DE SAN JOSE, COSTA RICA, NA QUARTA-FEIRA DIA 08/09/10. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO FINAL DE SEMANA POIS O VÔO MAIS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DO SEMINÁRIO ACONTECE APENAS NO SÁBADO, JÁ QUE O COMPROMISSO TERMINA ÀS 17H DA SEXTA-FEIRA, DIA 10/09/10.
85	JEFFERSON MILTON MARINHO	BSB/JPA/BSB	1 A 4/9/2010	755,65	3,5	MOTIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DO SEMINÁRIO "DIÁLOGO ÁGUA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO", EVENTO RELACIONADO À REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS A SE REALIZAR NOS DIAS 1, 2 E 3 DE SETEMBRO DE 2010 NO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA- FUNESC, NA RUA ABDIAS GOMES DE ALMEIDA, 800, JOÃO PESSOA – PARAÍBA. INICIANDO ÀS 19:00H DO DIA 1º SETEMBRO E TERMINANDO ÀS 17:00H DO DIA 03 DE SETEMBRO.
86	CARMEN DIVA BELTRAO MONTEIRO	RIO/BSB/RIO	29/8 A 2/9/2010	1.048,63	4,5	PARTICIPAR DA LIII REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA - CT-05, A SER REALIZADA NO, PALÁCIO DO ITAMARATY, SUBSOLO, SALA GEMINADA A, DE 30 DE AGOSTO A 1º DE SETEMBRO DE 2010, COM INÍCIO AS 9H30 E TERMINO AS 18H; PARTICIPAR DA REUNIÃO SOBRE PROTOCOLO DE FORTALEZA DIA 2/9/2010, A SER REALIZADA NA SEAE/MF/DF, SALA DE REUNIÃO 302 ÀS 10H.

87	RITA DE CASSIA VANDANEZI MUNCK	BSB/SDQ/BSB	8 A 14/11/2010	2.765,91	6,0	PARTICIPAÇÃO DO XV CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD - CENTRO LATINO AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, A FIM DE TRATAR SOBRE O APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS DE REFORMA, MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO ESTADO E DE SUAS ENTIDADES DESCENTRALIZADAS. INÍCIO DIA 09/11 ÀS 8H E TÉRMINO DIA 12/11 ÀS 19H EM SANTO DOMINGO, REPÚBLICA DOMINICANA.
88	MARIA ANGELA MOREIRA CARNAVAL	RIO/SDQ/RIO	8 A 14/11/2010	2.660,91	6,0	PARTICIPAÇÃO DO XV CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD - CENTRO LATINO AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, A FIM DE TRATAR SOBRE O APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS DE REFORMA, MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO ESTADO E DE SUAS ENTIDADES DESCENTRALIZADAS. INÍCIO DIA 09/11 ÀS 8H E TÉRMINO DIA 12/11 ÀS 19H EM SANTO DOMINGO, REPÚBLICA DOMINICANA.
89	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/SANTA ROSA DE VITERBO/RIO	31/8 A 5/9/2010	1.090,59	5,5	FISCALIZAR OS SORTEIOS DA MEGA SENA, QUINA, DUPLA SENA, LOTOMANIA E DA LOTERIA FEDERAL QUE SERÃO REALIZADOS ENTRE OS DIAS 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO DE 2010 ÀS 20H. AS FISCALIZAÇÕES SERÃO REALIZADAS NA PRAÇA CONDE FRANCISCO MATARAZZO S/Nº (PRAÇA ESTRELA AZUL)- CENTRO EM SANTA ROSA DE VITERBO EM SÃO PAULO/SP.
90	LUIZA REIS E SILVA	BSB/SANTA ROSA DE VITERBO/BSB	31/8 A 5/9/2010	1.108,23	5,5	FISCALIZAR OS SORTEIOS DA MEGA SENA, QUINA, DUPLA SENA, LOTOMANIA E DA LOTERIA FEDERAL QUE SERÃO REALIZADOS ENTRE OS DIAS 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO DE 2010 ÀS 20H. AS FISCALIZAÇÕES SERÃO REALIZADAS NA PRAÇA CONDE FRANCISCO MATARAZZO S/Nº (PRAÇA ESTRELA AZUL)- CENTRO EM SANTA ROSA DE VITERBO EM SÃO PAULO/SP.

91	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	BSB/EZE/BSB	23 A 28/10/2010	2.335,50	5,5	PARTICIPAR DO CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SIDERURGIA – ILAFA – 51 E ILAFAEXPO 2010 A SER REALIZADO NO HOTEL HILTON BUENOS AIRES, ARGENTINA, NOS DIAS 24, 25, 26 E 27/10/2010, COM INÍCIO 9H E TÉRMINO ÀS 19H.
92	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/EUA/BSB	19 A 23/9/2010	3.256,80	4,0	PARTICIPAR DA 2ª CONFERÊNCIA DE INOVAÇÃO BRASIL-EUA, NO CENTRO DE CONVENÇÕES DA UNIVERSIDADE DE GEORGETOWN, EM WASHINGTON NOS DIAS 20 E 21 DE SETEMBRO, COM INÍCIO ÀS 14H DO DIA 20 E TÉRMINO ÀS 18H DO DIA 21.09.2010.
93	GUILHERME OLIVEIRA PIRES	BSB/POA/BSB	12 A 14/9/2010	501,90	2,5	PARTICIPAR DO XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DO TRIGO, A SER REALIZADO NO HOTEL SERRANO RESORT & CONVENÇÕES, AV.DAS HORTÊNSIAS,1480, GRAMADO - RIO GRANDE DO SUL, COM INÍCIO ÀS 8H E TÉRMINO ÀS 15H.
94	ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA LOYO	BSB/MVD/BSB	22 A 25/9/2010	1.339,15	3,0	PARTICIPAR DA CXIV REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PEDRA, Nº 1992 1º ANDAR, MONTEVIDÉU – URUGUAI, NOS DIAS 23 E 24/09/2010, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 19H. OBS: DEVIDO À INDISPONIBILIDADE DE VÔOS COMPATÍVEIS COM O HORÁRIO DE INÍCIO DA REUNIÃO, O SERVIDOR VIAJARÁ UM DIA ANTES DO EVENTO. O SERVIDOR RETORNARÁ À SEDE NO DIA 25/09/2010 (SABADO), DEVIDO A NÃO DISPONIBILIDADE DE VÔOS COMPATÍVEIS COM O TÉRMINO DA REUNIÃO.
95	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/SÃO/BSB	19 A 20/9/2010	461,88	1,5	PARTICIPAR DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2010 (SEGUNDA-FEIRA), ÀS 9H30, NO HOTEL ADDRESS (RUA AMAURI Nº 513, CIDADE JARDIM, SALA MORUMBI – SÃO PAULO).

96	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/CDG/BSB	26 A 31/10/2010	3.653,98	5,0	PARTICIPAR NOS DIAS 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2010 DAS 09H ÀS 18H DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL, "POLÍTICA REGULATÓRIA NA ENCRUZILHADA: RUMO A UMA NOVA ORDEM POLÍTICA", NA SEDE DA OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PARIS/FRANÇA.
97	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/MGF/BSB	7 A 9/10/2010	509,86	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA POR ESTA SECRETARIA, TENDO COMO CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO C.A N 06/0304/2010 E AVERIGUAR DENÚNCIA RECEBIDA VIA E-MAIL INSTITUCIONAL NESTA SEAE. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 08/10/10 DAS 9H ÀS 18H, NA CIDADE DE MARINGÁ/PR. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO LOCAL DO EVENTO. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA POSTERIOR AO EVENTO, DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO NO DIA 08/10/10.
98	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	BSB/MGF/BSB	7 A 9/10/2010	509,86	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA POR ESTA SECRETARIA, TENDO COMO CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO C.A N 06/0304/2010 E AVERIGUAR DENÚNCIA RECEBIDA VIA E-MAIL INSTITUCIONAL NESTA SEAE. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 08/10/10 DAS 9H ÀS 18H, NA CIDADE DE MARINGÁ/PR. O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO LOCAL DO EVENTO. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA POSTERIOR AO EVENTO, DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO NO DIA 08/10/10.

99	LUISA REIS E SILVA	BSB/SÃO/BSB	1 A 3/10/2010	618,68	2,5	FISCALIZAR O CONCURSO Nº 1219 DA MEGA-SENA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 02/10/10 ÀS 20H, NA PRAÇA DR. ANTERO NEVES ARANTES S/Nº, PRAÇA SETE- CENTRO, NA CIDADE DE CRUZEIRO EM SÃO PAULO/SP. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL A FISCALIZAÇÃO, QUE SERÁ REALIZADA NA CIDADE DE CRUZEIRO/SP NO DIA 02/10/10. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO DIA POSTERIOR À FISCALIZAÇÃO, DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 02/10/10 ÀS 20H.
100	MARCIA VIEIRA MACHADO	BSB/SÃO/BSB	1 A 3/10/2010	618,68	2,5	FISCALIZAR O CONCURSO Nº 1219 DA MEGA-SENA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 02/10/10 ÀS 20H, NA PRAÇA DR. ANTERO NEVES ARANTES S/Nº, PRAÇA SETE- CENTRO, NA CIDADE DE CRUZEIRO EM SÃO PAULO/SP. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL A FISCALIZAÇÃO, QUE SERÁ REALIZADA NA CIDADE DE CRUZEIRO/SP NO DIA 02/10/10. A SERVIDORA ESTÁ RETORNANDO NO DIA POSTERIOR À FISCALIZAÇÃO, DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 02/10/10 ÀS 20H.
101	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/BRU/BSB	11 A 16/10/2010	3.318,23	5,0	PARTICIPAR DE REUNIÕES PARA NEGOCIAÇÃO COMERCIAL MERCOSUL – UNIÃO EUROPÉIA, QUE SE REALIZARÁ DE 13 A 15 DE OUTUBRO DE 2010 COM INÍCIO ÀS 14H E ENCERRAMENTO ÀS 18H, NA COMISSÃO EUROPÉIA, B-1049 – BRUXELAS BÉLGICA.

102	CHRISTIANE MARANHÃO DE OLIVEIRA BARBOSA	BSB/COLOMBIA/BSB	15 A 20/11/2010	0,00	0	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO: OS DESAFIOS DA CIDADE PORTUÁRIA CONTEMPORÂNEA: DESENVOLVIMENTO URBANO – PORTUÁRIO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, DE 15 A 19/11/2010 COM INÍCIO ÀS 9H E TÉRMINO ÀS 14H, COM VISITAS TÉCNICAS: NA SOCIEDADE PORTUÁRIA REGIONAL NA CIDADE DE SANTA MARTA, CIENGA E PORTO DO RIO CORDOBA E SESSÕES DE TRABALHO NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE COOPERAÇÃO ESPANHOLA, LOCALIZADO NO CENTRO, A CARREIRA DE 36º 2-74, PLAZA DE SANTO DOMINGO, NA CIDADE CARTAGENA DE ÍNDIAS, COLÔMBIA.
103	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/BRISBANE/BSB	26/10 A 7/11/2010	5.588,00	12	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO WLA 2010 CONVENTION AND TRADE SHOW PROMOVIDO PELA WORLD LOTTERY ASSOCIATIONS (WLA) E PELA EUROPEAN ASSOCIATION-EL QUE SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DE 31 DE OUTUBRO A 05 DE NOVEMBRO DE 2010, NO CENTRO DE CONVENÇÃO E EXIBIÇÃO (BCEC) EM BRISBANE, NA AUSTRÁLIA. NO DIA 29/10 DAS 18H ÀS 22H30, HAVERÁ RECEPÇÃO DE BOAS VINDAS. NO DIA 30/10/10 DAS 11H30 ÀS 17H, HAVERÁ REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO WLA, E NOS DEMAIS DIAS O SEMINÁRIO OCORRERÁ DAS 08H ÀS 18H.
104	ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA LOYO	BSB/MVD/BSB	27 A 30/10/2010	1.331,35	3,0	PARTICIPAR DA CXVII REUNIÃO DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2010, NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PIERA, Nº1992 1º ANDAR - MONTEVIDÉU URUGUAI.
105	RENATO ALVES MORATO	BSB/COLOMBIA/BSB	15 A 20/11/2010	0,00	0	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FINANÇAS, REGULAÇÃO E GESTÃO DE TRANSPORTE INTERMODAL DO DIA 16 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA) ATÉ 19 DE NOVEMBRO (SEXTA-FEIRA) COM INÍCIO ÀS 8H30 E TÉRMINO ÀS 14H NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE COOPERAÇÃO ESPANHOLA, LOCALIZADO NO CENTRO, PLAZA DE SANTO DOMINGO, A CARREIRA DE 36º 2-74, NA CIDADE CARTAGENA DE ÍNDIAS, COLÔMBIA.

106	ERNANI LUSTOSA KUHN	BSB/COLOMBIA/BSB	21 A 27/11/2010	0,00	0	PARTICIPAR DA VIII EDIÇÃO DEL CURSO DE REGULACIÓN ENERGÉTICA DE ARIAE SOBRE EL SUMINISTRO DE ENERGIA Y LA PROTECCION DEL CONSUMIDOR, A SER REALIZADA DE 22 A 26 DE NOVIEMBRE DE 2010, INICIANDO ÀS 9H E TERMINADO ÀS 13H30, NA CIDADE DE CARTAGENA DE INDIAS, COLOMBIA.
107	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/RIO/BSB	21 A 24/11/2010	991,20	3,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO 6ª JORNADA DE ESTUDOS DE REGULAÇÃO, QUE OCORRERÁ NO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO ITAMARATY (RUA MARECHAL FLORIANO, N° 196, CENTRO – RIO DE JANEIRO-RJ), DO DIA 22 AO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2010.
108	IRACEMA HITOMI FUJIYAMA	BSB/RIO/BSB	21 A 24/11/2010	838,25	3,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO 6ª JORNADA DE ESTUDOS DE REGULAÇÃO, QUE OCORRERÁ NO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO ITAMARATY (RUA MARECHAL FLORIANO, N° 196, CENTRO – RIO DE JANEIRO-RJ), DO DIA 22 AO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2010.
109	WILSIMARA MARCIEL ROCHA	BSB/RIO/BSB	21 A 24/11/2010	991,20	3,5	PARTICIPAR DA 6ª JORNADA DE ESTUDOS DE REGULAÇÃO, QUE REALIZARÁ NOS DIAS 22 À 24 DE NOVEMBRO DE 2010 DAS 9H ÀS 17H, NO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO ITAMARATY, RUA MARECHAL FLORIANO, 196, CENTRO-RIO DE JANEIRO/RJ.
110	MARCELO PACHECO DOS GUARANYS	BSB/MOSCOW/BSB	29/11 A 5/12/2010	3.430,40	6,0	PARTICIPAR DE UMA VISITA TÉCNICA AO SERVIÇO FEDERAL ANTIMONOPÓLIO DA FEDERAÇÃO RUSSA, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 01, 02 E 03 DE DEZEMBRO DE 2010, NO ESCRITÓRIO CENTRAL DA FEDERAÇÃO (SADOVAYA-KUDRINSKAYA,11 – MOSCOU/RÚSSIA). OBS:O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO DOIS DIAS ANTES DO EVENTO (QUE OCORRERÁ NOS DIAS 1, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2010) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO. OBS:O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO (DIA 04/12), POIS ESTE ESTÁ PREVISTO PARA TERMINAR ÀS 18H, TENDO A POSSIBILIDADE DE NÃO ACABAR NO HORÁRIO PRÉ-ESTABELECIDO

111	RODRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/MOSCOW/BSB	29/11 A 5/12/2010	3.430,40	6,0	PARTICIPAR DE UMA VISITA TÉCNICA AO SERVIÇO FEDERAL ANTIMONOPÓLIO DA FEDERAÇÃO RUSSA, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 01, 02 E 03 DE DEZEMBRO DE 2010, NO ESCRITÓRIO CENTRAL DA FEDERAÇÃO (SADOVAYA-KUDRINSKAYA,11 – MOSCOU/RÚSSIA). OBS:O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO DOIS DIAS ANTES DO EVENTO (QUE OCORRERÁ NOS DIAS 1, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2010) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO. OBS:O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO (DIA 04/12), POIS ESTE ESTÁ PREVISTO PARA TERMINAR ÀS 18H, TENDO A POSSIBILIDADE DE NÃO ACABAR NO HORÁRIO PRÉ-ESTABELECIDO
112	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/MARINGÁ/RIO	3 A 4/12/2010	346,68	1,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL DE NATAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000513/2010-28 DA EMPRESA COCAMAR-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 3/12/10 À TARDE, NA CIDADE DE MARINGÁ/PR.
113	RICARDO ALMEIDA MULLER	RIO/MARINGÁ/RIO	3 A 4/12/2010	398,43	1,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL DE NATAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000513/2010-28 DA EMPRESA COCAMAR-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 3/12/10 À TARDE, NA CIDADE DE MARINGÁ/PR.

114	GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA	BSB/SÃO/BSB	25 A 27/11/2010	701,86	2,5	PARTICIPAR DA REUNIÃO SOBRE PROCESSOS ANTIDUMPING DE PP E PVC-S, A SER REALIZADO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AV.PAULISTA, 1842, ED. TORRE SUL, SÃO PAULO, NO DIA 26/11/2010, DAS 9H ÀS 10H. PARTICIPAR DO 16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA, A SER REALIZADO NA CASA GRANDE HOTEL, NOS DIAS 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2010, COM INÍCIO ÀS 14H E TÉRMINO ÀS 18H.
115	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/CNF/RIO	3 A 5/12/2010	607,77	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL DE NATAL, REFERENTE AOS PROCESSOS Nº 18101.000714/10-25 E 18101.000618/2010-87 DAS EMPRESAS SHOPPING BH E MINAS SHOPPING, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 3 E 4 DE DEZEMBRO DE 2010, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG.
116	MARIA HELENA FERRARI	RIO/CNF/RIO	3 A 5/12/2010	626,00	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL DE NATAL, REFERENTE AOS PROCESSOS Nº 18101.000714/10-25 E 18101.000618/2010-87 DAS EMPRESAS SHOPPING BH E MINAS SHOPPING, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 3 E 4 DE DEZEMBRO DE 2010, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG.
117	JEFFERSON MILTON MARINHO	BSB/IGU/BSB	7 A 11/12/2010	836,23	4,5	O SERVIDOR PARTICIPARÁ DA REUNIÃO CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS - CTCO. QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 8, 9 E 10 DE DEZEMBRO DE 2010, EM FOZ DO IGUAÇU – PR. OBSERVAÇÃO: O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, (7/12/2010 TERÇA-FEIRA) DEVIDO A INDISPONIBILIDADE DE VÔOS NO DIA 8/12/2010 COM HORÁRIO COMPATÍVEL A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO, QUE INICIARÁ ÀS 14H. OBS:O MOTIVO DO SERVIDOR ESTAR RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO (11/12/2010 SABADO), SE DEVE AO FATO DO VÔO MAIS COMPATÍVEL SER O DA (GOL, G3 1717 DAS 14H40), JÁ QUE O COMPROMISSO SÓ TERMINA ÀS 17H DA (SEXTA FEIRA) DO DIA 10/12/2010.

118	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/SÃO/RIO	25 A 27/11/2010	503,36	2,5	PARTICIPAR DA 16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA PROMOVIDO PELO IBRAC, NOS DIAS 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2010, NA CIDADE DE GUARUJÁ/SP. LOCAL: CASA GRANDE HOTEL, GUARUJÁ - SP. OBSERVAÇÃO: O SERVIDOR ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, (DIA 25/11/2010 QUINTA-FEIRA) DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO, QUE INICIARÁ ÀS 8H30 HORAS DO DIA 26/11/2010.
119	DENISE GOMES DE CASTRO	RIO/SÃO/BSB	25 A 27/11/2010	596,11	2,5	PARTICIPAR DO 16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA - IBRAC NO CASA GRANDE HOTEL, GUARUJÁ - S.P., COM INÍCIO EM 26/11/2010 ÀS 8:30H E TÉRMINO DIA 27/11/2010 ÀS 12:00. OBS.: A SERVIDORA ESTARÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR, DIA 25, EM VIRTUDE DO EVENTO TER INÍCIO ÀS 8:30 DO DIA 26/11E POR ESSE MOTIVO NÃO HAVER POSSIBILIDADE DE VOO COMPATÍVEL COM O INÍCIO DO EVENTO.
120	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/CWB/RIO	19 A 21/12/2010	568,86	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL DE NATAL, REFERENTE AOS PROCESSOS Nº 18101.000780/2010-03, 18101.000580/2010-42 E 18101.000581/2010-97, DAS EMPRESAS PARK SHOPPING BARIGUI E HSBC BANK BRASIL S/A, QUE SERÁ REALIZADO NA CIDADE DE CURITIBA/PR DE 19 A 21/12/2010.
121	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/CWB/BSB	19 A 21/12/2010	568,86	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL DE NATAL, REFERENTE AOS PROCESSOS Nº 18101.000780/2010-03, 18101.000580/2010-42 E 18101.000581/2010-97, DAS EMPRESAS PARK SHOPPING BARIGUI E HSBC BANK BRASIL S/A, QUE SERÁ REALIZADO NA CIDADE DE CURITIBA/PR DE 19 A 21/12/2010.

122	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	BSB/MARABÁ/BSB	12 A 15/12/2010	793,80	3,5	PARTICIPAR DE VISITAS A SIDERÚRGICA DA SINOBRAS EM MARABÁ DIA 12/12 ÀS 12H, A BARRAGEM E USINA DE TUCURUI, DIA 13/12 ÀS 9H, A MINERAÇÃO DE FERRO DE CARAJÁS, DIA 14/12 ÀS 9H, AMBAS NO PARÁ. A CHEGADA E SAÍDA SERÁ POR MARABÁ, ASSIM COMO AS PERNOITES, O TRANSPORTE QUE CONDUZIRÁ AS SERVIDORAS AS VISITAS SERÁ POR CONTA DO IABR, CONFORME E MAIL ANEXADO. A SERVIDORA VOLTARÁ NO DIA 15/12, UM DIA APÓS O EVENTO, DEVIDO A INDISPONIBILIDADE DE VOOS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DA VISITA QUE SERÁ ÀS 18H DO DIA 14/12/2010
123	ANDREA PAREIRA MACERA	BSB/MARABÁ/BSB	12 A 15/12/2010	793,80	3,5	PARTICIPAR DE VISITAS A SIDERÚRGICA DA SINOBRAS EM MARABÁ DIA 12/12 ÀS 12H, A BARRAGEM E USINA DE TUCURUI, DIA 13/12 ÀS 9H, A MINERAÇÃO DE FERRO DE CARAJÁS, DIA 14/12 ÀS 9H, AMBAS NO PARÁ. A CHEGADA E SAÍDA SERÁ POR MARABÁ, ASSIM COMO AS PERNOITES, O TRANSPORTE QUE CONDUZIRÁ AS SERVIDORAS AS VISITAS SERÁ POR CONTA DO IABR, CONFORME E MAIL ANEXADO. A SERVIDORA VOLTARÁ NO DIA 15/12, UM DIA APÓS O EVENTO, DEVIDO A INDISPONIBILIDADE DE VOOS COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DA VISITA QUE SERÁ ÀS 18H DO DIA 14/12/2010
124	LEILA REINEHR DOMONT	RIO/MARABÁ/RIO	11 A 15/12/2010	850,05	4,5	PARTICIPAR DE VISITAS A SIDERURGICA DA SINOBRAS EM MARABA, NO DIA 12/12 COM INÍCIO ÀS 12:00, A MINERAÇÃO DE FERRO DE CARAJÁS (DA VALE) DIA 13/10 ÀS 9:00H, A BARRAGEM E USINA DE TUCURUI DIA 14/12 ÀS 9:00H, AMBAS NO PARÁ. A CHEGADA E SAÍDA SERÁ POR MARABÁ, BEM COMO AS PERNOITES, O TRANSPORTE QUE CONDUZIRÁ AS SERVIDORAS AS VISITAS SERÁ POR CONTA DO IABR, CONFORME EMAIL ANEXADO. COMO A VISITA A BARRAGEM E USINA DE TUCURUI TERMINA ÀS 18:00H DO DIA 14/12, A SERVIDORA RETORNARÁ AO RIO DE JANEIRO DIA 15/12, UM DIA APÓS O TÉRMINO DAS VISITAS, POR NÃO HAVER POSSIBILIDADE DE RETORNO EM TEMPO HÁBIL NO DIA 14/12.

125	RICARDO ALMEIDA MULLER	RIO/SÃO/RIO	17 A 18/12/2010	398,43	1,5	VISITAR E FISCALIZAR AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO GRANDES LAGOS INTERNACIONAL CLUBE LTDA, REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000892/2007-51 E C.A 08/0002/2008, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2010 ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE SANTA CLARA D'OESTE/SP.
126	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JUNIOR	BSB/SÃO/BSB	17 A 18/12/2010	346,68	1,5	VISITAR E FISCALIZAR AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO GRANDES LAGOS INTERNACIONAL CLUBE LTDA, REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000892/2007-51 E C.A 08/0002/2008, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2010 ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE SANTA CLARA D'OESTE/SP.
127	BERNADETE MAGDALENA FRANCA PEREIRA BALTHAZAR	RIO/JPA/RIO	26 A 28/12/2010	568,86	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO DE NATAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000803/2010-71, DA EMPRESA TAMBIA SHOPPING, QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE DEZEMBRO DE 2010, NA PRAÇA DE EVENTOS DO TAMBIA SHOPPING- RUA DEPUTADO ODON BEZERRA Nº 184 EM TAMBIA, JOÃO PESSOA/PB. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DOMINGO DIA 26/12/10, DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO LOCAL DA FISCALIZAÇÃO. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 27/12/10 ÀS 9H.
128	NATALIA CLAUDINO LOBAO	RIO/JPA/RIO	26 A 28/12/2010	560,04	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO DE NATAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 18101.000803/2010-71, DA EMPRESA TAMBIA SHOPPING, QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE DEZEMBRO DE 2010, NA PRAÇA DE EVENTOS DO TAMBIA SHOPPING- RUA DEPUTADO ODON BEZERRA Nº 184 EM TAMBIA, JOÃO PESSOA/PB. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DOMINGO DIA 26/12/10, DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO LOCAL DA FISCALIZAÇÃO. A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 27/12/10 ÀS 9H.

Fonte: SEAE/MF

3.4 - Gestão Financeira - Dados Situacionais

3.4.1 - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)

A SEAE implantou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) em janeiro de 2008. É um sistema informatizado criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acessado via Internet, que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens realizadas no interesse da administração pública, em território nacional ou estrangeiro. O sistema opera desde o cadastramento da viagem, inclusive de trechos, com reserva de passagens e controle das autorizações de solicitação e despesa e execução financeira, até a emissão do bilhete. A partir de 31 de dezembro de 2008 passou a ser obrigatória a sua utilização pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme descrito no Art. 12-A do Decreto nº 6.258, de 19 de novembro de 2007.

Do SCDP são extraídos os dados sobre diárias para o Portal da Transparência, conforme previsto no Art. 15 da Portaria Interministerial nº 140, de 20 de março de 2006, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência – Interino e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e para subsidiar o Relatório de Gestão do Processo de Tomada e Prestação de Contas, exigidos pela Portaria CGU, nº 555 de 28 de dezembro de 2006.

Com referência ao controle e auditoria por parte da CGU, o sistema dispõe de vários tipos de relatórios, que a Controladoria já vem adotando para analisar e auditar os gestores públicos quanto aos gastos irregulares com diárias e passagens.

3.4.2 - Suprimento de Fundos/Serviços

O ANEXO III discrimina o total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito corporativo, nos últimos 3 anos, para fins de atendimento de despesas administrativas de pequeno valor, detalhando a informação por responsável.

3.4.3 - Outras informações orçamentárias

As tabelas a seguir prestam informações a respeito da execução orçamentária do Programa de Governo sob responsabilidade da SEAE, das despesas por modalidade de contratação, das despesas correntes e das despesas de capital.

Tabela 15 - Demonstrativo da execução orçamentária por Programa de Governo - SEAE/MF

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0780		Denominação: Gestão da Política de Regulação de Mercados				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.						
Objetivos Específicos: Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.						
Gerente: Antonio Henrique Pinheiro Silveira				Responsável: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda		
Público Alvo: Agentes econômicos e cidadãos						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.489.182	4.489.182	3.147.240	3.098.470	96.580	3.096.356	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: SIAFI/SEAE/MF

** O Programa 0780 não possui indicadores

Tabela 16 - Despesas por Modalidade de Contratação - SEAE/MF.

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão (passagens aéreas)	277.044,68	353.630,24	277.044,68	353.630,24
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa (SERPRO e outros)	1.072.585,47	1.208.586,49	1.072.585,47	1.208.586,49
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	195,83	634,00	195,83	634,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Díárias	277.407,45	301.664,45	277.407,45	301.664,45
Outros (***)	39.899,01	1.352,76	39.899,01	1.352,76

(***) Em 2009, pagamentos, principalmente, com restituição em viagens, restituição com inscrição em treinamento e pagamento de inscrição em curso.

Em 2010, pagamento a servidores que utilizaram recursos próprios para pagamento de Taxa de Embarque no exterior.

Fonte: SIAFI/SEAE/MF

Tabela 17 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa - SEAE/MF.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
14 - Diárias Pessoal Civil	273.675,33	301.664,45	273.675,33	301.664,33			273.675,33	301.664,33
30 - Material de Consumo	165,83	634,00	165,83	634,00			165,83	634,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	277.044,68	353.630,24	277.044,68	353.630,24			277.044,68	353.630,24
36 - Serv. Terc. Pessoa Física	3.732,12	14.552,01	3.732,12	14.552,01			3.732,12	14.552,01
39 - Serv. Terc. Pessoa Jurídica	1.104.343,97	1.208.586,49	1.104.343,97	1.208.586,49			1.104.343,97	1.208.586,49
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	6.527,73	0,00	6.527,73	0,00			6.527,73	0,00
93 - Indenizações e Restituições	8.008,60	1.352,76	8.008,60	1.352,76			8.008,60	1.352,76

Fonte: SIAFI/SEAE/MF

Tabela 18 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa – SEAE/MF

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
52 - Equipamento e Material Permanente	165,00	0	165,00	0			165,00	0
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI/SEAE/MF

3.5 - Processos de Controle - Controles da Gestão

3.5.1 - Controle interno da gestão

A Secretaria de Acompanhamento Econômico considera relevante e fundamental a sistematização e a documentação das atividades envolvidas em seus campos de atuação.

Desde 2002, a SEAE utiliza o Sistema *Littera*, concebido para controlar e gerenciar, internamente, o fluxo de processos e documentos, possibilitando o registro, o armazenamento e a disponibilização corporativa da produção técnica da Secretaria. Nos anos de 2002 e 2003, o Sistema tratava apenas das informações referentes a atos de concentração, entretanto, em 2004, começaram a ser implantados os módulos relativos a condutas anticompetitivas e prêmios e sorteios.

Também, foram implementados os fluxos para análise dos Processos de Averiguação Preliminar, Processos Administrativos, Atos Normativos e Consulta CADE e a publicação de Notas Técnicas na Internet sobre Representações à SDE. Além desses, foi criado o Processo de Desabastecimento referente a alterações tarifárias por desabastecimento.

A SEAE utiliza, ainda, os recursos de Servidor de Arquivos – Árvores de Diretórios – estrutura de diretórios e pastas compartilhadas – visando à utilização corporativa das informações produzidas pelos usuários. Em 2010, foi realizada uma unificação e reorganização dos arquivos armazenados subdivididos em pastas referentes a cada unidade organizacional da SEAE. No final de 2010, o espaço virtual ocupado era de 98,3 GB referente a 228.259 arquivos distribuídos entre 23.823 pastas.

Desde 1999, a SEAE vem procurando padronizar os procedimentos de análise a serem utilizados quando da elaboração de pareceres referentes à defesa da concorrência, tendo em vista que o uso de manuais e guias de análise permitem a uniformização de procedimentos internamente, além de conferirem consistência, robustez e transparência às análises.

A Secretaria instalou em maio de 2008 equipamentos para a implementação do sistema de videoconferência para 3 ambientes físicos, visando reduzir custos com deslocamentos para eventuais reuniões e treinamentos fora de Brasília. Além da comodidade, o recurso implementado traz auxílios significativos, tanto na parte logística quanto na parte tecnológica. Na questão da logística, o grande diferencial proporcionado pelo sistema de videoconferência é a economia de tempo e de recursos, possibilitando a reversão de tais fatores para outras áreas da Secretaria. Outra vantagem do sistema de videoconferência é a utilização de ferramentas de compartilhamento de documentos em tempo real, permitindo aos integrantes das reuniões visualizarem, alterarem e transferirem esses documentos durante o decorrer das reuniões, gerando grande avanço em prol da maior eficiência administrativa desta Secretaria.

No final de 2010, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2011, da SEAE/MF (PDTI SEAE/MF 2011), por determinação da Instrução Normativa no. 4, de 19 de maio de 2008, da SLTI/MP (atualizada em 2010), e em conformidade com as orientações do Comitê Estratégico de TI do Ministério da Fazenda, sob a coordenação da Secretaria Executiva.

A Secretaria possui os seguintes Manuais/Guias de Análise:

- Manual de Procedimentos Operacionais em Defesa da Concorrência (junho 2000) - esclarece os pontos mais importantes referentes às questões procedimentais envolvidas nas análises pertinentes à área em questão. Atualmente está sendo revisado;
- Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração² (Portaria SEAE nº 39/99) - posteriormente aperfeiçoado e adotado também pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE), com o novo título de Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50/01);
- Guia Para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios³ (Portaria SEAE nº 70/02);
- Cartilha de Análise e Autorização de Promoções Comerciais (março 2003);
- Manual de Fiscalização – Promoções Comerciais e Loterias (março 2003);
- Cartilha para Análise de Prestação de Contas de Promoções Comerciais (março 2003).

3.5.1.1 - Estrutura de controles internos da gestão

Tabela 19 - Estrutura de controles internos da gestão.

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	

² Simplificadamente, operações de concentração econômica se referem a fusões, aquisições e incorporações de empresas ou de ativos de empresas.

³ A prática de preços predatórios é uma conduta anticompetitiva e se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar os preços novamente e obter lucros extraordinários.

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SEAE/MF

3.5.2 - Controle externo da gestão

1 - Solicitação da Controladoria-Geral da União – Solicitação, por meio do Ofício 38.542/DEFAZ II/DE/SFC/CGU-PR, de 26 de novembro de 2010, da cópia do processo nº 18101.000331/2010-57, referente à contratação com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para ministrar Curso de Econometria à SEAE, no período de 3.5 a 13.9.2010.

PROVIDÊNCIAS – A Nota de Empenho 2010NE900035, que fazia referência ao inciso II, do Art. 24 da Lei 8.666/1993, foi anulada pela Nota de Empenho 2010NE900089, em 30.11.2010, e substituída pela Nota de Empenho 2010NE900088, de 1.12.2010, fazendo referência ao inciso VIII, do mesmo artigo da citada Lei.

2 - Solicitação da Advocacia-Geral da União – Solicitação relação com os números e objeto dos processos em trâmite junto ao Tribunal de Contas da União que sejam prioritários no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

PROVIDÊNCIAS – Em 4 de fevereiro de 2010, enviou-se à Assessoria Especial de Controle Interno do GMF o Memorando 81 GABIN/SEAE/MF, informando inexistir processos da espécie solicitados por meio do Memorando-Circular 07/2010/CGU/AGU, de 2 de fevereiro de 2010.

4 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 - Programas

A Secretaria de Acompanhamento Econômico participa de dois Programas do PPA, a saber: o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados, sob a responsabilidade gerencial da própria SEAE e o Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, sob a responsabilidade gerencial da Secretaria de Direito Econômico (SDE/MJ).

0780 - Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

O Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados justifica-se pela:

- i) necessidade de constante atualização dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos; e
- ii) necessidade de avaliação sistemática de marcos regulatórios e legais que possam estar inadequados ao ambiente de mercado concorrencial ou que possam permitir a ocorrência de falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Além disso, o Programa deve sua existência às seguintes demandas:

- i) dar cumprimento ao Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, que determina: “A partir de 1º de julho de 1994, o reajuste e a revisão dos preços públicos e

- das tarifas de serviços públicos far-se-ão conforme atos, normas e critérios a serem fixados pelo Ministro da Fazenda”;
- ii) necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos;
 - iii) inadequação de alguns marcos regulatórios e legais ao ambiente de mercado concorrencial; e
 - iv) falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Todos esses itens podem impactar negativamente a economia do país, prejudicando os cidadãos de forma geral, seja por meio de ameaças à estabilidade econômica, seja por meio de deficiências estruturais que possam vir a afetar o sistema relativo de preços e o crescimento econômico. Visando a eliminar ou a reduzir os problemas citados, este Programa possui estratégias de ação operacionalizadas por meio da potencialização da promoção da concorrência e de mecanismos que buscam coibir o exercício abusivo de poder de mercado, permitindo que os consumidores tenham maior variedade de produtos, exerçam o poder de escolha e pelos menores preços possíveis.

O Programa é operacionalizado via ações de regulação econômica, que objetivam reduzir os efeitos negativos das imperfeições de mercado, fato que pode provocar aumento de preços, redução da qualidade, diminuição da variedade ou redução das inovações.

Dessa forma, a SEAE realiza várias atividades, dentre as quais destacamos:

- i) identificação de setores relevantes para o acompanhamento de condutas anticompetitivas;
- ii) desenvolvimento de estudos jurídicos e econômicos, visando a formular peças regulatórias específicas voltadas para os setores incluídos no Art. 70 da Lei 9.069/95;
- iii) realização de visitas, reuniões e eventos semelhantes junto a outros órgãos do Governo, bem como junto aos agentes econômicos em geral, com vistas a discutir políticas de regulação, especialmente nos setores de infra-estrutura e agrícola e/ou em outros setores com grandes externalidades sociais; e
- iv) definição, juntamente com os ministérios setoriais e as Agências Reguladoras, de regimes tarifários e de marcos regulatórios.

Em síntese, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados tem o objetivo de subsidiar a proposição de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo. Visa também a cumprir uma das competências da SEAE, qual seja, estruturar e acompanhar a implantação de novos modelos de regulação e gestão, em articulação com as Agências Reguladoras e demais órgãos afins.

O Programa e as ações executadas pela SEAE contribuem, significativamente, para o alcance da Diretriz 1 – Aperfeiçoamento e Consolidação dos Marcos Regulatórios dos Setores de Infraestrutura inserida no Desafio 17 – Impulsionar os Investimentos em Infraestrutura de Forma Coordenada e Sustentável, que faz parte do Plano Plurianual 2008-2011, UM BRASIL DE TODOS, traçado pelo Senhor Presidente da República relativo ao macro objetivo do crescimento da

economia brasileira com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais.

Por fim, cabe salientar que, durante o ano de 2010, o Programa apresentou resultados satisfatórios e eficientes em todas as ações. Em algumas ações, as metas foram superadas, como a Ação 2387 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais, em 161%, e a Ação 2069 – Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos, em 119%. Já a ação 2068 – Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais atingiu 97% do previsto. Além disso, houve menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto para todas as Ações do Programa.

0695 - Programa de Defesa Econômica e da Concorrência

O Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, gerenciado pela SDE/MJ, possui uma ação executada pela SEAE: Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.

Na execução desse Programa, busca-se uma melhor articulação entre os Órgãos de Defesa da Concorrência, no sentido do aprimoramento dos instrumentos de investigação e do aumento da transparência da atuação dos órgãos envolvidos.

Esse Programa, levado a cabo com fundamento na Lei n.º 8.884, de 1994, relaciona-se com o macroobjetivo de promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no mercado interno.

4.1.1 - 0780 - Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

4.1.1.1 - Dados gerais

Tabela 20 – Dados gerais do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados - SEAE/MF.

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
Objetivo específico	Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.
Gerente do programa	Antonio Henrique Pinheiro Silveira
Gerente executivo	Rita de Cássia Vandanezi Munck
Responsável pelo programa	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório de Notas Técnicas e de Notas Explicativas produzidas e encaminhadas aos setores demandantes e ou beneficiados (Congresso Nacional, Agências Reguladoras e demais setores da economia)
Público-alvo (beneficiários)	Agentes econômicos e cidadãos

Fonte: SIGPLAN.

4.1.1.2 - Ações do Programa 0780

➤ Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Criada em 2005, com o objetivo de alocar créditos destinados a suprir as necessidades da Secretaria cujas despesas não deveriam ser realizadas no âmbito das ações finalísticas, tais como despesas de manutenção, gastos com viagens para tratar de assuntos administrativos, dispêndios decorrentes da aquisição de material de consumo, material permanente e demais despesas de cunho administrativo voltadas às atividades da Secretaria.

Tabela 21- Dados gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Fonte: SIGPLAN.

➤ Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

Visa a estruturar regras adequadas para a fixação e o reajuste de tarifas. Apesar de as agências reguladoras serem encarregadas da estruturação da política de preços nos setores regulados, há ações que impactam as políticas macro e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Em decorrência disso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, elabora estudos fruto do acompanhamento da economia, que subsidiam as ações e decisões de correção de rumo de curto prazo das principais variáveis econômicas e a elaboração de políticas econômicas de longo prazo.

Em síntese, a ação visa a estruturar critérios e regras para a fixação e o reajuste de tarifas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes e é aplicada

especialmente no caso de serviços/tarifas públicos que foram sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.

Vale notar também que, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Em outros setores, como o setor “postal”, que ainda não possui agência reguladora, é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Entretanto, independentemente da existência ou não de agência reguladora, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Em 2010, a SEAE superou em 119% a meta física inicialmente prevista para a ação. Realizou 35 análises das 16 inicialmente previstas para a ação estabelecida como meta. A SEAE recebeu 35 pedidos de análise dos 16 pedidos inicialmente programados, dos quais todos foram analisados e expedidos aos beneficiários. Cabe esclarecer que o número de reajustes depende do número de concessões, e tendo em vista que o governo fez novas concessões durante o ano de 2010 em relação à época da previsão da meta, o número de reajustes analisados aumentou.

Tabela 22 - Dados gerais da Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos.

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar critérios e regras para revisão e reajuste de preços e tarifas públicas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes, considerando aspectos de defesa e promoção da concorrência, eficiência econômica bem-estar social.
Descrição	Adequação de regimes tarifários, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais**

Objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A SEAE trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes, com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

Em 2010, a SEAE atingiu 97% da meta prevista para a ação. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que o número de manifestações realizadas no ano depende do número de resoluções publicadas pelas agências reguladoras. Além disso, é importante destacar também que os marcos regulatórios da saúde suplementar e do mercado de medicamentos atingiram um estado maduro. Disso decorre uma diminuição significativa da edição de normas ao longo dos últimos dois anos. Finalmente é importante notar que a SEAE tem sido convidada pelas agências reguladoras para participar de grupos de trabalho e grupos técnicos. O objetivo da participação da SEAE nesses fóruns é o de evitar, ainda antes da fase de consultas públicas, a edição de normas que estejam em desacordo com as melhores práticas regulatórias e concorrenciais.

Tabela 23 - Dados gerais da Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais.

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar na regulamentação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando à eficiência econômica e ao funcionamento de mercados em ambientes concorrenciais.
Descrição	Avaliação e/ou proposição de novos marcos e critérios regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN.

➤ **Ação 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico**

Objetiva manter e prover acessibilidade às informações econômicas necessárias para a atuação da Secretaria, tendo como produto *software*, *hardware* e periféricos funcionando com qualidade.

A clientela principal desta Ação é formada por servidores da SEAE e, em última instância, pela sociedade e pelos agentes econômicos, que se beneficiam com o aumento da produtividade dos servidores e dos melhores serviços prestados pela Secretaria.

Tabela 24 - Dados gerais da Ação 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico.
Descrição	Complementação, implementação, manutenção e gerenciamento de sistemas informatizados e especializados relativos às atribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico e relacionadas também aos assuntos de interesse do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais

Abrange três grandes áreas:

1. Autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular;
2. Autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas;
3. Autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A primeira área trata da emissão, por parte da SEAE, de autorização para que instituições financeiras procedam à distribuição gratuita de prêmios e realize sorteios a título de propaganda. A Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, veda a realização de promoções comerciais, exceto para aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério da Fazenda. Assim, no âmbito do Ministério, cabe à SEAE essa atividade. Adicionalmente e considerando a mesma previsão legal, compete à SEAE também autorizar toda e qualquer empresa que deseje promover a captação antecipada de poupança popular, entendendo-se esta última como o sistema pelo qual assegura-se a contraprestação de objeto contratual líquido e certo, mediante pagamento antecipado de parcelas, sem data previamente estipulada, sendo a contratação tida por certa. A função de fiscalizar, como não poderia deixar de ser, é uma decorrência do ato de autorizar e visa garantir que os agentes econômicos cumpram a citada legislação.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972. À guisa de instrumentos para a concessão de pedidos de autorização para promoção, esta SEAE utiliza-se de análises contábeis, de cálculos de

avaliação econômico-financeira, sobretudo capacidade de honrar compromissos, das empresas interessadas em realizar tais eventos. Analisa ainda a regularidade fiscal e jurídica das interessadas.

Na prática, a atividade de autorização de promoções comerciais - sorteios, concursos, vale-brindes e assemelhados, solicitadas por instituições financeiras e correlacionadas - consiste, inicialmente, na análise do plano de operação enviado pela empresa observando-se as exigências da legislação pertinente à cada modalidade de promoção. Na maioria das vezes, é necessária a solicitação, por parte da SEAE, de modificações no plano apresentado, para que este se ajuste ao formato exigido pela legislação. A segunda e última etapa consiste da prestação de contas, que ocorre após a realização da promoção. A empresa presta contas para esta Secretaria e o processo é então finalizado e homologado.

A autorização para emissão de *sweepstakes* ou para a exploração de outras modalidades de loteria, do ponto de vista operacional, segue o mesmo *modus operandi* descrito anteriormente. Aqui o principal interesse da Secretaria está voltado para não permitir um desvirtuamento da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Nos termos da legislação, as loterias turísticas autorizadas devem funcionar como um estímulo para o desenvolvimento da atividade de equideocultura, devendo-se evitar e coibir toda e qualquer autorização de loteria em que não seja possível identificar um real incentivo à atividade, sob pena de configurar exploração de jogo de azar.

As atividades de autorização, de homologação, de fiscalização e de monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal estão previstas nos Decretos-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967. A SEAE autoriza e aprova todos os planos de sorteio de extração de loteria federal explorados pela Caixa Econômica Federal. Ainda nesse mesmo segmento, compete à Secretaria autorizar a Caixa a explorar novas modalidades lotéricas. Desde que essa atividade foi transferida para a SEAE, já foram autorizadas três novas loterias: a “Lotogol”, a “Loteca” e a “Timemania”.

As competências relativas à operacionalização e à fiscalização de prêmios e sorteios e das outras atividades foram transferidas a esta SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória nº 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Por intermédio dessa ação, o objetivo da Secretaria é o de conferir maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Os dados para o acompanhamento físico são obtidos no local de fiscalização dos eventos, bem como a partir de denúncias apresentadas à SEAE, sobretudo por representantes do Ministério Público, do PROCON e dos cidadãos, de um modo geral.

Em 2010, a SEAE superou em 161% a meta física inicialmente prevista para a Ação. Isso se deve, em grande parte, à expressiva ampliação das autorizações de promoções coletivas, principalmente a consolidação dos Shopping Centers, advindas desde 2008, por meio da Portaria MF nº 41, de 19 de fevereiro de 2008, que regulamenta as promoções comerciais no país. Este diploma legal facilitou sobremaneira a desobstrução desta questão, elevando o número de entrada de pedidos na Secretaria, dando ensejo a superação da meta.

Tabela 25 - Dados gerais da Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais.

Tipo	Atividade
Finalidade	Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores.
Descrição	Emissão de autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN.

4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência

4.1.2.1 - Dados gerais

Tabela 26 - Dados gerais do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência – SDE/MJ.

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos
Objetivo específico	Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência
Gerente do programa	Diego Faleck
Gerente executivo	Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Responsável pelo programa	Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório do número de processos administrativos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE anualmente.
Público-alvo (beneficiários)	Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias

Fonte: SIGPLAN.

4.1.2.2 - Ação do Programa 0695

- Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos

Refere-se ao controle de estruturas de mercado (análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas) e de condutas anticompetitivas (por exemplo, prática de cartel), fundamental para a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos privados e ao crescimento econômico sustentável.

Em janeiro de 2006, as Secretarias de Acompanhamento Econômico e de Direito Econômico/MJ publicaram portaria conjunta que estabeleceu mecanismos de cooperação entre os dois órgãos e institucionaliza a instrução conjunta de atos de concentração e de condutas anticompetitivas (Portaria Conjunta n.º 33, de 4 de janeiro de 2006).

São diretrizes norteadoras da cooperação entre SEAE e SDE, previstas na Portaria, o espírito cooperativo, a transparência na comunicação, a coordenação de ações, a racionalização dos trabalhos, a economia processual e a não duplicação de esforços.

A divisão de trabalho decorrente da cooperação entre as Secretarias observará as atribuições legais estabelecidas na Lei nº 8.884, de 1994, e levará em conta a experiência prévia de ambas, a fim de melhor aproveitar a especialização de seus respectivos corpos técnicos e de potencializar a capacidade de análise de cada Secretaria.

Com a Portaria, os órgãos de instrução do SBDC passaram, formalmente, a trabalhar de maneira integrada, o que possibilitou ao Sistema atuar de forma mais eficiente. A SEAE vem se concentrando, na maior parte das vezes, na análise dos atos de concentração, enquanto a SDE, nas condutas.

A análise de Atos de Concentração é disciplinada pelo Art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994, que estabelece um prazo de 30 dias para a manifestação da SEAE e encaminhamento do processo à SDE, dispondo este órgão de prazo semelhante para sua manifestação. Em seguida, o caso é remetido ao CADE, que tem o prazo de 60 dias para deliberação (julgamento), sendo esses prazos suspensos quando da solicitação, pelos órgãos, de informações adicionais.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e/ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O CADE aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

Os pareceres elaborados pela Secretaria, no que se refere a atos de concentração e condutas anticompetitivas são peças que contêm sofisticada análise econômica e são muitas vezes fruto de um longo período de investigação apurada. Investigações sobre condutas anticompetitivas tendem, em todo o mundo, a durar meses ou até anos nos casos mais importantes, tendo em vista a complexidade envolvida.

Cabe destacar uma especificidade da SEAE frente aos outros órgãos do SBDC: uma vez que a Secretaria é o primeiro órgão a realizar a análise sobre os casos de concentração econômica, a maior parte da instrução acaba sendo feita nesse estágio e o prazo de análise da Secretaria tende, naturalmente, a ser superior ao da SDE e do CADE.

Em 2010, foram analisados 791 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, contra 566 processos no ano anterior. Percebe-se um acréscimo de 40% no número de processos analisados pela Secretaria, principalmente pelo grande número de processos de Ato de Concentração analisados em 2010 e também o aumento de processos de Condutas anticoncorrenciais. O tempo médio total de análise foi de 83 dias (contra 89 dias em 2009, 81 dias em 2008, 73 dias em 2007, 52 dias em 2006, 50 dias em 2005, 65 dias em 2004, 80 dias em 2003 e 110 dias em 2002) para a elaboração de pareceres referentes a atos de concentração. O prazo mencionado refere-se ao tempo total despendido na análise, por parte da SEAE, não descontado os períodos de suspensão de contagem de prazo. Quando é necessário o envio de ofícios de solicitação de informações a fim de serem prestados esclarecimentos adicionais, os prazos são suspensos desde o envio do Ofício da Secretaria até o recebimento das respostas solicitadas (disposição constante do art. 54, parágrafo 8º, da Lei n.º 8.884, de 1994).

Isso significa que a meta relativa à Ação, que era de 622 processos (fusões e aquisições; e condutas anticompetitivas), foi superada em 15%. Tal fato se explica, em parte, pelo incremento na participação de processos concluídos mediante Rito Sumário. Adicionalmente, destaca-se a participação da equipe de técnicos de Brasília, que, rapidamente, adquiriu a expertise nessas atividades, e cuja qualidade técnica e dedicação ajudaram a construir esse número. Em 2010, observou-se um incremento nas atividades da Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado, particularmente no que se refere às análises de confidencialidade, anteriormente feitas pela Secretária de Direito Econômico.

É importante lembrar que em 2004 o SBDC se adiantou e lançou um conjunto de medidas para agilizar a análise de atos de concentração. Uma dessas medidas foi a criação de um Rito Conjunto de Análise de Atos de Concentração. Anteriormente, a SEAE elaborava um parecer, encaminhava-o à SDE, que elaborava outro parecer, e só então o caso era remetido com instrução completa ao CADE, para julgamento. A instrução dos processos em duas etapas podia levar meses. Com o Rito Conjunto, a instrução dos casos passou a ser feita em uma única etapa: equipes das duas secretarias se reúnem periodicamente a fim de mapear os casos notificados e discutir a instrução conjunta das operações mais importantes, ocasionando ganhos substantivos de tempo e de qualidade nas análises. Ao mesmo tempo, casos tidos como simples passaram a ser objeto de análise sucinta na SDE.

O conjunto de medidas lançadas pela SEAE e SDE se configurou como mais um passo fundamental para a racionalização do funcionamento do SBDC, a fim de que o Sistema possa melhor servir à sociedade. A ampliação do número de casos analisados pelo Rito Sumário e a drástica redução do tempo médio de análise de atos de concentração foram os resultados alcançados com as medidas.

Por seu turno, com exceção dos anos de 2007, 2008 e 2009 em que foram analisados muitos casos complexos, inclusive casos complexos remanescentes de anos anteriores a 2007, 2008 e 2009, e por isso nestes três últimos anos o tempo médio remontou aos idos de 2003, 80 dias, o tempo médio de análise de atos de concentração vem diminuindo desde 2002. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à adoção, naquele ano, do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração mais simples e que não tenham o potencial de prejudicar a concorrência. Em 2003, quando o procedimento já estava bem desenvolvido na Secretaria, o resultado foi surpreendente: 50% dos

casos de concentração foram analisados mediante o Rito Sumário. Em 2004, com o aperfeiçoamento da legislação, esse percentual subiu para 63%; em 2005, 70%. Desde 2006 que o tempo médio para as análises mediante Rito Sumário vem se mantendo praticamente estável, sendo 68% em 2006; 69%, em 2007; 66% para 2008 e 2009; e 68% para 2010.

Com a adoção da metodologia do Rito Sumário, operações simples começaram a ser tratadas de forma diferente das operações complexas e os prazos de análise foram diminuídos, possibilitando a prestação de um melhor serviço à sociedade e a alocação, pela Secretaria, de mais tempo para as análises de casos com maior potencial lesivo aos consumidores e à economia.

Outra realização nessa área foi o lançamento, no final de fevereiro de 2005, de um sistema de publicação automática de Pareceres e acompanhamento de Processos pela Internet. O objetivo era o de aumentar a transparência sobre as ações da Secretaria e facilitar a consulta do público-alvo da SEAE e aos cidadãos de maneira geral. Em 2006, foi reformulado o mecanismo de busca e foram incluídos outros tipos de processos e documentos, como Notas Técnicas de Confidencialidade e Pareceres de Saneamento Jurídico. A ampliação em 2010 foi em relação à inclusão do processo denominado “Processo de Desabastecimento” e à publicação de Nota Técnica de Confidencialidade referente aos processos de Atos de Concentração e a geração do relatório conclusivo para publicação do Despacho de deferimento ou indeferimento da confidencialidade ou sigilo no Diário Oficial da União.

Os Pareceres da SEAE relativos à defesa da concorrência já se encontravam disponíveis no sítio da Secretaria, mas foram agregadas, com a nova sistemática a partir de 2006, informações sobre processos em análise, ao mesmo tempo em que as consultas se tornaram muito mais ágeis em decorrência de serem realizadas em tempo real e também em virtude da possibilidade de utilização de mecanismos de busca.

A nova sistemática facilitou sobremaneira o acesso às informações da Secretaria para o público-alvo envolvido. Só para dar uma idéia dessa facilidade, como os processos finalizados estão ordenados por data de saída e os em análise, por data de entrada, diariamente, é possível acompanhar tudo o que entrou e tudo o que saiu da SEAE, já na primeira tela, o que facilita em muito a o processo de busca e a pesquisa do interessado ou beneficiário da ação.

Para consultar os processos, basta que o usuário acesse o endereço eletrônico: <http://www1.seae.fazenda.gov.br/littera/exec/controle.asp>

Tabela 27 - Dados gerais da Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar atos de concentração e condutas anticoncorrenciais do mercado, com vistas a assegurar a concorrência e a defesa da ordem econômica.
Descrição	Participação de pessoal técnico e dirigentes em reuniões e encontros que discutam assuntos de interesse de casos em instrução ou que possam ser objetos de análise; Elaboração de pareceres técnicos sobre casos em instrução; outras atividades relacionadas à instrução e a análise dos diversos casos tratados pelos órgãos do SBDC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia Vandanezi Munck
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Fonte: SIGPLAN

4.1.3 - Resultados

Quanto aos resultados, conforme relatado anteriormente, verificou-se que os objetivos das Ações foram alcançados no decorrer de 2010, sendo que algumas delas obtiveram um resultado muito superior ao inicialmente previsto.

Cabe, mais uma vez, enfatizar a dificuldade da Secretaria com relação à pessoal, uma vez que a SEAE não dispõe de quadro próprio de carreira e a quantidade de técnicos existentes vem se mostrando insuficiente. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, a empresas públicas, a sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração Pública. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como o principal gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE e ao desenvolvimento do espírito de corpo da instituição.

Tendo em vista que a carência de pessoal qualificado e provido periodicamente é uma dificuldade partilhada com a SDE/MJ e com o CADE, demais integrantes do SBDC, o PL nº 5.877/2005, apensado ao PL nº 3.937/2004, que estrutura o SBDC e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica prevê a criação de um mecanismo de provisão de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente funcionários públicos concursados de carreiras federais de nível superior). Tal provisão deverá resolver de forma definitiva as dificuldades de pessoal por que passa a Secretaria e os demais órgãos do SBDC, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional. Vale salientar que a proposta foi já aprovada pela Câmara dos Deputados em 2008 e pelo Senado Federal em 2010, retornou à Câmara, para que aquela Casa aprecie as

emendas aprovadas pelo Senado Federal e, em seguida, encaminhe o texto para a sanção presidencial.

Como também mencionado anteriormente neste relatório, espera-se que a criação da Carreira Fazendária supra os quadros técnicos da SEAE de forma institucionalizada, eliminando a preocupação com a captação de recursos humanos com base em cargos comissionados e ou de apoio, através de contratos de terceirizados. Espera-se estabilidade no quadro não só técnico, mas também de gestão, uma vez que a Secretaria acredita que um quadro estável e bem formado possibilitará a implementação de um projeto de desenvolvimento institucional continuado, alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério da Fazenda e do SBDC de forma sistematizada e continuada. A elevação da maturidade da gestão dos assuntos da SEAE depende em grande parte da estabilidade e qualidade de seu quadro de recursos humanos.

Vale a pena ressaltar que a escassez de espaço físico continua se configurando numa das preocupações experimentadas pela SEAE em Brasília. Desta forma, essa escassez restringe sobremaneira a possibilidade de expansão da equipe da Secretaria.

Cabe mencionar que com a conversão dos PL do SBDC em Lei, haverá necessidade de eliminar diversos processos de trabalho hoje instalados na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e reorganizar as novas tarefas na SEAE em Brasília. Para tanto, a SEAE elaborou uma proposta de projeto de Modernização Institucional que foi encaminhada à Secretaria Executiva, e à SPOA/MF, para que seja pensada em conjunto uma solução para as necessidades de recursos humanos, mapeamento e redesenho de processos e de alocação de maior espaço físico.

A SEAE, como já mencionado, integra o grupo de trabalho de análise de soluções de espaço físico para o Ministério da Fazenda e vem fazendo gestões junto ao grupo para viabilizar o acréscimo de no mínimo 150 m² no Edifício Sede do Ministério até o final do ano de 2011, em vista da expectativa de aprovação do PL pelo Congresso Nacional.

A tabela 28 mostra as despesas, por ação, com diárias e passagens, além de outras despesas julgadas relevantes para o ano de 2010.

Tabela 28 - Despesas, por ação, com diárias e passagens e outras julgadas relevantes.

R\$ 1,00

Ação	Item	Valor
2272 - Gestão Administrativa do Programa - GAP	Diárias e Passagens	23.238
	Material Permanente	16.839
	Bolsa Estagiários	83.958
	Despesas Condominiais espaço físico (SEAE-RJ)	116.350
	Terceirizados	441.535
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	Diárias e Passagens	36.349
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	Diárias e Passagens	255.355
	Treínamento	106.574
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	Diárias e Passagens	190.458
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	Sistemas Informatizados	1.589.094
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	Diárias e Passagens	149.894

Fonte: SIAFI/SEAE/MF.

A tabela abaixo mostra a execução física das ações realizadas em 2010.

Tabela 29 - Execução física das ações realizadas pela SEAE/MF em 2010.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
4	125	780	2068	atividade		1	75	73	75
4	125	780	2069	atividade		1	16	35	16
4	125	780	2084	atividade		1	1	1	1
4	125	780	2387	atividade		1	300	784	300
4	125	780	4562	atividade		1	622	724	622

Fonte: SIGPLAN/SEAE/MF.

Por fim, ressaltamos que o Programa apresentou resultados considerados bastante satisfatórios no decorrer de 2010, sendo que as metas previstas foram, praticamente em todos os casos, superadas, inclusive com menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto, ainda que o número de atribuições tenha aumentado e o contingente de pessoal técnico especializado não.

Tabela 30 - Comparativo das metas previstas e realizadas em 2010.

R\$ 1,00

Ação	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2272 - Gestão Administrativa do Programa - GAP	0	0	0	1.646.671	821.474	50
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	16	35	219	57.151	40.365	71
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	75	73	97	513.605	441.311	86
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	300	784	261	260.909	206.225	79
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	1	1	100	2.010.846	1.589.093	79
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	622	724	116	310.818	163.536	53

Fonte: SIGPLAN/SEAE/MF.

5 - DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 - Indicadores de Gestão

Estes indicadores têm por finalidade aferir a eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela SEAE.

Na Nota Técnica n.º 173 GABIN/SEAE/MF, de 3 de dezembro de 2002, foram levantados, pela SEAE, indicadores de desempenho referentes à eficiência, eficácia e economicidade de atividades consideradas estratégicas para a Secretaria. Abaixo, seguem os referidos indicadores, que no ano de 2003 foram, pela primeira vez, operacionalizados pela Secretaria, possibilitando a mensuração do desempenho da sua gestão interna e finalística.

Vale salientar que alguns indicadores previstos no documento mencionado não foram utilizados, tendo em vista sua pouca expressividade em relação às atividades da Secretaria e/ou a sua excessiva complexidade e detalhamento, tornando os custos envolvidos no cálculo superior aos benefícios.

5.1.1 - Indicadores de Eficiência

5.1.1.1 - Nível de atendimento ao cliente via correio eletrônico

Objetivo: Verificar o nível de respostas dadas ao público por meio da quantidade *de e-mails* respondidos num dado período de tempo.

Índice:
$$\frac{\text{n.º de e-mails respondidos no ano "n"}}{\text{n.º de e-mails recebidos no ano "n"}} \times 100 = \frac{1227}{1227} \times 100 = 100\%$$

Comentários: A SEAE considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecê-la sobre dúvidas pontuais. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria sobre absolutamente qualquer assunto. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. A SEAE dispõe, no Gabinete, de um assessor institucional encarregado das relações da Secretaria com a imprensa e com a sociedade. Um índice de atendimento de 100% das demandas em 2010 implica um adequado tratamento às demandas da sociedade, tal qual a Secretaria planejou.

5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”

Objetivo: verificar o tempo médio despendido para a realização de análises sobre processo de ato de concentração.

$$\text{Índice} = \frac{\Sigma \text{ do tempo total gasto para a conclusão de análises}}{\text{n.º de análises feitas}} = \frac{55097 \text{ dias}}{667} = 83 \text{ dias}$$

Comentários: O tempo médio de análise dos atos de concentração foi 80 dias⁴ em 2003, tendo caído para 65 dias em 2004, 50 dias em 2005, 52 dias em 2006, 73 dias⁵ em 2007, e retornando às médias, respectivamente, nos anos de 2008, 2009 e 2010, de 81 dias, 89 dias e 83 dias, devido, principalmente, à elevação do número de casos complexos analisados. Com exceção dos últimos três anos, 2008, 2009 e 2010, o tempo gasto decrescente nas análises é calculado em função do desenvolvimento do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração e da instituição, no começo de 2004, do Rito Conjunto SEAE-SDE de Análise de Atos de Concentração, já detalhados nesse relatório. A redução do tempo médio de análise tem demonstrado que as medidas adotadas para agilizar as análises têm sido bem sucedidas, o que tem possibilitado a prestação de um melhor serviço à sociedade.

5.1.2 - Indicadores de Eficácia

5.1.2.1 - Orçamento e finanças

Objetivo: demonstrar o percentual da execução da despesa para informar se o que foi previsto está sendo cumprido pela Secretaria.

$$\text{Índice} = \frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa fixada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 3.351.944,50}}{\text{R\$ 4.129.949,29}} \times 100 = 81\%$$

Comentários: O resultado do indicador demonstra que houve um saldo 19% de recursos orçamentários em 2010.

5.1.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

Objetivo: acompanhar a arrecadação das receitas próprias da unidade.

⁴ De acordo com a Lei n.º 8884, de 1994, a SEAE tem o prazo legal de 30 dias para efetuar as análises relativas a atos de concentração, sendo que, todas as vezes que forem solicitadas, dos participantes ou de terceiros, informações adicionais indispensáveis à análise, o prazo legal é suspenso. A título ilustrativo, após o prazo de 30 dias para análise da SEAE, segue o prazo de 30 dias para a SDE e de 60 dias para o julgamento do CADE. Tanto a SDE quanto o CADE também têm seus prazos suspensos quando é necessário obter informações adicionais.

⁵ Até a edição do Relatório de Gestão 2008, este número era 70 dias. Entretanto, com a revisão feita em fevereiro de 2010, este número passou para 73 dias em 2007.

Índice: Arrecadação anual (ano X)/ arrecadação anual (ano X – 1) x 100

$$= \frac{\text{R\$ } 16.606.592,78}{\text{R\$ } 12.135.638,07} \times 100 = 137\%$$

Comentários: A arrecadação de receitas próprias foi superior em 37% em relação ao ano de 2009 em virtude de uma expressiva elevação no número de pedidos de análise.

5.1.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

Objetivo: acompanhar o percentual das receitas próprias executadas pela própria unidade, permitindo a avaliação do total de recursos arrecadados e transferidos ao Tesouro Nacional.

Índice: Total Despesas Realizadas/Total das Receitas Próprias * 100;

$$= \frac{\text{R\$ } 3.351.944,50}{\text{R\$ } 16.606.592,78} \times 100 = 20,18\%$$

Comentários: O total arrecadado foi suficiente para fazer face às despesas da Secretaria, colaborando inclusive com o financiamento de outras despesas do Ministério da Fazenda haja vista que os recursos foram transferidos ao Tesouro Nacional.

5.1.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA

Objetivo: verificar se as metas estabelecidas pela Secretaria estão sendo cumpridas ou, em outros casos, se o que foi demandado foi atendido.

5.1.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

$$\text{Índice: } \frac{\text{n.º de análises realizadas}}{\text{n.º de análises demandadas}} \times 100 = \frac{35}{35} \times 100 = 100\%$$

5.1.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

$$\text{Índice: } \frac{\text{quantidade de manifestações realizadas}}{\text{quantidade de manifestações demandadas}} \times 100 = \frac{73}{73} \times 100 = 100\%$$

5.1.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

$$\text{Índice: } \frac{\text{n.º de autorizações ou indeferimentos realizados no ano "n"}}{\text{n.º de pedidos de autorização protocolados no ano "n"}} \times 100 \\ = \frac{784}{784} \times 100 = 100\%$$

5.1.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria

$$\text{Índice: } \frac{\text{n.º de sistemas mantidos sem interrupção}}{\text{n.º de sistemas mantidos previstos}} \times 100 = \frac{1}{1} \times 100 = 100\%$$

Os indicadores demonstram o desenvolvimento satisfatório das ações sob responsabilidade da Secretaria. A SEAE atingiu as metas propostas para as suas ações, tendo, inclusive, superado as previsões. Apenas a meta relativa à ação de Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais ficou abaixo, atingindo 97% do previsto e por razões que vão além da governabilidade da Secretaria e já explicadas neste Relatório.

5.2 - Indicadores de Economicidade

5.2.1 - Custos dos Serviços de Informática

Objetivo: observar se houve redução de custos dos serviços de informática da Secretaria, podendo-se medir a economia de recursos obtida em função do aperfeiçoamento do trabalho.⁷

$$\text{Índice: } \frac{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n"}}{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n-1"}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 1.589.094,49}}{\text{R\$ 1.483.992,21} \times 1,11322^{**}} = \frac{\text{R\$ 1.589.094,49}}{\text{R\$ 1.652.009,81}} = 0,96$$

* Os serviços prestados nos dois períodos devem ser os mesmos.

** 11,322% foi o IGP-M acumulado em 2010.

Comentários: Houve uma diminuição de 4% nos gastos com serviços de informática em 2010 em relação a 2009. Essa queda foi devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) Manutenção dos valores unitários de todos os itens constantes do Contrato de Serviços Especializados de Informática com o Serpro em relação a 2009, mediante aditivos que apenas prorrogaram a vigência do mencionado Contrato; e

ii) Redução dos gastos em serviços relativos à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas de informação, além de preços mais baixos negociados em contratos de agências de informação.

⁷ Para a formação desse indicador, deve-se considerar os preços reais. Cabe ressaltar que o valor relativo a 2009 foi revisado em 17.1.2011, passando de R\$ 1.720.828,38 para R\$ 1.483.992,21, conforme fontes SIAFI e SIGPLAN.

5.3 - Evolução de Gastos Gerais

5.3.1 - Principais Gastos Ocorridos

Tabela 31 - Comparativo dos principais gastos ocorridos em 2008, 2009 e 2010.

R\$			
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010
1. PASSAGENS	422.855,74	277.044,68	353.630,24
2. DIÁRIAS	234.471,29	273.675,33	301.664,45
3. COLABORADOR EVENTUAL	2.847,41	3.732,12	14.552,01
4. RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	3.199,54	8.005,51	1.352,76
5. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	Não se aplica à SEAE		
5.1. Publicidade	Não se aplica à SEAE		
5.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	Não se aplica à SEAE		
5.3. Tecnologia da Informação	1.394.174,86	1.483.992,21	1.589.094,49
6. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (Suprimento de Fundos)	278,00	195,83	634,00
TOTAL	2.057.826,84	2.046.645,68	2.260.927,95

Fonte: SIAFI/SEAE/MF.

6 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.

Não ocorreu no período.

7 - INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12
2009	0	0	0	0
2008	0	0	0	0

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12
2009	675.733	23.369	614.022	38.342
2008	362.697	64.750	219.084	78.863

Fonte: SIAFI/SEAE/MF.

8 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não se aplica à natureza jurídica da SEAE.

9 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006

Não se aplica à natureza jurídica da SEAE.

10 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO "BENS DE USO ESPECIAL", DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Não se aplica à natureza jurídica da SEAE.

11 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇOS - FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.

Não se aplica à natureza jurídica da SEAE.

12 - RECOMENDAÇÕES DA SFC/CGU NO RELATÓRIO DE AUDITORIA NO. 208877, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2007, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.

Não houve recomendação por parte da CGU, portanto não houve solicitação para elaboração de Plano de Providências para o exercício de 2007. Para os exercícios de 2008 e 2009, não existiu Relatório de Auditoria.

13 - DETERMINAÇÕES DO TCU REFERENTES AO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS Nº 013.518/2008-5, RELATIVO AO EXERCÍCIO 2007, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-107/2010.

O TCU, consoante Acórdão nº 5195/2009, adotado em Sessão da 1º Câmara, de 25/9/2009, ao apreciar o processo nº 013.518/2008-5, que trata da Tomada de Contas da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE, relativa ao exercício de 2007, decidiu julgar as contas da Secretaria regulares e dar quitação plena aos responsáveis. Para os exercícios de 2008 e 2009, não existiu Processo de Tomada de Contas, somente a apresentação dos Relatórios de Gestão.

14 - APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS: NÚMERO DO PROCESSO, FATO DENUNCIADO E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.

A Coordenação-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais desta Secretaria recebeu várias denúncias, durante o ano de 2010, e adotou as devidas providências para os processos listados na tabela abaixo:

Tabela 32 – Apuração de denúncias recebidas: número de processos, fato denunciado e providências solicitadas.

Número	Descrição Resumida da Conduta	Conclusão
20000.06003/2008/DF	Possíveis efeitos anticompetitivos em razão da edição da Portaria Inmetro nº 160/2007.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06010/2007/DF	Possível irregularidade no processo licitatório para a aquisição de incubadoras de transporte pelo Ministério da Saúde.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06002/2010/DF	Indícios de norma regulatória que prejudica a concorrência na prestação de serviços de autoescola pelo Detran/SC.	Manifestação por meio de Nota Técnica
20000.06003/2010/DF	Indícios de norma regulatória que prejudica a concorrência na prestação de serviços de autoescola pelo Detran/RS.	Manifestação por meio de Nota Técnica
20000.06005/2010/DF	Indícios de norma regulatória que prejudica a concorrência na prestação de serviços de autoescola pelo Detran/TO.	Manifestação por meio de Nota Técnica
20000.06002/2010/DF	Estudo específico sobre o mercado de prestação de serviço de táxi do Município de Vitória/ES.	Manifestação por meio de Nota Técnica

Fonte: SEAE/MF

15 - IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA ATUAÇÃO DA SEAE

Os impactos socioeconômicos das operações da SEAE se refletem na diretriz estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à consolidação da estabilidade econômica com crescimento sustentável, seguindo o macroobjetivo da criação de um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados e promova o desenvolvimento sustentável.

ANEXO I - PLANEJAMENTO 2011 - ÁREA DE GESTÃO

1.1 - Diretrizes Estratégicas

- Fortalecimento institucional da área de gestão;
- Consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados (todos compartilham responsabilidades e resultados);
 - Pré-requisitos básicos: conhecimento preciso da legislação, atuação em projetos específicos e estruturada por metas, reuniões periódicas e frequentes, revisão crítica constante dos procedimentos, adoção das melhores práticas e postura pró-ativa);
- Desenvolvimento de mecanismos para facilitar a atuação mais integrada das áreas de gestão;
- Aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão da SEAE;
- Aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE;
- Aprimoramento da qualidade do trabalho da equipe de gestão da SEAE;
- Simplificação administrativa: análise dos processos de trabalho e dos procedimentos adotados no âmbito da área de gestão para a verificação de oportunidades de simplificação e de racionalização dos trabalhos desenvolvidos.

1.2 - Metas por Área de Gestão

Nº	P/A*	META	PRODUTO OU INDICADOR	PRAZO	RESULTADO
Chefia de Gabinete					
1	P	Realizar o XIII Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	Até 31/01	
2	P	Realizar o XIV Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	Até 31/07	
3	P	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2011 na SEAE-Bsb e REPRE-SP.	Inventário realizado	Até 31/12	
4	P	Realizar o Concurso de Monografias, VI Prêmio SEAE – 2011.	Concurso realizado	Até 31/12	
5	A	Realizar 2 reuniões estratégicas de coordenação com a equipe de gestão da GEREN-RJ, para acompanhamento e revisão de metas, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros – COGES I					
6	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
7	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GEROF, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
8	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GDI, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	

9	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, GEROF, GDI e COGES-II, com freqüência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
10	A	Conferir os produtos das metas entregues pelas áreas até 15 dias após o prazo da respectiva entrega.	Metas conferidas	Mensal	
11	A	Consolidar até o dia 5 de cada mês a planilha SEAE em números.	Planilha consolidada	Mensal	
12	P	Adotar o Sistema COMPROT DOC WEB para desempenhar as tarefas na COGES-I.	Sistema adotado	Até 30/05	
13	A	Atualizar o Manual de Procedimento das Secretárias.	Manual atualizado	Até 30/09	
Gerência de Recursos Humanos – GERHU					
14	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com freqüência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
15	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (plan treinamento, plan estrutura SEAE, subplan DAS ocupados, plan Lista GERHU, plan Capacitação).	Planilhas enviadas	Mensal	
16	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência, inclusive a plan colegiados ativos.	Conteúdo atualizado	Mensal	
17	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I a Lista Participação em Eventos Internacionais.	Lista enviada	Até 30/06 Até 30/12	
18	P	Realizar 2 treinamentos para as unidades, de forma presencial ou à distância (e-mail), relativos ao uso das ferramentas disponíveis na Intranet (afastamento do País, participação em eventos, etc) e no Sistema RH.	Treinamentos realizados	Até 30/06 Até 30/11	
19	A	Revisar o cadastro dos servidores da SEAE-Bsb, SEAE-RJ e SEAE-SP no Outlook.	Cadastro revisado	Até 30/07 Até 30/11	
20	A	Atualizar o Manual GERHU que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30/09	
Gerência de Recursos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais - GEROF					
21	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com freqüência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
22	P	Realizar 2 workshops, caso haja informação nova, com a equipe da Gerência para discussão sobre a legislação, SCDP, a operacionalização no SIAFI e outros temas pertinentes.	Workshop realizado	Anual	
23	A	Reduzir em 30% em relação a 2010 o número total de restrições apresentadas no Relatório de Conformidade Contábil.	Percentual reduzido	Anual	

24	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
25	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias xerox, plan controle de diárias, plan despesa por elemento).	Planilhas enviadas	Mensal	
26	A	Enviar para o CODOC até o dia 20 de cada mês toda a produção do mês subsequente de processos (passagens, compras, CEF, SERPRO, SupriFundos e outros) .	Processos enviados	Mensal	
27	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos oriundos da CEF, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à CEF.	Planilha enviada	Mensal	
28	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha com o controle dos processos relativos à Taxa de Fiscalização e à Taxa Processual que se encontram pendentes de documento comprobatório de depósito, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à GEREN-RJ.	Planilha enviada	Mensal	
29	A	Enviar para a CODOC até o 2º dia útil de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE-Bsb/RJ/SP.	Planilha enviada	Mensal	
30	A	Finalizar a prestação de contas no SCDP, no prazo máximo de quinze dias, contado a partir da data da apresentação da documentação pelo servidor.	Prestação de contas finalizada	Mensal	
31	P	Entregar aos servidores da SEAE a Declaração de Diárias Recebidas em 2010.	Declarações entregues	Até 28/02	
32	P	Adotar o Sistema COMPROT DOC WEB para desempenhar as tarefas na GEROF.	Sistema adotado	Até 30/05	
33	P	Enviar para a Coordenação de Gestão I a lista consolidada do pedido de compra de livros da SEAE relativo ao ano de 2011, caso haja demanda relativa à aquisição de livros na Secretaria.	Lista enviada	Até 30/08	
34	A	Atualizar o Manual de Diárias e Passagens da Gerência.	Manual atualizado	Até 30/09	
35	A	Atualizar o Manual GEROF que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30/10	

36	P	Realizar treinamento operacional para as secretárias utilizarem o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP na SEAE-Bsb e SEAE-RJ, caso haja necessidade.	Treinamento realizado	Até 30/11	
Área de Suporte Documental					
37	P	Enviar, em conjunto com a GDI, para o Arquivo Central-MF (COGRL) os processos da SEAE, após contados 5 anos da aprovação das contas com quitação plena pelo TCU.	Processos enviados	Até 30/04	
Gerência de Documentação e Informação - GDI					
38	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência trimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas	Anual	
39	A	Manter atualizado na <i>Intranet</i> o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
40	A	Manter atualizado no sistema <i>Littera</i> os cadastros da Mala Direta.	Cadastros atualizados	Mensal	
41	A	Manter atualizado no sistema <i>Lotus Notes</i> o conteúdo da Biblioteca/Bsb.	Conteúdo atualizado	Mensal	
42	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência (número de cópias e vistas de processos).	Planilhas enviadas	Mensal	
43	P	Realizar o VI Encontro Informativo – Módulo Documentação com as secretárias das recepções da SEAE-Bsb abordando orientações básicas quanto à identificação e conservação de documentos, organização de arquivos e elucidar as dúvidas frequentes de utilização do sistema ComprotDoc.	Treinamento realizado	Até 30/11	
44	A	Atualizar o Manual GDI que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30/11	
Coordenação de Gestão de Tecnologia da informação e Comunicação – COGES II					
45	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da COGES II, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas	Anual	
46	A	Manter atualizado na <i>Intranet</i> o conteúdo dos documentos pertencentes à COGES-II.	Conteúdo atualizado	Mensal	
47	P	Elaborar proposta de cursos e eventos de aperfeiçoamento para a equipe de informática.	Proposta apresentada	Até 31/03	
48	P	Elaborar plano de trabalho para a digitalização dos documentos da SEAE-Bsb, com solução própria de digitalização.	Plano apresentado	Até 30/04	
49	P	Apresentar plano para a realização de workshops sobre os aplicativos do Lotus Notes, a fim de reciclar o conhecimento dos usuários.	Plano apresentado	Até 30/04	

50	P	Apresentar proposta aos usuários da SEAE relativa ao Módulo Suporte Técnico do Sistema RTI.	Proposta apresentada	Até 30/06	
51	P	Apresentar proposta para remodelagem do sítio SEAE e do módulo de acompanhamento de processos.	Proposta apresentada	Até 30/06	
52	P	Revisar a Política de Segurança e Uso dos Recursos de TI (versão 2011).	Política revisada	Até 31/08	
53	P	Apresentar proposta para acessar na SEAE-Bsb a Rede Mundial de Computadores, com a tecnologia wireless (sem fio).	Proposta apresentada	Até 30/04	
54	A	Disponibilizar Sistema de Gestão de Qualidade Informatizado (SGQi) para, pelo menos, dois processos pertinentes à COGES II.	Sistema disponibilizado	Até 30/09	
55	P	Realizar workshops sobre os aplicativos do Lotus Notes, a fim de reciclar o conhecimento dos usuários.	Workshops realizados	Até 30/11	
56	P	Apresentar proposta de cronograma para implantação do ambiente para gerenciamento do conteúdo da Área Finalística na Intranet SEAE.	Proposta apresentada	Até 31/11	
57	A	Revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para 2011.	Plano revisado	Até 31/12	
Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ – GEREN – RJ					
58	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da gerência, com frequência, trimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
59	A	Divulgar aos servidores da SEAE-RJ, por e-mail, atas das reuniões, porventura, realizadas pelos dirigentes da SAMF-RJ.	Atas divulgadas	Anual	
60	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE – RJ.	Planilha enviada	Mensal	
61	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias Xerox e de vistas de processos).	Planilha enviada	Mensal	
62	A	Manter atualizado no Sistema RH da Intranet o conteúdo pertencente à SEAE-RJ.	Sistema atualizado	Mensal	
63	A	Manter organizados os arquivos físicos de documentos e pastas funcionais existentes no NURFH.	Arquivos organizados	Mensal	

64	A	Atualizar até o dia 5 de cada mês os arquivos magnéticos contendo os pedidos de aquisição de material de consumo para o almoxarifado.	Arquivos atualizados	Mensal	
65	A	Enviar para a Coordenação de Gestão II até o dia 5 de cada mês o relatório e respectivos gráficos de visitas técnicas realizadas nas coordenações, levantando os principais problemas tecnológicos, a fim de tornar o atendimento aos usuários mais eficiente.	Relatório enviado	Mensal	
66	A	Manter rotina adotada em 2010 para os pedidos de mudança de sala de bens patrimoniais nos Grupos 1029 e 1038, visando melhorar o controle do levantamento anual.	Rotina mantida	Mensal	
67	A	Manter banco de dados para controle de usuários na troca de senha da Rede Corporativa, a fim de facilitar o processo de atendimento.	Banco de dados mantido	Mensal	
68	P	Elaborar calendário anual para a limpeza do filtro de ar condicionado, vidros e carpetes.	Calendário elaborado	Até 31/01	
69	P	Organizar em Caixa Box os arquivos dos servidores inativos desligados em 2010.	Caixas reorganizadas	Até 30/04	
70	P	Elaborar proposta para Treinamento dos servidores da GEREN-RJ.	Proposta apresentada	Até 30/06	
71	P	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2011 na SEAE-RJ.	Inventário realizado	Até 31/12	

*Projeto/Atividade

ANEXO II - PLANEJAMENTO 2011 - ÁREA FINALÍSTICA

Coordenação: COGUN

Coordenador Responsável: Andrey Goldner Baptista da Silva

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Serviços Funerários	Nota informativa contendo panorama geral sobre o serviço	Março de 2011
	Serviços Funerários	Celebração de convênios com os municípios interessados e produção de estudos.	Depende de demanda.
	Resíduos Sólidos	Estudos específicos sobre desenho regulatório para a gestão de resíduos nos municípios.	Depende de demanda.
	Resíduos Nucleares	Estudo sobre modelos de governança na gestão de resíduos nucleares com vistas à elaboração de um desenho institucional para o setor.	Depende de demanda.
	Saneamento	Estudo de viabilidade para prestação do serviço de saneamento básico por bacias hidrográficas.	Depende de demanda.
	Mineração	Nota Técnica sobre novo marco regulatório para o setor, criação da Agência Reguladora e sobre a alteração da CFEM.	Depende de demanda.
	Recursos Hídricos	Nota Técnica sobre a legislação e a possibilidade de incentivar a construção de eclusas em rios de domínio da União quando for explorado o potencial hidráulico.	Julho 2011
	Transporte Urbano	Estudos sobre legislação, modelo regulatório, integração de modais e modicidade tarifária para transporte urbano	Agosto de 2011
Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Parecer contendo análise focada em possíveis impactos sobre a concorrência decorrentes das novas normas.	De acordo com a demanda

Acompanhamento Setorial	Monitoramento de setores específicos (naval, eletrointensivos, papel e celulose e máquinas e equipamentos)	Nota informativa e Apresentação contendo panorama geral sobre o setor	De acordo com a demanda/ Atualização mensal
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Salas de Situação	Nota Informativa sobre as reuniões das salas de situação de Recursos Hídricos, Transporte Urbano e Recursos Minerais (CPRM).	De acordo com a demanda
Advocacia	Avaliação do marco regulatório que trata da relação entre produtores e distribuidores de veículos (Lei Ferrari – Lei nº 6.729/79)	Estudo sobre a legislação atual e a experiência internacional na área de concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.	Maio 2011
	ABOTEC – Próteses e Órteses	Nota Técnica acerca dos impactos das obrigações da Agência Reguladora sobre a concorrência	Fevereiro 2011
	Serviços de Táxi	Nota Técnica sobre regras regulatórias dos municípios contendo panorama geral sobre o serviço para os municípios de Natal, Salvador, Sergipe, dentre outros.	Novembro 2011
	Verticalização do mercado de combustíveis	Estudo sobre a legislação atual e a experiência internacional na verticalização do mercado de combustíveis.	Dezembro 2011
Defesa da Concorrência	Análise de condutas anticompetitivas provenientes da Portaria Conjunta SDE/Seae ou instauradas no âmbito desta Secretaria	Parecer com o posicionamento sobre os Processos.	De acordo com a demanda

Coordenação: COGEN
Coordenador Responsável: Ernani Lustosa Kuhn

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Acompanhamento Setorial	Evolução da oferta e demanda de energia	Acompanhamento do cruzamento entre oferta e demanda (nível de reservatórios, preço de liquidação de diferenças, preços dos leilões de energia)	Acompanhamento com relatório quinzenal
	Mercado de combustíveis	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento com relatório quinzenal
Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Parecer com o posicionamento da Seae	Emissão de 30 pareceres até dezembro de 2011
Regulação	Consultas e audiências públicas realizadas pela Aneel e ANP, e resoluções promulgadas pelo CNPE e CIMA	Nota Técnica ou Parecer, quando aplicáveis	Na dependência das datas estabelecidas pelas agências para as consultas e audiências públicas e das datas de reunião do CNPE e CIMA
	Estudo do Etanol	Nota Técnica sobre a cadeia produtiva do etanol	Janeiro/2011
	Tarifas do Setor Elétrico	Nota Informativa sobre características descritivas das tarifas do setor elétrico	Fevereiro/2011
Regulação	Mercado de Combustíveis	Nota Informativa sobre os preços e encargos relativos ao mercado de combustíveis	Março/2011
	Setor de Gás Natural	Nota Informativa referente à avaliação sobre o setor de gás natural em função da aprovação da nova lei e do acompanhamento da regulamentação subsequente	Março/2011

	Encargos do Setor Elétrico	Nota Informativa acerca do impacto sobre a tarifa de energia elétrica resultante dos encargos e tributos do setor	Setembro/2011
	Leilões de Biodiesel	Nota técnica sobre os leilões de biodiesel	Outubro/2011
	Mercados de contratação regulada e livre no setor elétrico interligado	Estudo dos aspectos regulatórios e econômicos dos dois mercados e suas conseqüências para a concorrência e para as tarifas do setor	Novembro de 2011

Coordenação: COGAP
Coordenador Responsável: Ricardo Almeida Müller

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Promoções Comerciais	1- Decreto nº 70.951, de 1972;	1- Minuta de alteração do Decreto supra;	1- Dezembro de 2011;
	2- Elaboração de minuta de Portaria Eletrônica de Prêmios e Sorteios;	2- Portaria Eletrônica de Prêmios e Sorteios;	2- 2º semestre de 2011;
	3- Elaboração de minuta da Portaria relativa à aplicação de Penalidades em de Promoções Comerciais e Captação Antecipada de poupança popular;	3- Portaria relativa à aplicação de Penalidades em Promoções Comerciais e Captação Antecipada de Poupança Popular;	3- 2º semestre de 2011;
	4- Elaboração de minuta de Portaria sobre Sorteios Filantrópicos;	4- Portaria sobre Sorteios Filantrópicos;	4- 1º semestre de 2011;
	5- Regulamentação do Art. 14 da Lei nº 7.291, de 1984, que trata de “outras modalidades de loterias.	5- Portaria referente a “outras modalidades de loterias”.	5- Dezembro de 2011.

Coordenação: COGCE
Coordenador Responsável: Ricardo Kalil Moraes

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação			
Defesa da Concorrência	Atos de concentração	Pareceres	Rotineiro (30 dias para cada parecer, suspenso em eventuais consultas ao mercado)
Acompanhamento Setorial	Análise da conjuntura e estrutura de mercados: siderúrgico, automotivo, sucroalcooleiro e cimentos	Boletins e Panoramas	Boletim: mensal Panorama: anual

Coordenação: COGCI
Coordenador Responsável: Andrea Pereira Macera

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Defesa da Concorrência	Comitê de Defesa da Concorrência do Mercosul (CT-05)	Elaboração de apresentações sobre o SBDC e casos relevantes	Depende das demandas dos demais membros do Mercosul
Advocacia da Concorrência	Lista de Exceção à TEC (análise de inclusão/exclusão/manutenção de produtos).	Nota Técnica	Janeiro e Julho
	Comitê de Tarifas do Mercosul –CT1 (análise de pedidos de alteração definitiva da TEC)	Nota Técnica	Depende das datas de reunião agendadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
	Antidumping (análise de impacto sobre a cadeia produtiva)	Nota Técnica	Depende das reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
Acompanhamento Setorial	Resolução GMC 69/00 (análise de pleitos de redução tarifária para casos de desabastecimento).	Nota Técnica	Depende do recebimento de pleitos do Brasil e do Mercosul.
	Monitoramento de setores diante de mudanças no cenário econômico nacional e internacional	Nota Técnica	Depende da demanda do Ministério da Fazenda.
	Atualização sistemática de banco de dados (índices de preços).	Banco de dados	Após divulgação dos dados pelos institutos de pesquisa.
Acompanhamento Internacional	Interface com organismos internacionais que tratam de concorrência(OCDE, UNCTAD...)	Resposta a questionários, manifestações a estudos e elaboração de papers.	Depende da demanda.

Análise de Atos Normativos	Análise de atos normativos que impliquem alteração da estrutura tarifária ou que tenham impacto sobre a concorrência.	Nota Técnica	Depende da demanda.
-----------------------------------	---	--------------	---------------------

Coordenação: COGIR
Coordenador Responsável: Marcelo de Matos Ramos

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Reajuste e revisão tarifária das tarifas postais dos serviços prestados em regime de monopólio pela ECT	Portaria autorizando o reajuste/revisão	Reajuste – mínimo de 12 meses entre reajustes sucessivos Revisão – sem prazo determinado.
Advocacia da Concorrência	Análise dos impactos regulatórios (concorrenciais e outros) referentes a consultas públicas realizadas por agências reguladoras (ANATEL e ANCINE) e ministérios setoriais	Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias	Sem prazo determinado.
Acompanhamento Setorial	Produção de informações analíticas sobre o setor financeiro	Boletim de Tarifas Bancárias Boletim de Juros	Trimestrais
Análise de Atos Normativos	Análise dos impactos regulatórios (concorrenciais e outros) referentes a projetos de Lei enviados pelo Gabinete da SEAE para análise pela Coordenação	Parecer de Atos Normativos	Sem prazo determinado.

Coordenação: COGSA
Coordenador Responsável: Bruno Eduardo dos Santos

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Análise do reajuste de medicamentos	Nota técnica	Março/2011
	Análise do reajuste de planos de saúde	Nota técnica	Junho/2011
	Análise de Impacto Regulatório da mudança do cálculo do fator Y	Nota técnica	Agosto/2011
	Propostas de mudanças no modelo de reajuste dos planos de saúde	Nota técnica	Julho/2011
	Levantamento dos modelos de avaliação de custo-benefício em saúde	Nota técnica	Abril/2011
	Elaboração de proposta de mecanismo de capitalização na saúde suplementar	Nota técnica	Dezembro/2011
Advocacia da Concorrência	Estudo sobre a comparabilidade de planos de saúde pelo consumidor	Nota técnica	Outubro/2011
Advocacia da Concorrência	Impactos do atual modelo de regulação de preços de entrada sobre a competição no mercado de medicamentos	Nota técnica	Novembro/2011
	Proposta de modelo de negociação de preços entre	Nota técnica	Maior/2011

	operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços		
Acompanhamento Setorial	Acompanhamento de indicadores econômicos da área de saúde	Nota informativa	Trimestral
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	N/A

Coordenação: COGTL
Coordenador Responsável: Celso Almeida Barbosa

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
	Análise de reajustes e revisões de concessões rodoviárias	Nota Informativa	Mensal
Regulação	Análise de editais e contratos de concessões rodoviárias	Nota Técnica	Semestral
Regulação	Análise de reajuste ou revisão no setor portuário	Nota Técnica ou Nota Informativa	Mensal
Regulação	Análise de resoluções da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Nota Técnica ou Nota Informativa	Bimestral
Regulação	Avaliação de reajustes e revisões de transporte ferroviário	Nota Técnica ou Nota Informativa	Mensal
Regulação	Estudo sobre concessões de aeroportos	Nota Técnica	Semestral
Regulação	Estudo sobre reavaliação do Código Brasileiro de Aeronáutica	Parecer	Semestral
Regulação	Estudos sobre o setor aéreo. Apoio à Secretaria Executiva no CONAC – Conselho de Aviação Civil	Nota Informativa ou Nota Informativa	Semestral
Acompanhamento Setorial	Acompanhamento de resoluções da ANTAQ –	Nota informativa	Quadrimestral

	Agência Nacional de Transporte Aquaviário		
	Análise de resoluções da ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre	Nota Informativa	Trimestral
Acompanhamento Setorial	Análise do andamento das obras do PAC	Nota Informativa	Bimestral
Defesa da Concorrência	Análise de procedimento administrativo	Auxílio a Parecer Técnico da COGDC	Semestral
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	Mensal
Advocacia da Concorrência	Análise da regulação no setor de transportes	Questionários de órgãos internacionais – OCDE, ICN e UNCTAD	Quadrimestral

ANEXO III - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2008

Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 4.200,00

Nome do Suprido: SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ

Limite anual: R\$ 4.200,01

Natureza da Despesa: 3.3.90-30 / Material de Consumo
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica

Limite Bimestral: R\$ 400,00
Limite Bimestral: R\$ 300,00

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
27/05/2008	CARTÃO	FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A	56921	FITA SONY 3 MC-60B VIRGEM	10 Un.	R\$ 58,00
28/05/2008	CARTÃO	LM FOTO DIGITAL LTDA-EPPI	1827	FITA SONY 3 MC-60B VIRGEM	10 Un.	R\$ 42,00
18/06/2008	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL DE CERVANTES	32674	NUMERO DE ISBN	01 Un.	R\$ 28,00
				CÓDIGO DE BARRAS	01 Un.	
26/06/2008	SAQUE	JOSÉ EUSTAQUIO DA SILVA & CIA LTDA-ME	2152	CONCERTO EM CAFETEIRA COM TROCA DE RESISTENCIA E LIMPEZA INTERNA	01 Un.	R\$ 150,00
					TOTAL	R\$ 278,00

Obs.: Justificamos que, no ano de 2008, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2009

Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 4.200,00

Nome do Suprido: SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ

Limite anual: R\$ 4.200,00

Natureza da Despesa: 3.3.90-30 / Material de Consumo
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica

Limite Bimestral: R\$ 400,00
Limite Bimestral: R\$ 300,00

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
19/03/09	CARTÃO	PIONEIRA DA BORRACHA LTDA	63435/1	FERVEDOR STAR Nº 16	02 Un.	R\$ 105,83
19/03/09	CARTÃO	HIPERFRIO REFRIGERAÇÃO LTDA	1101	BORRACHA DA PORTA DE FRIGOBAR	01 Un.	R\$ 10,00
07/10/09	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL CERVANTES A A P	52562	PUBLICAÇÃO DO III PRÊMIO SEAE 2008	01 Un.	R\$ 30,00
04/11/09	CARTÃO	PAPELARIA ABC LTDA	178689/01	ENVELOPE FILMAIL 120G 155X225 VERGE BRANCO	01 PCT	
04/11/09	CARTÃO	ZAPP PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA	4675	ETIQUETA PIMACO TP 16 TRANSPARENTE	02 Un.	R\$ 10,20
					TOTAL	R\$ 156,03

Obs.: Justificamos que, no ano de 2009, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2010

Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 4.200,00

Nome do Suprido: SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ

Limite anual: R\$ 4.200,00

Natureza da Despesa: 3.3.90-30 / Material de Consumo

Limite Bimestral: R\$ 400,00

3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica

Limite Bimestral: R\$ 300,00

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
11/6/10	CARTÃO	FUNDAÇÃO MIGUEL DE CERVANTES	63012	NÚMERO DE ISBN	1 Un.	R\$ 34,00
				CÓDIGO DE BARRAS	1 Un.	
21/12/10	CARTÃO	PROGRAF PRODUTOS GRÁFICOS LTDA	12125	ENVELOPE EM PAPEL TELADO 16X23CM	5 Un.	R\$ 600,00
					TOTAL	R\$ 634,00

Obs.: Justificamos que, no ano de 2010, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS- SIASG.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO**

DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes ao Contrato nº 00001/2009 da objeto: Prestação de Serviços de Tecnologia de Informação, celebrado entre a Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/ME e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, bem como seus aditivos de nº 00001/2010 e nº 00002/2010 encontram-se disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Brasília, 15 de março de 2011.


TOMAZ M. FERNANDES DA SILVA
Gerente de Rec. Orçam., Financ. e Patrimonial

ANEXO V - DECLARAÇÃO DO CONTADOR



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):	Código da UG :		
Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	14 de fevereiro de 2011
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Coordenador de Coordenação de Análise Contábil COGEF/SPOA/SE/MF	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF